

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES E PESCADORAS
ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI-PR NA DISPUTA PELA VIDA:
CONFLITOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS FRENTE À IMPLANTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

CURITIBA

2012

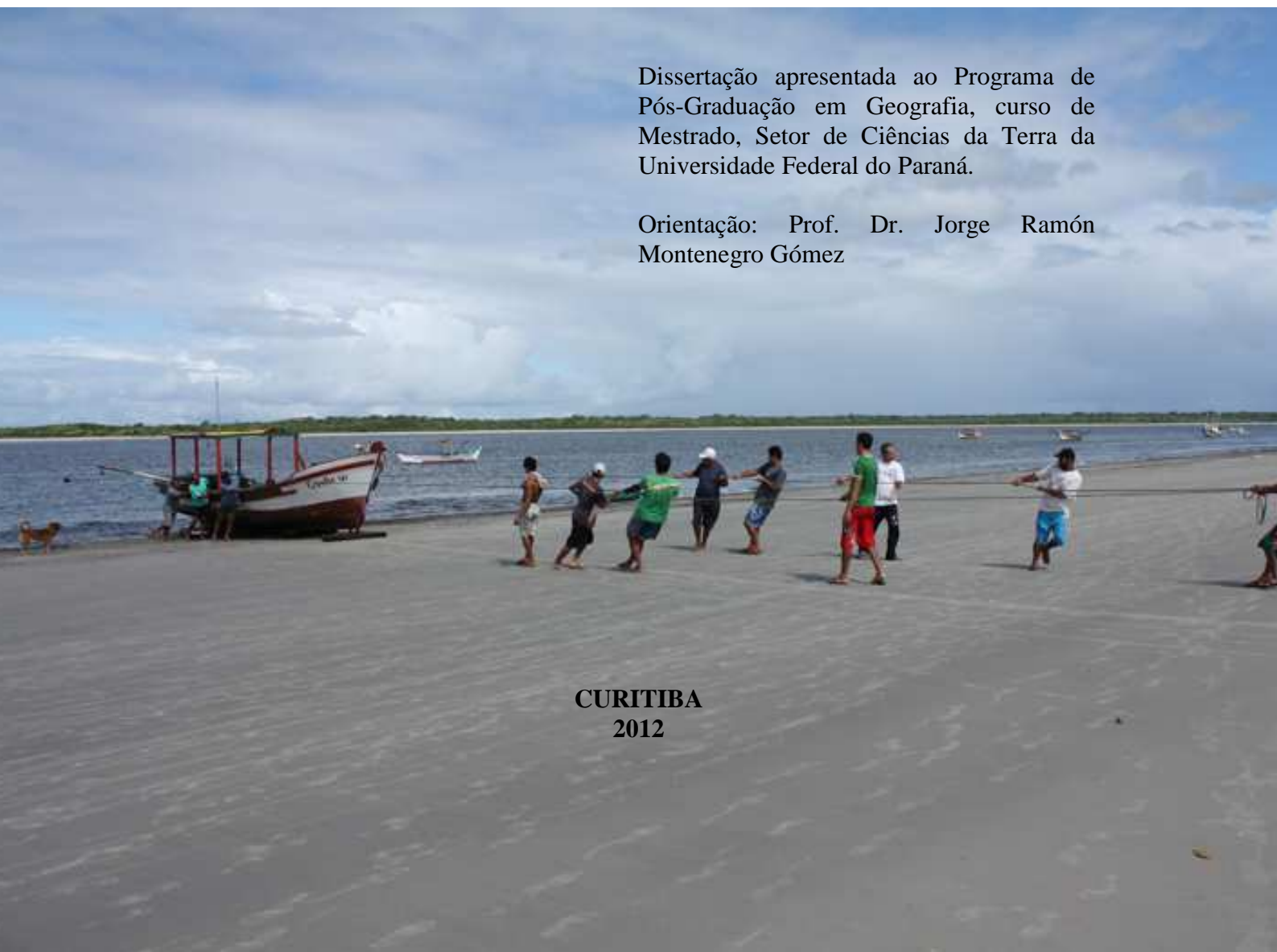
MERCEDES SOLÁ PÉREZ

**COMUNIDADE TRADICIONAL DE PESCADORES E PESCADORAS
ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI-PR NA DISPUTA PELA VIDA:
CONFLITOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS FRENTE À IMPLANTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia, curso de
Mestrado, Setor de Ciências da Terra da
Universidade Federal do Paraná.

Orientação: Prof. Dr. Jorge Ramón
Montenegro Gómez

**CURITIBA
2012**



AGRADECIMENTOS

Má incondicionalmente me soportas/apoyás todo el tiempo. Te quiero, siempre!

Meninas do lustre del castillo, irmãs do coração e do viver, **GRACIAS**

Tia Lu, Tio Wallace, Rafa (e Li também, mesmo sendo do lustre) minha família curitibana, obrigado pelos agradinhos, carinho e correções sem nunca ter chegado a havê-las. Estamos junt@s sempre.

Chiu, Vinicius Henrique, Moema, Maria, Ju, Cami, sempre presentes com comidinhas, abraços, conversas e colinho!

ENCONTTRER@S/CEGETEIR@S esse nosso grupo me fez crescer, refletir e brincar muito, valeu! Laura, você virou a corretora oficial d@s encontrer@s, mas antes de tudo uma conselheira pessoal maravilhosa e uma amiga para a vida, obrigada!

Jorge não vale colocar vermelhinhos nesta parte! Sos un tipo de la puta madre! GRACIAS por el apoyo, la paciencia, el cariño, el aprendizaje, las confusiones entre tortillas, plazos y skype, campo con tábanos, el privilegio de tenerte cerca como persona y como orientador también... (y acordate que orientador es para toda la vida!)

CEGETEIR@S além do companheirismo aprendi muitíssimo com vocês, me sinto acolhida e privilegiada de pertencer ao coletivo. Edu, você tem um agradecimento especial pelo apoio, dicas e sorriso tranquilizador durante a banca.

Adilar, obrigado, sempre ponderando todas as questões da dissertação e acompanhando, inadvertidamente a minha carreira!

Katuta obrigado pela força, as conversas, o acolhimento, o aprendizado.

Hermano você apareceu de mansinho e me cativou. Obrigado pela paciência, o amor, o colinho e pelas horas de leitura de revisão conjunta!

Os institucionais – à CAPES, pelo auxílio financeiro; ao Programa de Pós-Graduação em Geografia; à UFPR; à polícia federal, que também faz parte e; ao Brasil, porque a política internacional atual me permite estudar no país.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	5
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE ANEXOS	9
RESUMO	10
RESUMEN	11
INTRODUÇÃO	12
1. PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI EM SEUS TERRITÓRIOS DE VIDA	21
1.1 PESCADORES E PESCADORAS NA ILHA DO SUPERAGÜI: CONTEXTUALIZAÇÃO	21
1.2 SERVIÇOS BÁSICOS NA VILA DO SUPERAGÜI	29
1.3 PRÁTICAS PRODUTIVAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE	37
1.4 PANORAMA SOBRE OS CONFLITOS NA COMUNIDADE	41
2. APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS OU REPRODUÇÃO DA VIDA?	51
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: NEODESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	52
2.1.a. O caminho único do desenvolvimento.....	52
2.1.b Apropriação da natureza e desenvolvimento sustentável	56
2.1.c Políticas neodesenvolvimentistas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Russef (2011- atualidade)	63
2.2 – CONFLITOS ENTRE A COMUNIDADE DE PESCADORES e PESCADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	65
2.3 RESISTÊNCIAS PERANTE O CONFLITO DE SOBREPOSIÇÃO	72
3. OS PESCADORES E PESCADORAS DA VILA DO SUPERAGÜI: ENTRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E A RESISTÊNCIA EM MOVIMENTO SOCIAL	80
3.1 HISTÓRICO DA PESCA COMO POLÍTICA PÚBLICA	81
3.2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESCA NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO SUPERAGÜI	90

3.3 O MOVIMENTO SOCIAL DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS COMO RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	96
3.3.a Sociedades em movimento: r-existindo aos conflitos	96
3.3.b As resistências do MOPEAR.....	98
4. OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI PERANTE A SITUAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA DO MODELO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....	103
4.1 O (IN)SUSTENTÁVEL DESENVOLVIMENTO DA INJUSTIÇA AMBIENTAL.....	104
4.2 POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA: RACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE	107
4.3 COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: ENTRAVES À VIDA	110
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS DOS PESCADORES E PESCADORAS DA VILA DO SUPERAGÜI.....	118
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	135

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
ARESUR – Área Especial de Uso Regulamentado
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEP – Comissão Executiva da Pesca
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EE – Estação Ecológica
EUA – Estados Unidos da América
FAO - *Food and Agriculture Organization*
FMI – Fundo Monetário Internacional
FORÇA VERDE – Polícia ambiental do Paraná
FSA – Fórum Social das Américas
FSM – Fórum Social Mundial
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GESPE – Grupo Executivo do Setor Pesqueiro
GPS – Global Position System
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA – Instituto Brasileiro
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
ICMS ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ecológico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEEP – Instituto Equipe de Educadores Populares
IFPR – Instituto Federal do Paraná
IIRSA - Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná
MMA – Ministério de Meio Ambiente
MOPEAR – Movimento de Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná
MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura
NC – *Nature Conservancy*
OGM – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organização Não Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA – Parque Nacional
PCN – Processo das Comunidades Negras
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PNB – Produto Nacional Bruto
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVOPAR – Programa de Voluntariado Paranaense
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIMAR – Revitalização da Biodiversidade Marinha
RESEX – Reserva Extrativista
RPPN – Reserva de Patrimônio Particular Natural
SEAP/PR - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SEED – Secretaria de Educação do Paraná
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SETI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC – Unidade de Conservação
UICN – União Internacional de Conservação da Natureza
UN – *United Nations*
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
WWF – *Rede Worldwide Fund of Nature*
ZEE – Zona Econômica Exclusiva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Vila do Superagüi, Ilha do Superagüi, Município de Guaraqueçaba-PR.....	12
Figura 2 – Canal do Varadouro.....	24
Figura 3 – Localização do Parque Nacional do Superagüi.....	26
Figura 4 – Sede administrativa do Parque Nacional do Superagüi a cargo do ICMBio.....	27
Figura 5 – a. Saída do barco coletivo de Paranaguá para Ilha do Superagüi.....	29
Figura 5 – b. Chegada do barco coletivo na Vila do Superagüi.....	29
Figura 6 – a. Cavalos utilizados para levar as compras.....	30
Figura 6 – b. Trilhas da Vila com os postes de eletricidade.....	30
Figura 7 – Comunidades do Parque Nacional do Superagüi.....	32
Figura 8 – a. Escola Municipal Prof. João Luiz da Silva.....	34
Figura 8 – b. Telecentro Maré.....	35
Figura 8 – c. Transporte coletivo das crianças de outras comunidades que voltam da escola na Vila do Superagüi.....	35
Figura 9 – a. Casa de farinha.....	36
Figura 9 – b. Preparação da farinha de mandioca.....	36
Figura 10 – Local para geração de renda da Associação de Moradores.....	38
Figura 11 – a. Casa de beneficiamento de Osvaldo Silvano.....	38
Figura 11 – b. Mulheres descascando o camarão sete barbas.....	38
Figura 12 – Camping no quintal da casa de uma família de pescadores.....	39
Figura 13 – a. Randolfo Pereira tocando sua rabeca.....	40
Figura 13 – b. Casa de fogo em comunidade do interior da Ilha do Superagüi.....	40
Figura 14 – Mapa do Fascículo Nº16 da nova cartografia social dos povos e comunidades.....	43
Figura 15 – a. Construção de infra-estruturas no Parque Estadual do Cardoso.....	47
Figura 15 – b. Casa de pescador no Parque Estadual do Cardoso.....	47
Figura 16 – Áreas de conservação do litoral norte do Paraná.....	60
Figura 17 – a. Canoa com motor.....	81
Figura 17 – b. Canoa com rede de pesca.....	81
Figura 17 – c. Crianças indo pescar na canoa de remo.....	81
Figura 17 – d. Crianças indo pescar na canoa de remo.....	81
Figura 18 – Áreas dos parques aquícolas.....	87

Figura 19 – a. Territórios de pesca e aquicultura projetados no Paraná.....	88
Figura 19 – b. Territorios de pesca e aquicultura instalados no Paraná.....	88
Figura 20 – Legislação atual de pesca no Paraná – Tipos de redes e Instrução Normativa Nº 29.....	90
Figura 21 – a. Vereadores reunidos na Câmara Municipal de Guaraqueçaba.....	101
Figura 21 – b. Pescadores e moradores de Guaraqueçaba reunidos com os vereadores.....	101

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Carta de pescador no Encontro de Terra e Cidadania.....	135
ANEXO 2 – Denúncia ao promotor de justiça de Antonina.....	137
ANEXO 3 – Proposta de alteração da milha náutica.....	148
ANEXO 4 – Carta final do I Encontro dos pescadores e pescadoras artesanais do sul do Brasil.....	150

RESUMO

A pesquisa trata sobre os conflitos e as resistências que geram a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento na vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi. As políticas de desenvolvimento analisadas são de desenvolvimento sustentável – a instalação do Parque Nacional do Superagüi – e modernização da pesca e da aquicultura. Para a análise se prioriza o olhar dos sujeitos afetados – os pescadores e pescadoras artesanais –, a partir dos diálogos estabelecidos nas saídas de campo, nas diversas atividades do MOPEAR e no acompanhamento do mapeamento da nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais, seguindo a metodologia da pesquisa participante. Estes pescadores artesanais, antes da instalação do Parque Nacional em seu território, tinham atividades com uma relação estreita entre natureza e cultura, um modo específico de reproduzir a vida baseado na caça, pesca, agricultura itinerante e coleta de plantas medicinais, lenha, cipó, etc.. A política de desenvolvimento sustentável, através do Parque Nacional, implica em proibições de uso da natureza não permitindo mais a caça, a agricultura, nem a coleta. Assim, os pescadores e pescadoras artesanais passam a se especializar na pesca. Essa política inserida no paradigma da sustentabilidade consiste em uma política de conservação que significa a privação de uso por parte dos pescadores artesanais e a mercantilização da natureza. Por outra parte, a política de modernização da pesca e da aquicultura incentiva a pesca industrial, a incorporação de equipamentos modernos e estabelece áreas aquícolas para criação de ostras, camarões, ou peixes. Em função desses desdobramentos que provocam endividamento, assalariamento e falta de autonomia, identifica-se que esta política gera a exclusão dos pescadores artesanais e os priva do uso do seu território. Esta leitura dos conflitos e resistências no território é realizada a partir do pós-desenvolvimento, da justiça ambiental, da decolonialidade e considerando a conjuntura atual caracterizada pela acumulação por espoliação. Estas perspectivas, junto à vivência em campo, permitem identificar que ambas as políticas públicas trabalhadas respondem a interesses externos, excluindo os pescadores, negando seus modos tradicionais de reproduzir a vida e expropriando-os dos territórios que tradicionalmente ocupam. Em função desses conflitos, a comunidade cria resistências organizando-se como movimento social – MOPEAR – e se auto-reconhecendo como comunidade tradicional. Percebe-se com base na pesquisa que o desenvolvimento como base para a reprodução atual do capitalismo é opressor e mercantilizador da natureza e da vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi.

Palavras-chave: pescadores e pescadoras da Vila do Superagüi; conflitos e resistências; políticas de desenvolvimento sustentável; políticas de modernização da pesca e da aquicultura; mercantilização da vida.

RESUMEN

La investigación trata sobre los conflictos y las resistencias que generan la aplicación de políticas públicas de desarrollo en la vida de los pescadores y pescadoras artesanales de la Vila do Superagüi. Las políticas de desarrollo analizadas son de desarrollo sostenible – la instalación del Parque Nacional do Superagüi – y modernización de la pesca y de la acuicultura. Para el análisis se prioriza la visión de los sujetos afectados – los pescadores y pescadoras artesanales –, a partir de los diálogos establecidos en las salidas de campo, en las diversas actividades del MOPEAR y en el acompañamiento del mapeamento del proyecto de la nueva cartografía social de los pueblos y comunidades tradicionales, siguiendo la metodología de la investigación participativa. Estos pescadores artesanales, antes de la instalación del Parque Nacional en su territorio, tenían actividades con una relación estrecha entre naturaleza y cultura, un modo específico de reproducir la vida basado en la caza, pesca, agricultura itinerante y colecta de plantas medicinales, leña, lianas, etc. La política de desarrollo sostenible, a través del Parque Nacional, implica en prohibiciones de uso de la naturaleza no permitiendo más la caza, la agricultura, ni la colecta. De esta manera, los pescadores y pescadoras artesanales pasan a especializarse en la pesca. Esta política dentro del paradigma de la sustentabilidad consiste en una política de conservación que significa la privación de uso por parte de los pescadores artesanales y la mercantilización de la naturaleza. Por otra parte, la política de modernización de la pesca y de la acuicultura incentiva la pesca industrial, la incorporación de equipos modernos y establece áreas acuícolas para cría de ostras, camarón, o pescados. En función de estas cuestiones que provocan endeudamiento, salarios y falta de autonomía, se identifica que esta política genera la exclusión de los pescadores artesanales y los priva del uso de su territorio. Esta lectura de los conflictos y resistencias en el territorio es realizada a partir del postdesarrollo, la justicia ambiental, la decolonialidad y considerando la coyuntura actual caracterizada por la acumulación por desposesión. Estas perspectivas, junto a la vivencia en campo, permiten identificar que las dos políticas públicas trabajadas responden a intereses externos, excluyendo a los pescadores, negando sus modos tradicionales de reproducir la vida y desapropiándolos de los territorios que tradicionalmente ocupan. En función de esos conflictos, la comunidad crea resistencias organizándose como movimiento social – MOPEAR – y autorreconociéndose como comunidad tradicional. Se percibe con base en la investigación que el desarrollo como base para la reproducción actual del capitalismo es opresor y mercantilizador de la naturaleza y de la vida de los pescadores artesanales de la Vila do Superagüi.

Palabras claves: pescadores y pescadoras artesanales de la Vila do Superagüi; conflictos y resistencias; políticas de desarrollo sostenible; políticas de modernización de la pesca y de la acuicultura; mercantilización de la vida.

INTRODUÇÃO

A Ilha do Superagüi, localizada no litoral norte do estado do Paraná próxima ao estado de São Paulo, é povoada historicamente por comunidades que sempre exerceram a agricultura, a coleta e a pesca. Pertence ao município de Guaraqueçaba, faz parte do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e se situa no domínio da Floresta Atlântica, o que implica grande biodiversidade em função – entre outros fatores interligados como o clima – da presença de mangue no estuário e todos os estratos de vegetação (plantas herbáceas, rasteiras, arbustivas e arbóreas) na terra (VIVEKANANDA, 2001). Nela há aproximadamente dez comunidades localizadas em diferentes áreas da Ilha, sendo a Vila do Superagüi (Figura 1) – foco desta pesquisa – aquela que concentra maior quantidade de pessoas. Desde 1989, através do Decreto nº 97.688, foi instalado na Ilha o Parque Nacional do Superagüi (ampliado em 1997 através do Decreto 9513).

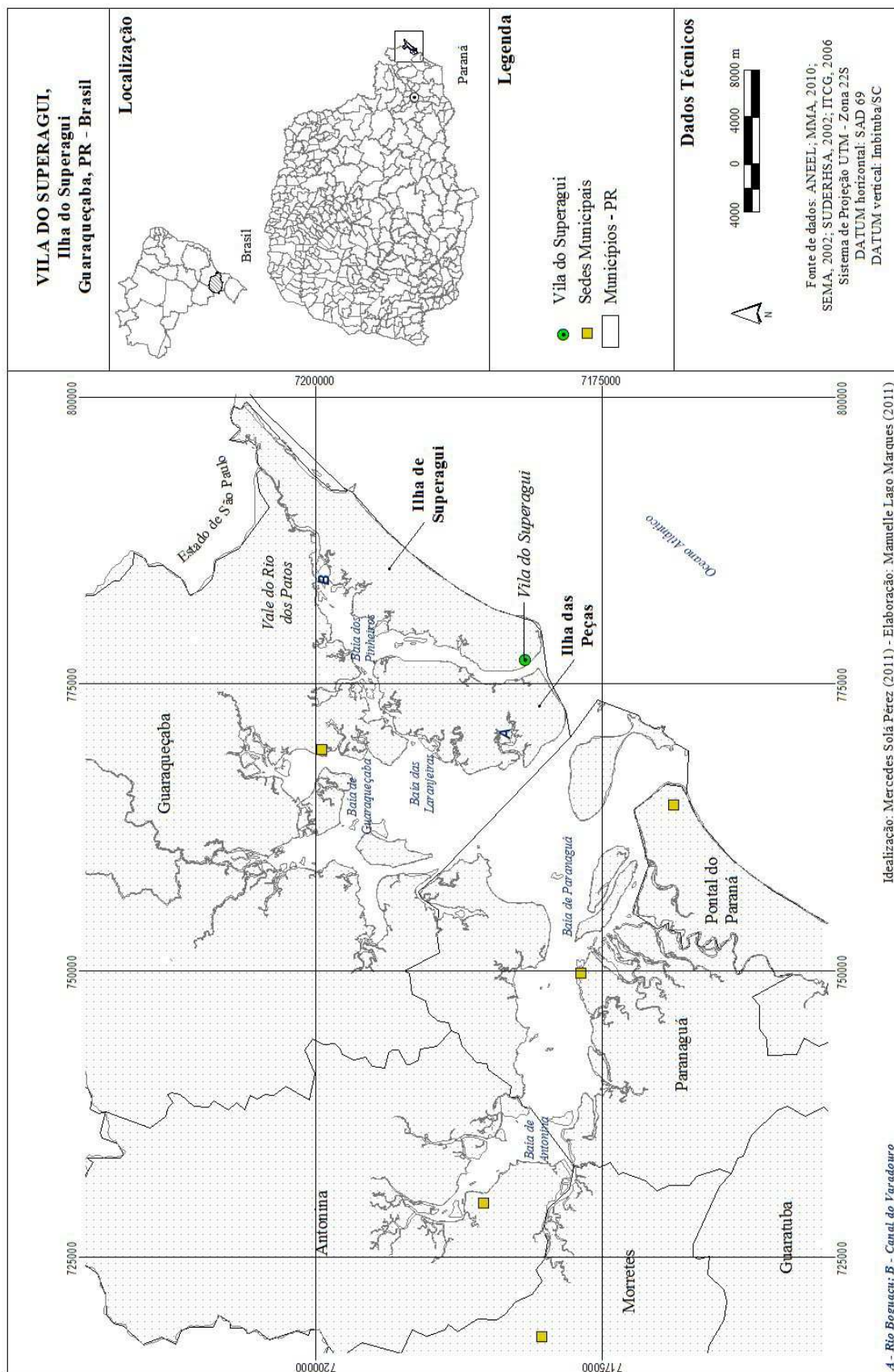


Figura 1 - Localização da Vila do Superagui, Ilha do Superagui, Município de Guaraqueçaba-PR. Organizado por Mercedes Solá Pérez. Realizado por Manuelle Lago Marques, 2011.

Essas comunidades vivem seguindo um modo específico e a partir de questões como a tradicionalidade, a autoidentificação, uma relação social estreita e a relação estreita com a natureza, lutam para conseguir políticas públicas que lhes permitam manter seus territórios. Inclusive, lançando mão de estratégias como a formação de um movimento social e, conseqüentemente, a inserção na categoria política de Povos e Comunidades Tradicionais através do movimento. Não são só trabalhadores ou somente pescadores artesanais, são comunidades que têm uma multiplicidade de dimensões interligadas em função das relações socioculturais e com a natureza, isto é, com seus territórios, territórios de vida.

Nesse sentido, interpelam a divisão binária entre cultura e natureza, que é fundante do pensamento moderno ocidental dominante, mas não necessariamente uma questão real no âmbito das comunidades tradicionais onde predomina a dimensão da vida (ESCOBAR, 2000). Quando essa totalidade pretende se fragmentar a partir das políticas públicas criadas exogenamente, sem participação comunitária, se geram conflitos entre os pescadores e pescadoras artesanais que recebem as políticas e os agentes executores das políticas – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Força Verde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), etc. Isso implica que a lógica combinada de pesca, agricultura, caça e coleta se torna predominantemente pesca, após as limitações impostas pela criação do Parque Nacional (1989), enfrentando mais explicitamente, conflitos com a pesca industrial e as regulações públicas sobre essa atividade devido à especialização dessa atividade.

Na escala local da Ilha do Superagüi, a pesquisa mostra como as políticas públicas de desenvolvimento, que vêm da escala nacional e mesmo internacional, nega o modo de reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais quando da instalação do Parque Nacional do Superagüi e do avanço do capitalismo com base nas políticas públicas de modernização da pesca. Trata-se de conflitos que se estabelecem devido à superposição nos seus territórios do Parque Nacional do Superagüi e à expansão das políticas de desenvolvimento pesqueiro aliadas à pesca industrial e à privatização da terra e do mar e, portanto da restrição e inclusive proibição do uso dos territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades pesqueiras.

O modelo capitalista se expande e se fortalece mediante políticas públicas que se aplicam nacionalmente pelo governo Federal, mas que são idealizadas nos organismos internacionais de regulação e controle como: Banco Mundial – BM, Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, Fundo Monetário Internacional – FMI e as instituições que fazem parte do conglomerado de Nações Unidas como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Políticas aplicadas nas diferentes escalas independentemente das realidades locais, “invisibilizando modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas” (ESCOBAR, 2000, p. 116) e visando responder aos interesses de grupos econômicos transnacionais privados.

As políticas neoliberais dos anos de 1980 e 1990, executadas no mundo todo e que afetaram de forma contundente a América Latina, implicam na redução do papel do Estado na área social, desregulação econômica, ajustes fiscais e privatizações. Após o desgaste da proposta neoliberal, enterrada inclusive pelos seus mais fervorosos defensores, na atualidade assistimos a uma nova fase caracterizada pelo modelo desenvolvimentista-extrativo-exportador buscando perpetuar, ou inclusive aumentar, o atual nível de consumo através da exploração intensiva de recursos naturais não renováveis. Isso gera uma expansão das fronteiras de acumulação capitalista para territórios antes considerados marginais e improdutivos. São políticas que vêm sendo implantadas, mercantilizando todas as esferas de vida, as pessoas e a natureza (CECEÑA, 2008). Assim, na atualidade, configura-se na América Latina um cenário político de modelos de desenvolvimento agrário, industrial e extrativo-exportador (SVAMPA; 2009) profundamente desigual, hegemônico e homogeneizador. Como consequência, as comunidades tradicionais, dentre outras, são segregadas e desterritorializadas.

É nessa situação que se encontram os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades da Ilha do Superagüi respeito aos seus modos específicos de ser/reproduzir a vida. Suas atividades produtivas que sempre tiveram relação com a natureza vivendo, portanto, com tempo e espaço próprios (SILVA, 2004) e a conjugação de agricultura itinerante, caça, pesca, coleta de madeiras e de plantas nativas e medicinais que vinha sendo tradicionalmente a base de seu sustento e reprodução é inferiorizado e negado pelo modelo. São implicitamente desterritorializados pela política de desenvolvimento sustentável e/ou compelidos a se inserirem, mesmo que

marginalmente dentro do modelo, pelas políticas de modernização da pesca e aquicultura.

O ideal capitalista baseado no desenvolvimento implica em conflitos devido ao caráter homogeneizante da reprodução da vida e negando as pluralidades socioculturais onde se instala. O desenvolvimento tem características bem definidas que deveriam ser praticadas pelos países chamados em desenvolvimento para atingir o sucesso, fazendo parte de um imaginário de progresso e desenvolvimento por uma única via: a modernização tecnocêntrica, a industrialização e o modelo de pensamento lineal, pretensamente neutro e verdadeiro da ciência racional (HARVEY, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006; QUIJANO, 2005; SANTOS, 2006).

Esse modelo ocidental capitalista nega os saberes e a diversidade sociocultural (LEFF, 2001), as cosmovisões (SANTOS, 2006) que existem nos territórios nos quais se expande, não permitindo a reprodução específica da vida de cada um dos povos. O desenvolvimento, conceito de excelência para entender a reprodução do capital, atribui a esses povos a condição de atrasados, inferiores, pré-modernos, não desenvolvidos, gerando assim, uma naturalização da diferença, mas não a respeitando senão discriminando-a, hierarquizando-a querendo dominá-la e controlá-la (SANTOS, 2006). Isso se reproduz também pela colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005) que o Brasil, e a América Latina como um todo, após o período de colonização sofre as suas pressões. A colonialidade é a continuação da dependência econômica, política e de pensamento ocidental dos países de América Latina perante os Estados Unidos e a Europa.

Neste sentido, com esta pesquisa se identificam e se analisam os impactos gerados pelas instituições que executam políticas específicas de desenvolvimento e sustentabilidade, entendidas no contexto do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo, na comunidade de pescadoras e pescadores artesanais da Vila da Ilha do Superagüi. Esses impactos que provocam as políticas na escala local implicam em relações de conflito, e também de resistência, devido aos interesses divergentes do Estado e da própria comunidade. São conflitos políticos que se estabelecem entre os pescadores e pescadoras artesanais (que se auto-afirmam como Comunidade Tradicional da Ilha do Superagüi quando se organizam no Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais), os pescadores industriais, os turistas, e instituições como o ICMBio, o IBAMA, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e diversas Organizações Não Governamentais (ONG).

Especificamente nos centramos nas relações entre a comunidade de pescadores artesanais e as políticas públicas de desenvolvimento pela via sustentável com a instalação do Parque Nacional do Superagüi e pela via da modernização da pesca e da aquicultura. A instalação do Parque Nacional impõe normas proibitivas e as políticas de desenvolvimento pesqueiro modificam a lógica da pesca artesanal buscando modernizá-la ou voltá-la à aquicultura. As políticas de desenvolvimento sustentável geram a modificação da lógica de pesca, agricultura, caça e coleta de materiais da natureza, colocando a pesca como única atividade permitida na Ilha, ocorrendo o que seria um processo de especialização. Posteriormente, as políticas de desenvolvimento pesqueiro também impactam de maneira marcante à comunidade devido ao processo de especialização ocorrido como consequência das restrições das políticas de desenvolvimento sustentável. Assim, ambas as políticas impactam aos pescadores artesanais no uso da terra e do mar, no uso dos seus territórios tradicionalmente ocupados. São territórios nos quais não somente se realizam as atividades produtivas, mas se reproduz a vida sendo, portanto, afetados os modos de vida específicos da comunidade de pescadores artesanais.

A pesquisa resulta de preocupações que surgiram ao enxergar a multiplicidade de conflitos que se apresentam no território de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi. Esses conflitos não estão limitados à atividade produtiva em si, mas à vida mesma dessa comunidade. Neste sentido, a visualização desses conflitos só se tornou possível a partir da pesquisa participativa. Este tipo de proceder implica a interação permanente entre quem pesquisa e quem é o sujeito da pesquisa, ou seja, os pescadores e pescadoras. Assim, os dados da pesquisa, além da bibliografia consultada, são produto de relação de diálogo estabelecida com os sujeitos da pesquisa em diversas visitas de campo.

A seleção das duas políticas de desenvolvimento que são aqui pesquisadas ocorre com base no levantamento dos principais e recorrentes conflitos que apresentam os pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi nas conversas em campo. Foram realizadas seis visitas em campo, três visitas às comunidades do interior da Ilha do Superagüi e duas participações em atividades externas. A participação com a comunidade vem sendo realizada desde junho de 2009, por ocasião da primeira oficina

para construir uma cartografia social da Vila, dentro do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais e perdura pelo acompanhamento às reuniões externas e com a realização do mapeamento social promovido pelo MOPEAR junto à Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Deve considerar-se que as visitas de campo permitiram ter o sabor da dinamicidade e complexidade do território, a partir dos conflitos que a cada viagem eram explicitados pelos pescadores e pescadoras. Os momentos do mapeamento social são também fundamentais para a sistematização desses conflitos que mais preocupam aos pescadores, mas também são os conflitos cotidianos como uma multa do IBAMA por andar sem colete salva-vidas comentados nos campos que permitem enxergar que o campo de conflito é no âmbito da vida. Houve diversas oportunidades de dialogar com os pescadores e pescadoras sobre possibilidades de saída ou encaminhamentos diante dos conflitos e, também para tratar sobre a pesquisa dando importância à situação atual deles ao mostrar essas relações conflituosas entre populações tradicionais e unidades de conservação e pescadores/as artesanais com a pesca industrial. Neste sentido, a pesquisa participante modifica tanto quem pesquisa como quem é o sujeito da pesquisa, já que ambos se re-significam ao estabelecerem diálogos nos quais é possível enxergar as diversas visões sobre uma mesma problemática e, assim, possíveis soluções (THIOLLENT, 2005; THIOLLENT; SILVA, 2007).

Identifica-se que a participação nas atividades de luta dos pescadores e pescadoras artesanais é de vital importância para a pesquisa, assim como as visitas em campo nos territórios de vida das comunidades. Pois, acredita-se que a pesquisa não está desvinculada da luta política, da militância para a construção de vários mundos possíveis em pluralidade e alteridade. Isso resulta da compreensão do que Boaventura de Souza Santos caracteriza como não neutralidade na pesquisa devido ao compromisso social, mas sim objetividade, já que nela se utilizam métodos das ciências sociais (SANTOS, 2006).

A escolha do recorte territorial da Vila da Ilha do Superagüi se deve ao fato de já conhecer a comunidade antes da pesquisa o que significou uma relação de certa proximidade com essa realidade e com os pescadores artesanais da Vila do Superagüi e provocou a instigação de analisar de maneira aprofundada a situação de conflitos nos territórios de vida dos pescadores. Também se considera a importância de ser

pesquisada a organização social em processo de luta e resistência pela manutenção de seu território originada a partir da Nova Cartografia Social em função das políticas públicas. Outra questão é a possibilidade de acesso relativamente fácil por ter transporte coletivo desde Paranaguá e pela comunidade encontrar-se fora dos limites do Parque Nacional, já que se considera imprescindível a pesquisa em campo pela possibilidade de uma leitura combinada da realidade entre a teoria e a prática, trazendo a vivência dos próprios sujeitos da pesquisa.

A pesquisa se constitui por quatro partes. A primeira identifica os sujeitos da pesquisa, isto é, os pescadores e pescadoras artesanais com seus modos específicos de reproduzir a vida e caracterizando o território que eles ocupam tradicionalmente.

O segundo capítulo trata sobre as políticas públicas de desenvolvimento capitalista que se inserem no território com um discurso que se quer sustentável ambientalmente. Discorre sobre os conflitos que se estabelecem devido ao impacto dessas políticas e as resistências que se estabelecem a partir do auto-reconhecimento como comunidade tradicional. Este capítulo está referenciado no objetivo de identificar os conflitos e as resistências que acontecem no território devido às políticas ambientais do desenvolvimento sustentável.

O terceiro capítulo analisa a atividade predominante atual, a pesca artesanal, em relação com as políticas públicas de desenvolvimento desse setor, os impactos e a conformação do movimento dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral que significa uma forma de resistência às políticas públicas que os privam da reprodução de suas vidas. Neste capítulo, evidenciam-se as políticas de desenvolvimento da pesca na relação de conflito e resistência que, como já citado, é um dos objetivos da pesquisa.

O quarto capítulo articula-se num diálogo entre o singular e o universal trazendo questões sociais, políticas e econômicas de contexto do modelo de produção capitalista que originam conflitos na escala local. Refere-se aos mecanismos criados para propiciar a continuação da reprodução do capital – o desenvolvimento geográfico desigual, a acumulação por espoliação e o desenvolvimento sustentável – que ditam um modelo de desenvolvimento a ser seguido. Esse desenvolvimento que cria injustiças ambiental, social e nega qualquer outro modo de reproduzir a vida que não seja a partir dos pressupostos da acumulação, das hierarquias, da produção industrial-moderna e da ciência como parâmetro de verdade.

Quer dizer que ao longo dos capítulos identifica-se um modo de reproduzir a vida – dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi – que se faz desde uma identidade coletiva, uma tradicionalidade e um território específicos e pelos quais se luta e se r-existe em função de políticas públicas de desenvolvimento. Políticas estas que exigem o desenvolvimento, a proteção da natureza e a modernização seguindo parâmetros determinados de acumulação, consumo e produção que nega a diversidade de modos de viver existentes e possíveis. Produto de um modelo que mercantiliza todas as esferas da vida e, que sem uma mudança real e drástica, impossibilita as condições ambientais e sociais da vida no planeta.

1. PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI EM SEUS TERRITÓRIOS DE VIDA

A comunidade tradicional dos pescadores e pescadoras artesanais constitui seus territórios de vida na Vila da Ilha do Superagüi a partir, ou apesar, das mudanças. Desde a época da colonização brasileira, coincidente com a colonização da Ilha por estar a caminho da entrada do litoral norte do atual estado do Paraná, até a atualidade podemos observar transformações importantes na relação entre os pescadores e o território que ocupam.

Ao considerarem-se os pescadores e pescadoras artesanais, sujeitos produtores do território, nesse primeiro momento, há necessidade de uma caracterização detalhada. No início, recuperando a história dessa comunidade, para depois conhecer suas formas de reprodução da vida antes da instalação do Parque Nacional do Superagüi e finalizar caracterizando seus principais embates, produto, a maior parte deles, de diversas políticas públicas que se implantam em seu território de vida.

1.1 PESCADORES E PESCADORAS¹ NA ILHA DO SUPERAGÜI: CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades da Ilha do Superagüi desde a época da colonização ocupam e transitam a Ilha, inclusive mudando de comunidade, dentro da mesma Ilha ou na vizinha Ilha das Peças, de acordo com as relações de parentesco e sociais que se estabelecem. Ocorrem, por exemplo, casamentos ou relações mais próximas de trabalho com parentes de outras comunidades.

Segundo registros históricos, na Ilha houve cinco fases de ocupação: a indígena, a lusa, a jesuíta, a colônia suíça e, posteriormente houve uma estagnação da

¹ Para um histórico mais detalhado sobre as pessoas que habitam o litoral norte do Paraná até o litoral sul do Rio de Janeiro, comumente chamadas de caiçaras, consulta “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar” de Cristina Adams (2000). A autora faz uma discussão sobre a caracterização destas comunidades, em função do maior ou menor grau de envolvimento com a pesca ou com a agricultura, trata sobre o isolamento ou não da economia e do mercado, da conservação ou não em função de um equilíbrio com a natureza.

chegada de habitantes (BOUTIN, 1983; LOPES, 2009). Portanto, os pescadores e pescadoras que moram na Ilha são hoje uma miscigenação produto de todas essas fases².

As influências indígenas são dos índios tupi-guarani e carijós, moradores ancestrais das ilhas (GRAMANI; CORRÊA; PIMENTEL, 2006). Desde 1548, o alemão explorador Hans Staden, ao naufragar na Barra do Superagüi, se instala na região e realiza informes sobre a Baía de Paranaguá. Neles Staden relata a presença de portugueses e castelhanos morando junto com os indígenas em Superagüi (BOUTIN, 1983). Na época a Ilha já fazia parte da Capitania Hereditária de São Vicente, a primeira do Brasil, doada a Martim Afonso de Souza em 1532. Esta Capitania estava compreendida pela região entre a Baía de Paranaguá e a de Bertioga – 45 léguas de litoral – e foi a primeira onde se encontrou ouro (de aluvião) no novo território colonizado pelos portugueses (LICCARDO; SOBANSKI; CHODUR, 2004).

Em 1614 Diogo de Unhate, português, teve a primeira sesmária do atual estado do Paraná entre os rios Ararapira e Superagüi (BOUTIN, 1983). A chegada de jesuítas foi em 1699 e era com o objetivo de implementar a agropecuária, atividade que se prolongou no tempo. Para isso, eles tinham sítios de produção.

Em 1852, quando da compra da Ilha pelo cônsul geral da Suíça em São Paulo, Charles Perret-Gentil, houve também colonização especialmente de cidadãos suíços³, mas também de italianos, franceses e alemães e, em menor grau, de negros por eles escravizados (ATEM, 2008; BAZZO, 2010; RAMOS, FUCKNER, s/d). A propriedade tinha três partes: Guaraqueçaba no continente, Ilha das Peças e Ilha do Superagüi, sendo esta última a sede. Perret-Gentil tinha planos de levar colonos à Ilha para trabalhar com agricultura através de uma Companhia de imigração que pagaria as passagens das famílias suíças que seriam levadas a cada lote maior ou menor dependendo da capacidade de produzir de cada família. Não há se encontraram dados de que essa empresa tenha se efetivado (DYSARS, 2010). De qualquer maneira, houve colonização suíça de aproximadamente 260 pessoas e suas atividades eram voltadas especialmente para o cultivo de café, madeira, arroz, mandioca, milho, feijão, legumes e fumo

² Da cultura indígena as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitiço das canoas e jangadas, as flechas, os arpões e as tapagens; da cultura portuguesa, herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdaram a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos peixes (Diegues, 1983).

³ Uma das famílias que até hoje vive espalhada pelas comunidades do Superagüi, fruto da colonização suíça é a do colonizador e pintor Willian Michaud que chegou à Ilha em 1848, aos 19 anos e morreu em 1902 sem ter saído da Ilha (ATEM, 2008).

(LOPES, 2009). As famílias suíças vindas se adequavam ao sistema de lavrar a terra dos nativos e não ao contrário, conforme Perret-Gentil esperava e, em função disso, não considerada uma experiência de sucesso econômico (DYSARS, 2010).

Segundo Boutin (1983), por falta de subvenção do governo, devido ao fato da Ilha do Superagüi ser uma colônia particular, as atividades industriais não prosperaram. Isso, somado à distância com os mercados, gerou o desenvolvimento de práticas produtivas específicas relacionadas ao território e às relações sociais que se estabeleceram entre os moradores criando modos de vida específicos, distintos daqueles dos centros urbanos próximos (ATEM, 2008).

De um modo geral, a história dos grupos de pescadores-agricultores em questão prende-se decisivamente à condição marginal das regiões meridionais do Brasil no interior da economia colonial entre o século XVI e meados do século XIX – particularmente na área dos atuais Estados de São Paulo e do Paraná (SILVA, 2004, p. 12).

Portanto, pode se dizer que as comunidades de pescadoras e pescadores na Ilha relacionaram desde sempre as atividades dos indígenas nativos, como a pesca, com outras atividades produtivas (BOUTIN, 1983), criando seus próprios modos de viver de forma praticamente autônoma em função das circunstâncias da época. São modos relacionados aos conhecimentos da natureza, à maneira de usar o tempo, à transmissão de conhecimentos a partir da oralidade (CARDOSO, 2001) à adaptação e criação de técnicas, instrumentos e embarcações (SILVA, 2004). Isto repercute também em uma noção própria do trabalho, no qual não existe uma fragmentação no processo produtivo que implica compreender a vida como totalidade, não separando o trabalho da cultura, da comunidade, da natureza.

Mas em 1920 começam as mudanças mais intensas, quando da criação das colônias pela Marinha de Guerra brasileira⁴ e continuam com as políticas de modernização da Era Vargas (1930-1945). A criação das colônias de pesca implica o registro de todos os pescadores e, portanto, o controle das suas atividades referidas à produção e aos conhecimentos que eles têm dos territórios marinhos. À época, o conhecimento desses territórios era essencial devido aos possíveis ataques por parte de colonizadores de outros países. As colônias eram presididas por pessoas alheias à vida dos pescadores e traziam modelos de racionalidade moderna, incentivando a

⁴ Só em 1988 com as mudanças na Constituição Federal, foi adicionado o artigo nº 8 que permite a sindicalização, desvinculando-se assim as colônias de pescadores da Marinha e vinculando-as diretamente aos sujeitos implicados na atividade.

incorporação de motor nos barcos e modificando assim, a lógica produtiva dos pescadores artesanais. A possibilidade de chegar mais longe para pescar provoca maior concorrência e isso, por sua vez, torna a comercialização mais importante. As relações comunitárias mudam, a venda começa a ser também com atravessadores e o espaço de atuação dos pescadores se amplia requisitando novos conhecimentos respeito a conhecimentos técnicos e o meio. O consumo e a produção não se pautavam pela ambição senão pela necessidade (SILVA, 2004).

Nos anos de 1930 foi criado o Decreto Lei nº 291/38 de lei da Expansão da Pesca, que foi instituído para desenvolver e amparar a pesca nacional. O desenvolvimento torna-se possível através do aceso à Caixa de Crédito da Pesca para aquisição de equipamentos e insumos para pesca e para a instalação de pequenas indústrias. É também em 1938 que se cria o Código de Pesca com o Decreto nº 798/38 (GIULIETTI; ASSUMPÇÃO, 1995).

Na Ilha do Superagüi, incorpora-se o uso do motor na canoa, e a lógica de pesca muda, mas se mantém ainda um viver respeitoso com os tempos da natureza.

Desde 1937, a Ilha do Superagüi pertence ao município de Guaraqueçaba no litoral norte do estado do Paraná, passando ao município de Paranaguá durante o período de 1939-1947, no qual Paranaguá tinha também o comando de Guaraqueçaba. Em 1947, quando se restitui novamente o município de Guaraqueçaba, a Ilha do Superagüi fica sob responsabilidade deste município definitivamente (BRASIL, 2011).

A comercialização realizava-se especialmente em Cananéia, litoral sul de São Paulo com barcos de Santos (SILVA, 2004) e por isso, em 1953 se abriu, na até então península do Superagüi, o Canal do Varadouro, tendo melhor comunicação fluvial já que por mar aberto o perigo era extremo. O Canal que tinha começado a ser aberto na época imperial por escravos e já era transitado, mede em torno de 6 km de extensão, com uma largura de 50 metros e 6 metros de profundidade (Figura 2).



Figura 2 – Canal do Varadouro. Fonte: Zimbros (s/d).

Em 1961, o Conselho de Desenvolvimento de Pesca (CODEPE) desenvolve pesquisas, trabalha com formação de recursos humanos e planejamento e junto com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), criada em 1962, dão continuidade às políticas de desenvolvimento e industrialização da pesca (GIULIETTI; ASSUMPÇÃO, 1995).

Já em 1970, a Ilha do Superagüi foi inscrita como Patrimônio Natural e Histórico pela Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Este processo foi contestado em 1984 pela Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná para permitir a criação de búfalos e o desenvolvimento de atividades turísticas⁵. Mas a reivindicação não foi aceita, então em 1985 a Ilha foi tombada e “com a finalidade de garantir a proteção das ilhas de forma mais eficaz, foi criada em 1989 a unidade [de conservação integral], formada assim pela ilha do Superagüi e pela ilha das Peças.” (IAP, 2009).

Essas políticas, que estão presentes no contexto regional, não tem tido muita repercussão no território da Ilha do Superagüi devido, entre outros aspectos, à distância com o continente e à falta de interesse público. Mesmo assim, o estado do Paraná continua no empenho de “desenvolver” a Ilha através de diversas frentes de expansão

⁵Além da Empresa Agropastoril, segundo relatos de um pescador da Vila, à época havia também uma empresa mineradora (CRLima) e uma empresa de coleta de palmito Jussara.

inclusive, nos anos de 1980, com a instalação do Parque Nacional do Superagüi para proteger os recursos naturais garantindo o desenvolvimento futuro (BAZZO, 2010).

É especialmente a partir de 1989, com a criação do Parque Nacional do Superagüi em superposição com os territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da Ilha do Superagüi, que começam também conflitos entre estes e os órgãos ambientais gestores: IAP, Força Verde e IBAMA. Em 1991, a região foi abrangida pela Reserva da Biosfera Vale do Ribeira-Serra da Graciosa, em 1997 ampliou-se até o Vale do Rio dos Patos (continente), e as ilhas do Pinheiro e Pinheirinho e em 1998 foi intitulada pela UNESCO como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade (IAP, 2009).

O Parque Nacional do Superagüi é formado, portanto pela Ilha homônima, Ilha das Peças, do Pinheiro e Pinheirinho e o Vale do Rio dos Patos, formando uma área de 33.988 ha. (Figura 3). A sede administrativa do Parque encontra-se na Vila do Superagüi⁶ (Figura 4). A própria Vila do Superagüi não se encontra dentro da área do Parna, mas imediatamente próximo, ou seja, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Parque. De qualquer maneira isso implica em conflitos de superposição já que o território de vida dos pescadores e pescadoras não se restringe ao território das casas. Acontece que a categoria de parque nacional no contexto brasileiro implica a conservação integral da natureza, como será descrito posteriormente, considerando a ocupação de moradores dentro da área prejudicial.

⁶ Esta é uma casa de 100m² com alojamento e quatro seguranças, homens moradores da Vila. Fazem dois turnos por dia e trabalham dia sim dia não. São terceirizados de uma empresa de segurança de Curitiba, chamada Intercep. Vestem roupas pretas, usam cassetete e, às vezes, arma de fogo.

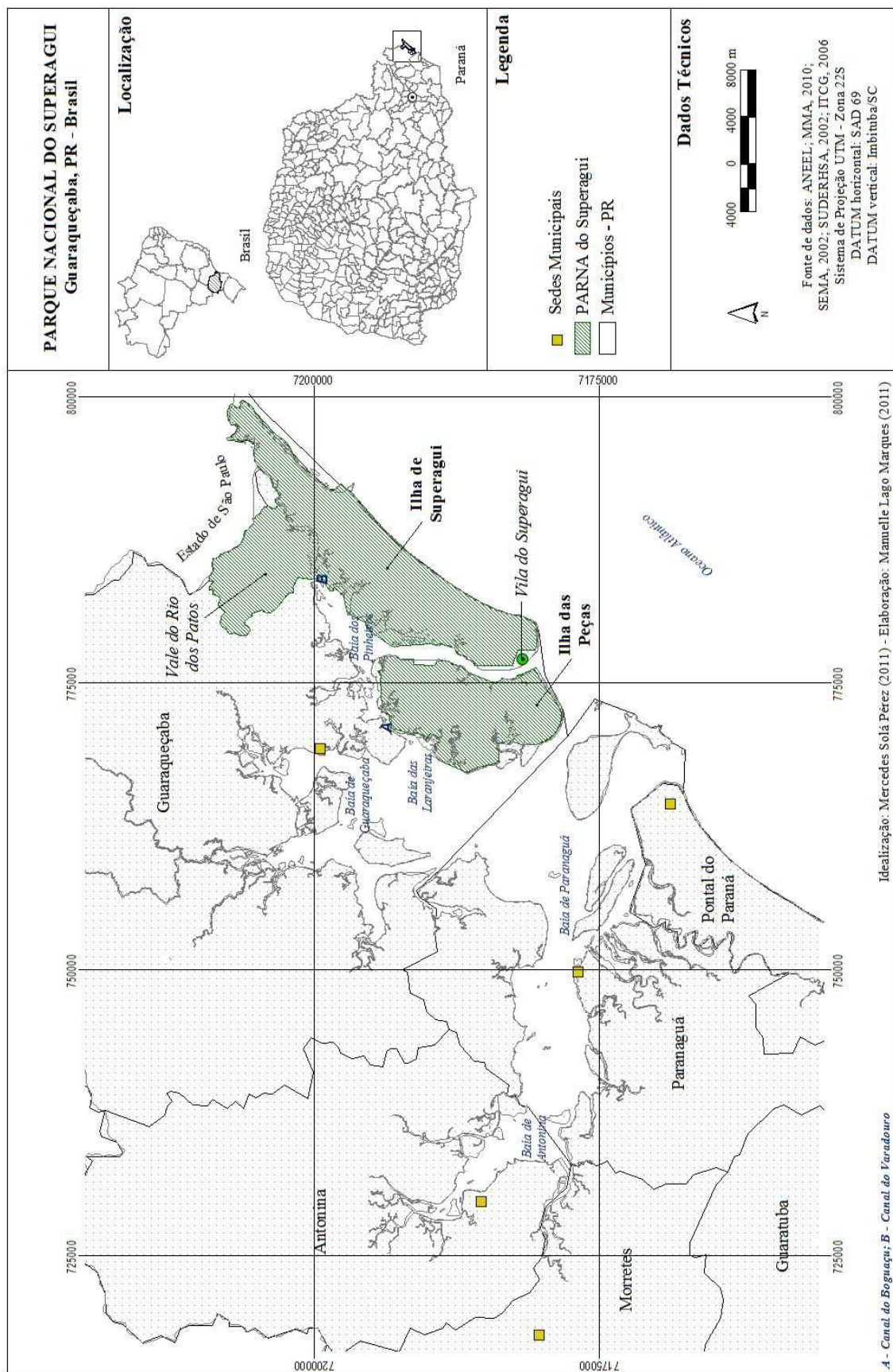


Figura 3 – Localização do Parque Nacional do Superagui. Organizado por Mercedes Solá Pérez. Realizado por Manuelle Lago Marques, 2011.

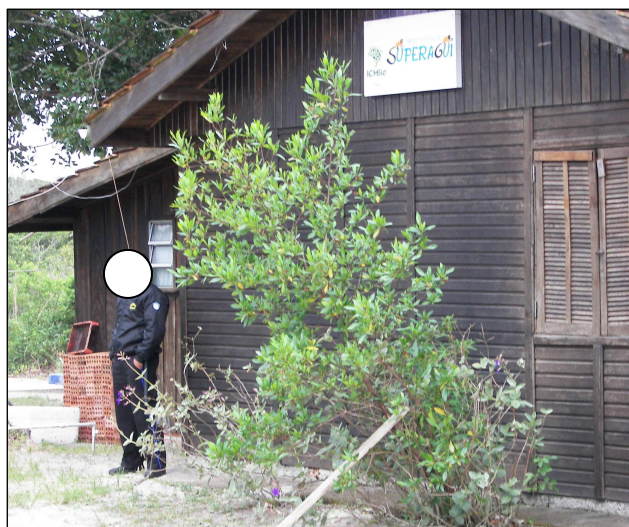


Figura 4 – Sede administrativa do Parque Nacional do Superagüi a cargo do ICMBio. Fonte: Shonhofen, 2011.

Por conta das normas do Parque Nacional, nos últimos anos, os indígenas Guarani Mbya que moravam no Morro das Pacas, próximo à comunidade do Saco do Morro⁷ ao lado da Vila da Ilha do Superagüi sofreram despejo⁸. O argumento foi que a comunidade de 29 pessoas que foram morar no Morro estava desmatando toda a área e que foi levada pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, nos anos de 1990 desde Rio Grande do Sul e Santa Catarina para a Ilha do Superagüi, como maneira de disputa e reivindicação de terras indígenas contrariando as normas do Parque⁹. Essa comunidade indígena, assim como os Guarani de outras regiões tem uma relação estreita com a natureza considerando-a sagrada. Suas estruturas são totalmente sustentáveis já que não utilizam material poluente, senão as próprias matérias-primas do local (LIMA, 2000). Mesmo assim, o mito da natureza intocada prevalece, sendo os indígenas proibidos de ocuparem seus territórios de reprodução da vida.

As comunidades de pescadoras e pescadores artesanais não foram expulsas das áreas, mas têm suas práticas produtivas restringidas. A distância do continente e as questões culturais que dizem respeito também à natureza implicam numa especificidade de modos de vida dos pescadores e pescadoras das Ilhas respeito ao continente. Isso, até

⁷ Para sua localização, ver a continuação a figura 7 – Comunidades do Parque Nacional do Superagüi.

⁸ A resolução da retirada surgiu a partir de discussão realizada no contexto do II Congresso Nacional de Unidades de Conservação (LIMA, 2000).

⁹ À época a FUNAI e o IBAMA ficaram defendendo os interesses de cada órgão, homologação de terras indígenas e instalação de áreas de proteção ambiental. O IBAMA, ao argumentar que a chegada dos Guarani M'bya foi um ano depois da instalação do Parna do Superagüi encaminhou a retirada dos indígenas do Morro das Pacas e da Ilha do Superagüi. Segundo o IBAMA, a FUNAI não deveria querer reivindicar territórios em unidades de conservação.

a instalação do Parque Nacional do Superagüi significa lógicas de tempo-espaço e trabalho diferenciadas na qual existia uma combinação de atividades produtivas, um tempo e um espaço que implicam numa identidade própria. Ocorre atualmente uma especialização na atividade da pesca que implica maior esforço de pesca em relação àquele que era feito na combinação agricultura-caça-pesca.

1.2 SERVIÇOS BÁSICOS NA VILA DO SUPERAGÜI

Em toda a Ilha do Superagüi, a pesca é artesanal e de acordo com a comunidade, estuarina ou marítima, sendo que especificamente os pescadores e pescadoras da Vila da Ilha pescam predominantemente em mar aberto devido à proximidade. As características da pesca artesanal são relacionadas à atividade próxima à costa, com embarcações de pequeno porte e pesca com pouca duração de tempo, em torno de seis horas (CORRÊA, 2003). A pesca é de peixes diversos como tainha, cação e crustáceos como o camarão sete barbas e o camarão branco. A distância dos centros de comercialização faz com que a venda da produção seja praticamente toda realizada por atravessadores, também moradores da Ilha, que possuem embarcações para o transporte até Paranaguá.

O transporte coletivo desde Paranaguá para a Vila da Ilha do Superagüi (Figura 5 a.b.), até o ano de 2010 era realizado três vezes por semana, nas: segundas-feiras, quartas-feiras, sextas-feiras e, ocasionalmente no sábado. O dono de uma das duas embarcações coletivas – e morador da Vila – comprou em 2011 uma nova embarcação, sendo possível atualmente manter uma frequência diária de viagens. Aos sábados há possibilidade de viajar em dois horários diferentes (9 horas e 14 horas) e aos domingos há transporte da Ilha para Paranaguá em um horário (17 horas). As outras comunidades precisam se deslocar desde a Vila com suas próprias canoas, sendo que a Barra de Ararapira que se encontra próxima à Ilha do Cardoso-SP tem melhor acesso com barco coletivo desde o estado de São Paulo¹⁰. O trajeto usual que o barco realiza é pelo mar de fora, na barra do Superagüi, área extremamente perigosa para navegação. É também possível beirar o lado oeste da Ilha das Peças sendo mais seguro o trajeto, mas

¹⁰ Para saber mais sobre o acesso e os modos de vida dos pescadores e pescadoras da Barra do Ararapira recomenda-se a leitura da dissertação de Juliane Bazzo (2010).

dispensando mais tempo e combustível¹¹. O custo do barco para turistas é o dobro do custo dos moradores, sendo que estes quando levam muitos quilos de carga devem pagar um valor além da passagem.



Figura 5 – a. Saída do barco coletivo de Paranaguá para Ilha do Superagüi. b. Chegada do barco coletivo na Vila do Superagüi. Fonte: Cardoso, 2011.

Na Ilha do Superagüi não há carros, sendo possível identificar o ocasional uso de bicicleta. Há também alguns cavalos que são especialmente utilizados para levar compras que chegam desde o continente (Figura 6 a.). Os caminhos ou trilhas são tracejados pela própria disposição das casas, neles há lixeiras e postes de energia elétrica (Figura 6 b.). As casas são construídas de madeira ou alvenaria e nem sempre têm cercas de separação entre elas. Nas comunidades menores, inclusive o uso de bicicleta é raro, utilizando-se especialmente de canoas motorizadas ou de remo para transitar pelas comunidades vizinhas. Nelas as casas são predominantemente de madeira, sendo de alvenaria a igreja do local.

¹¹ Devido a esta dificuldade e perigo permanentes de circulação entre a Vila e Paranaguá, como se verá posteriormente, os pescadores da Vila reivindicam a abertura do canal no rio Boguaçu no interior da Ilha das Peças.



Figura 6 a. – Cavalos utilizados para levar as compras. b. Trilhas da Vila com os postes de eletricidade.
Fonte: Shonhofen, 2011.

Na Ilha há aproximadamente dez comunidades¹²: Saco do Morro, Barbados, Pinheirinho, Tibicanga, Canudal, Vila Fátima, Caçada, Barra do Ararapira, Ararapira¹³, Praia Deserta e Vila do Superagüi. Esta última é a mais habitada, com aproximadamente novecentas pessoas, segundo relatos em campo, e a única da Ilha que se encontra fora dos limites da área do Parque Nacional do Superagüi (Figura 7). Ainda assim, as regulamentações do Parque, na prática, incluem à comunidade pelas restrições. A área que ocupam entre o limite do Parque até o mar é reduzida não podendo utilizar-se de nada que estiver nos limites do parque. Sendo assim, torna-se impossível manter hortas ou coletar lenha. Segundo relatos de moradores da Vila, os fiscais do Parque reprimem violentamente qualquer ação que os pescadores pretendam efetuar. E dentro dos limites permitidos para ocupação dos pescadores, área do entorno do Parque e, portanto Área

¹² A quantidade de comunidades na Ilha do Superagüi é divergente, não havendo consenso entre as fontes pesquisadas. Em campo foram visitadas sete comunidades (Saco do Morro, Barbados, Tibicanga, Canudal, Vila Fátima, Caçada, Praia Deserta e Vila do Superagüi), sabe-se com certeza da existência de mais uma delas (Barra do Ararapira). A dinâmica de conflitos implica também em certa mobilidade das comunidades e inclusive o desaparecimento de algumas, sendo calculado, portanto, um número aproximado de dez comunidades. Atualmente o ICMBio apresenta, em sua página de internet, que devido à última ampliação do Parque as comunidades de: Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Barra do Ararapira, Rio dos Patos, Abacateiro e famílias isoladas da Praia Deserta estão incluídas dentro do limite do Parque (ICMBIO, 2011). Porém não são contabilizadas todas as comunidades, já que não comenta das que estavam originalmente dentro da área do Parque e, portanto não identifica todas as comunidades realmente existentes.

¹³ Ararapira é uma vila sem comunidade, devido à abertura do Canal do Varadouro (que aumentou a erosão), ao avassalamento dos búfalos da Indústria Agropastoril e da instalação do Parna de Superagüi. Porém, tanto as casas como a igreja continuam sendo mantidas pelos ex-moradores com a esperança de um dia conseguirem retornar (FARIAS, 2009). O historiador e morador de Guaraqueçaba, José Muniz informou em conversa telefônica que “recentemente foi contratado um ex-morador por alguns destes que têm casas em Ararapira, para que morasse lá para cuidar das casas”.

de Proteção Ambiental, ainda há proibições sobre as reformas ou construções de casas para os filhos dos moradores e proibição de ter animais.

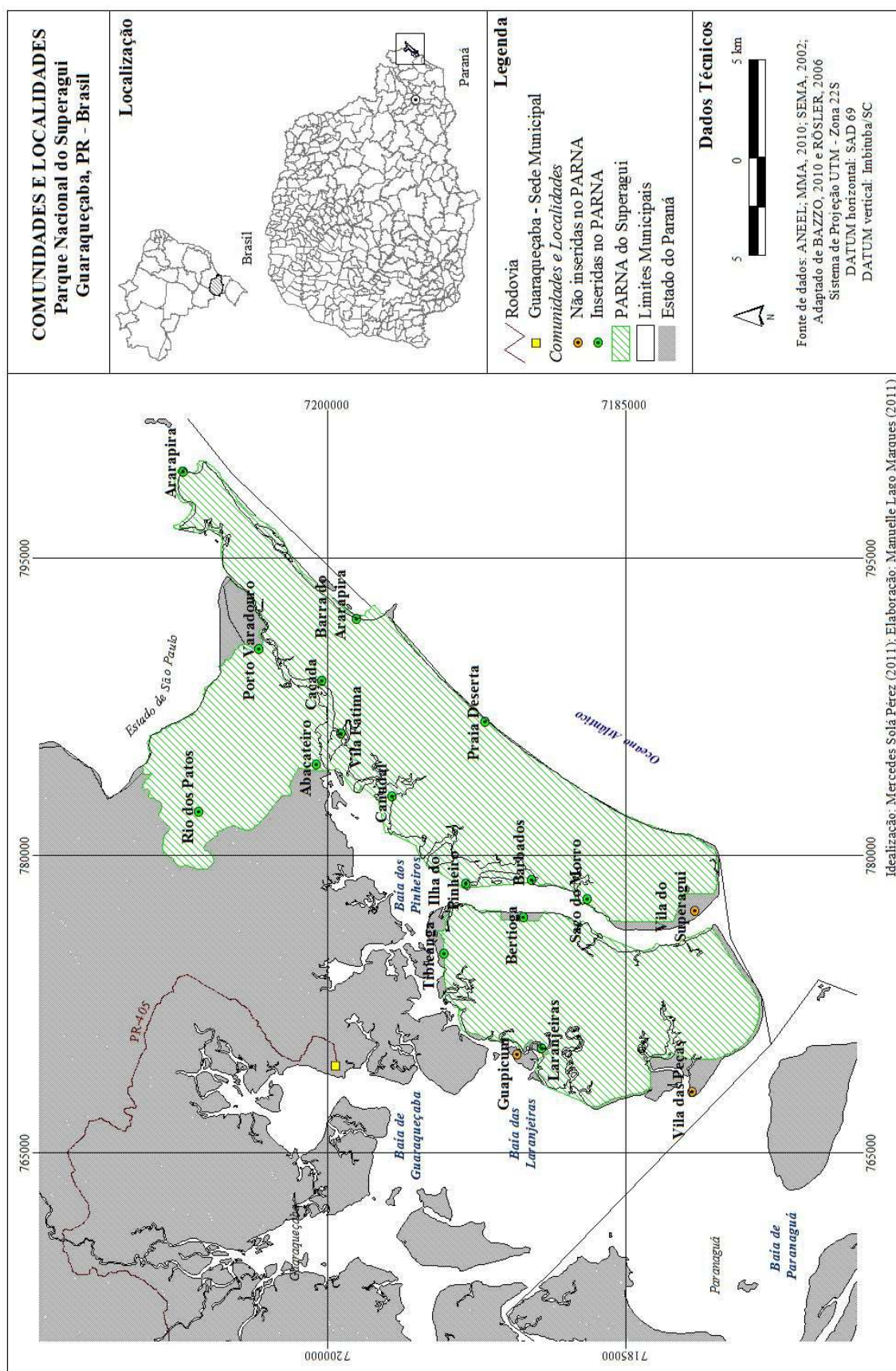


Figura 7 – Comunidades do Parque Nacional do Superagui. Organizado por Mercedes Solá Pérez. Realizado por Manuelle Lago Marques, 2011.

Os serviços públicos de educação e saúde são precários. Há escolas municipais em praticamente todas as comunidades, porém algumas não estão em funcionamento por falta de professores ou pela precariedade das estruturas. Há três colégios nas ilhas: na Ilha Rasa, na Vila da Ilha das Peças e na Vila da Ilha do Superagüi, sendo 350 os alunos matriculados entre ensino fundamental, médio e de jovens e adultos de 12 comunidades de pescadores. Até o ano de 2010¹⁴, o colégio estadual da Vila estava administrado pelo colégio Marcílio Dias da sede do município, mas uma nova política permitiu a emancipação (SEED, 2010). Inclusive, desde 2009 há uma proposta pedagógica diferenciada, adequada às ilhas. O colégio da Vila encontra-se no mesmo prédio da escola municipal (Figura 8 a.), mas segundo a Secretaria de Educação do Paraná – SEED/PR o objetivo é de construir novas infra-estruturas exclusivas para o colégio (SEED, 2011). No começo do ano de 2011 foi construído pelo Instituto Federal do Paraná de Paranaguá – IFPR o Telecentro Maré (Figura 8 b.) que é utilizado para curso técnico a distância de pesca e aquicultura¹⁵. As crianças, de acordo com a proximidade, se deslocam até a sede ou até a Vila para continuar seus estudos, sendo que esta última recebe as das comunidades de Saco do Morro, Barbados e Bertioga (Figura 8 c.). Em Caçada as crianças vão à escola no máximo até a quarta série para não precisarem sair da comunidade.



¹⁴ Cabe mencionar que esse dado foi anunciado no site da SEED, mas em campo foi corroborado que a emancipação do colégio acontecerá, de fato, em 2012, já que a eleição da diretora foi realizada na primeira semana de dezembro de 2011. Essa emancipação permite que os recursos que chegam da SEED, seja na forma de material escolar, merenda ou dinheiro para manutenção até 2011 eram repassados pela direção do colégio Marcílio Dias, ficando a critério do diretor a quantia repassada. Ainda respeito à merenda que poderia ser servida através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não é acedido pela comunidade devido à necessidade de possuir CNPJ para emitir as notas fiscais para o governo. A associação de moradores tem CNPJ, mas o mesmo encontra-se em situação irregular por não ter-se declarado isento.

¹⁵ Este curso técnico é realizado em parceria com o Ministério de Pesca e Aquicultura da nação (REITORIA, 2010). É importante relacionar isto com a instalação de parques aquícolas que será analisada no capítulo III.



Figura 8 a. Escola Municipal Prof. João Luiz da Silva, local onde também funciona o Colégio Estadual. b. Telecentro Maré. c. Transporte coletivo das crianças de outras comunidades que voltam da escola na Vila do Superagüi. Fonte: Shonhofen, 2011.

Com respeito à habitação¹⁶, nem o município nem o Estado federal (considerando que a Ilha é de domínio federal) têm ações a esse respeito. Inclusive, a própria manutenção das casas por parte dos moradores é restringida devido à necessidade de permissão por parte do ICMBio para construção ou reforma.

Ao contrário das outras comunidades da Ilha que utilizam painéis solares, a Vila possui luz elétrica colocada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999¹⁷. A energia chega à Ilha através de rede de distribuição por cabo submarino que começa em Pontal do Sul, no continente, e passa pelas ilhas do Mel e das Peças até a Vila do Superagüi. Isso implica no aumento de turistas e melhora a capacidade de estocar a produção pesqueira (FISHER, 2004). Nos caminhos feitos entre as casas há postes de luz elétrica fazendo com que o trânsito de pessoas à noite seja facilitado. Nas comunidades de Tibicanga, Barbados, Bertioiga e Poruquara, segundo comentários em campo em Tibicanga e Barbados, a começar de 2011 foi aprovado um projeto de instalação de energia elétrica. Mas até fins de 2011 não há ações que o demonstrem.

Em nenhuma das comunidades da Ilha há sistema de saneamento básico. Até mesmo na Vila do Superagüi onde há cada vez mais presença de turistas. Nas comunidades do interior como referido anteriormente, nem todas as casas têm módulo sanitário. Em 2004, o site Ambiente Brasil, divulgou que a coleta de lixo na Ilha do Superagüi é só realizada durante o período do verão, restringindo-se ao material

¹⁶ Vale a pena comentar que as estruturas das casas das comunidades do interior da Ilha têm uma disposição totalmente diferente às habitualmente vistas. As casas são compostas de quartos e uma sala, a cozinha “casa de fogo” é separada e dificilmente têm módulo sanitário. Este último cômodo é o mais utilizado, já que tem o fogo de chão permanentemente ligado e é possível além de cozinhar e defumar as carnes, se aquecer durante o inverno.

¹⁷ Relatos de campo indicam que até meados de 2011 nem todas as casas têm energia elétrica instalada pela COPEL. É por isso que algumas pessoas fazem os “gatos” nas suas casas.

reciclável. Por conta disso, os moradores acumulam lixo em depósitos improvisados sendo estocadas aproximadamente 250 toneladas de lixo. A prefeitura de Guaraqueçaba explica que não tem barcos suficientes para fazer a coleta e o IBAMA recomenda que os turistas levem o lixo de volta para as cidades onde há coleta freqüente de lixo (MORADORES, 2011). Em visita de campo, a informação é de que há um espaço para estocagem de lixo reciclável, mas nunca foi colocado em funcionamento. Uma vez por mês há um barco de Guaraqueçaba que coleta parte do lixo levando entre duas a três toneladas. Porém, as pessoas da Vila geram mais lixo e devido à falta de coleta e reciclagem, o mesmo é queimado.

A água, tanto na Vila como nas outras comunidades, é de poço já que o encanamento, vindo do morro das Pacas (ROTHEN, 2008) é precário (FISHER, 2004). Segundo Fisher (2004), a energia elétrica na Vila permitiu a utilização de bombas elétricas para abastecimento, combatendo assim, os problemas recorrentes de falta de água. O sistema de esgoto mal funciona desde 2003, sendo que os dejetos, em sua maioria, são lançados diretamente nas baías ou córregos.

Os postos de saúde são escassos, com infraestrutura deficiente e sem constância no fornecimento de medicamentos e outros materiais de primeiros socorros. Apesar disso, as necessidades nas questões de saúde são parcialmente atendidas já que, até hoje, especialmente as mulheres mais antigas das comunidades têm conhecimentos tradicionais sobre o uso das plantas medicinais, especialmente no interior da Ilha. Inclusive ainda há ocasiões em que as mulheres grávidas precisam acudir às parteiras da comunidade para ter seus filhos, já que a distância para Paranaguá ou Guaraqueçaba dificulta o traslado, especialmente quando se trata de uma urgência.

Identifica-se que essas condições de precariedade nas comunidades da Ilha do Superagüi, respeito à educação, à habitação, às infraestruturas, à saúde, etc. corresponde à exclusão característica dos espaços subdesenvolvidos segundo os parâmetros do modelo capitalista. Espaços estes que em determinado momento não permitem a acumulação de capital, caracterizando-se assim, como espaços não interessantes para o capital (HARVEY, 2005).

Depois desse panorama sobre as comunidades da Ilha do Superagüi de maneira geral e da Vila especificamente, identificam-se no próximo subitem as práticas produtivas dos pescadores artesanais da Vila.

1.3 PRÁTICAS PRODUTIVAS E CULTURAIS DA COMUNIDADE

Antes regulados pelo tempo da natureza – e não do relógio, da produção –, os pescadores trabalhavam o necessário para comer e, às vezes vender o excedente pescado (SILVA, 2004), para depois poder cultivando, construindo suas casas e seus instrumentos musicais, de pesca ou caça ou preparando a farinha de mandioca (Figura 9 a. b.).

As atividades produtivas, até a instalação do Parque, segundo Diegues (2005) e, especialmente em função dos relatos obtidos em campo, eram: a pesca (parati, cação, dourado, corvina, robalo, camarão sete barbas, camarão branco e tainha especialmente), agricultura itinerante (arroz, feijão, café, mandioca, batata, inhame, milho, etc.) e a caça (macuco, tatu e paca); também o corte e uso de diversos materiais para construção de utensílios, lenha e ferramentas diversas, canoas e suas próprias casas e a utilização de plantas nativas medicinais.



Figura 9 – a. Casa de farinha. b. Preparação da farinha de mandioca. Fonte: Ramos, 2010.

Ante a impossibilidade de manter todas as suas atividades produtivas, devido às proibições que chegam com a instalação do Parque Nacional do Superagüi nos seus territórios, as pessoas da comunidade se voltam especialmente à atividade de pesca e/ou aos serviços turísticos e serviços gerais como construção, limpeza de casas, etc.

Nas comunidades do interior da Ilha, a partir de Barbados, fazem coleta de ostras e alguns, apesar da proibição, ainda mantêm pequenos espaços de roçado. Na Vila do Superagüi a fiscalização costuma ser maior, além de que na área que eles têm, o solo é muito arenoso para roça. Por vezes, devido às proibições e aos conflitos com o avanço e depredação da pesca industrial, os pescadores artesanais do interior pescam na

Barra do Ararapira ou inclusive para o lado de São Paulo onde não é proibida a pesca de cerco¹⁸, para posteriormente comercializar e pagar as dívidas ou empréstimos.

Os pescadores artesanais da Vila do Superagüi pescam predominantemente, mas não exclusivamente, em mar aberto. O costume é sair em três ou quatro pessoas que vão dividir o pescado, seja peixe ou camarão, depois levar a produção para as mulheres beneficiarem isto é, descascarem dando maior valor na hora da venda, e vender aos atravessadores que o transportam para Paranaguá ou, inclusive São Paulo. Cabe ressaltar que os pescadores sempre reservam uma parcela da produção para consumo da família.

Na Vila, ao lado do trapiche foi construída uma estrutura (Figura 10) que teve diversas funções, mas até o momento, mal sucedidas motivo pelo qual hoje se encontra fechada. Primeiro teve o objetivo de ser utilizada para beneficiamento do pescado. Apesar de não haver uma razão específica de não ter funcionado, fechou. Hoje há um lugar de beneficiamento do pescado (Figura 11) onde, segundo comentários de um pescador, aproximadamente 30% dos pescadores vendem o pescado, uma parte das mulheres beneficiam o pescado para o dono, Osvaldo Silvano¹⁹ quem também comercializa a produção²⁰ em São Paulo. Posteriormente tentou se utilizar como espaço para fabricação de gelo e, em 2009, foi reformado pelo Programa de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR²¹ para ser um espaço de geração de renda. Foi feita uma cozinha comunitária e um armazém no qual os produtos vendidos tinham o preço dos mercados de Paranaguá ou Guaraqueçaba não sendo mais estritamente necessário sair da comunidade para comprar os alimentos básicos. O lugar estava sob comando da Associação dos Moradores²², recebia os produtos do governo e os moradores não

¹⁸ A pesca de cerco é com a rede do mesmo nome que tem comprimento de 90 metros por 5 metros de altura e malha de 22 cm. São redes especiais para captura de cardumes que se encontram em águas superficiais. A prática consiste em cercar o cardume e depois de capturá-los a rede é fechada formando praticamente um saco (LOYOLA e SILVA et. al., 1977).

¹⁹ Os outros 70% de pescadores e pescadoras beneficiam e vendem o pescado por conta, tirando só a cabeça ou tirando a cabeça e descascando o camarão. Às vezes vendem mesmo para outros atravessadores, mas por um valor superior já que passou por beneficiamento.

²⁰ A produção de camarão sete barbas é vendida de três formas diferentes segundo o beneficiamento: descascado, sem cabeça e congelado; sem cabeça e congelado e; farinha feita da cabeça do camarão.

²¹ O PROVOPAR tem também realizado atividades e infraestruturas na comunidade de Barbados. Construiu uma loja de artesanato e fez um curso de cestos e artesanato com cipó. Apesar das boas intenções, segundo relatos de um morador, houve um problema entre os diretores do Parque e a comunidade, porque a coleta de cipó é proibida. Isto demonstra uma contradição entre diversas políticas.

²² Para conhecer a atuação da Associação de Moradores, consulte Rothen (2003). Cabe adiantar que a associação tem alguns problemas como sua manutenção e tem pouca legitimidade perante a comunidade devido a gestões anteriores pouco comprometidas. Em campo, em reunião com o MOPEAR e o atual presidente da Associação de Moradores, este comentou que há irregularidades no CNPJ da Associação

precisavam viajar até Guaraqueçaba para comprar. Devido às demandas realizadas pelo mercado de Guaraqueçaba, se deixaram de enviar produtos para o armazém.



Figura 10 – Local para geração de renda da Associação de Moradores. Fonte: Shonhofen, 2011.



Figura 11 – a. Casa de beneficiamento de Osvaldo Silvano. b. Mulheres descascando o camarão sete barbas. Fonte: Solá Pérez, 2011.

Em relação ao turismo na Vila, algumas das famílias têm comércios como lanchonetes, bares e mercearias (também utilizados pela comunidade local) ou infraestruturas como pousadas e campings²³ (Figura 12) (GUARIDO, 2005), mas algumas acabam usando suas próprias casas para acolher aos turistas, inclusive suas próprias camas (ATEM, 2008).

devido a que a gestão anterior não tinha declarado isenção de impostos. Tramitações como estas impedem o bom funcionamento da Associação e a sua credibilidade. O presidente disse que tentará desmistificar o mau funcionamento da Associação com uma boa gestão na organização e representação da comunidade.

²³ Segundo o site do ICMBio (<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/209-parque-nacional-do-Superagüi>) há na Vila do Superagüi 20 pousadas e 7 campings.



Figura 12 – Camping no quintal da casa de uma família de pescadores. Fonte: Cardoso, 2011.

Parte do que hoje chama a atenção dos turistas é o fandango, antes realizado especialmente depois das colheitas coletivas (mutirões) e atualmente re-significado como uma forma de divulgação cultural e sustento econômico. É uma festa que se realizava depois do mutirão e nos festejos religiosos relacionados ao catolicismo ou ao carnaval. Os instrumentos são construídos com “caxeta”, madeira que se encontra na mesma Ilha, e são principalmente: viola, rabeca e adufo. Mas atualmente há proibição por parte do ICMBio de extração de materiais para construção dos instrumentos e também já não é possível cultivar, portanto acabaram as colheitas coletivas. Por conta disso atualmente o fandango está sendo menos tocado. Mesmo assim, a família Pereira, tradicional da Ilha, até hoje mantém a tradição da construção dos instrumentos, dos tamancos para o bailado e tocando acompanhado por cantos muitas vezes improvisados²⁴ (Figura 13 a). Hoje, quando se toca o fandango é na casa do fogo (Figura 13 b), muitas vezes acompanhado da cataia, bebida preparada com cachaça e a folha da cataia, árvore típica da região.

²⁴ Em Vila Fátima, em visita de campo, um dos moradores estava de luto pela morte da mulher e por conta disso, ele não estava tocando rabeca, isto mostra a espiritualidade do tocar, cantar e dançar o fandango.



Figura 13 – a. Randolph Pereira tocando sua rabeca. b. Casa de fogo em comunidade do interior da Ilha do Superagüi.

Fonte: Ramos, 2009.

A vida dos pescadores e pescadoras artesanais que até a instalação do Parque era vivida em sua complexidade, pelo vínculo entre a natureza, a cultura e a comunidade, se vê hoje negada devido à expropriação de uso e ocupação dos territórios de vida e reduzida à pesca, e ainda com certas restrições²⁵. Ocorre que, apesar de que as terras públicas – como é o Parque Nacional do Superagüi – têm caráter associado ao controle pelo Estado e, portanto pertencem a toda a sociedade, na prática o uso que o Estado lhe dá é para benefício de um segmento da sociedade (LITTLE, 2002).

1.4 PANORAMA SOBRE OS CONFLITOS NA COMUNIDADE

Essa aproximação antes realizada sobre os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi permite ter um panorama geral da comunidade. Apresentam-se a continuação os conflitos que eles mesmos levantaram durante o processo das oficinas da Nova Cartografia Social. Essas oficinas, que duraram aproximadamente oito meses, trouxeram à tona as práticas culturais, as formas de organização, os conflitos, as formas de resistência e o auto-reconhecimento dos pescadores artesanais no marco dos povos e comunidades tradicionais. Os conflitos

²⁵ A discussão sobre a especialização na pesca, as restrições e conflitos que enfrentam os/as pescadores/as é abordada de maneira mais profunda no capítulo 3.

levantados dizem a respeito de restrições de uso da natureza, de falta de infra-estruturas e de sanções e mesmo violações dos direitos de uso e ocupação do território de vida dos pescadores artesanais, seja na terra ou no mar.

Os pescadores e pescadoras artesanais da Vila indicaram, no fascículo da Nova Cartografia Social (Figura 14), os seguintes problemas referidos à instalação do Parque e às normas restritivas²⁶:

- Não poder fazer roçado nas áreas de solo fértil (ALMEIDA et al., 2010) já que as áreas do entorno do Parque, permitidas para uso e ocupação, estão em solo arenoso no qual não é possível cultivar e as áreas férteis estão dentro da área do Parque Nacional;
- Impedimento de criação de pequenos animais (ALMEIDA et al., 2010): Não tem uma explicação normativa, já que o plano de manejo ainda não foi realizado. Pode-se imaginar que essa restrição tem a ver com o fato de que a área de moradia dos pescadores é no entorno do parque, sendo esta uma zona de amortização. Isto é, uma área de transição na qual não podem ser realizadas atividades que prejudiquem ambientalmente a UC;
- Não poder construir ou reformar sem permissão (ALMEIDA et al., 2010) ainda pertencendo à comunidade, muito menos utilizar madeira do Parque;
- Proibição de coleta de produtos da floresta (ALMEIDA et al., 2010) e;
- Falta de coleta de lixo (ALMEIDA et al., 2010).

²⁶ Cabe lembrar que a Vila do Superagüi não se encontra dentro do Parque senão nos limites de entorno do mesmo. Apesar disso e da falta do plano de manejo que normatiza o Parque, as restrições são efetivadas pela fiscalização da Polícia Verde (Força Verde). Essa falta de normatização faz com que não haja uma clareza sobre o que pode ser feito ou não. A área de entorno, por vezes, tem atividades restritivas por ser parte de zona de amortização e APA, que é uma área na qual não se podem realizar determinadas atividades produtivas que possam prejudicar ambientalmente o parque.

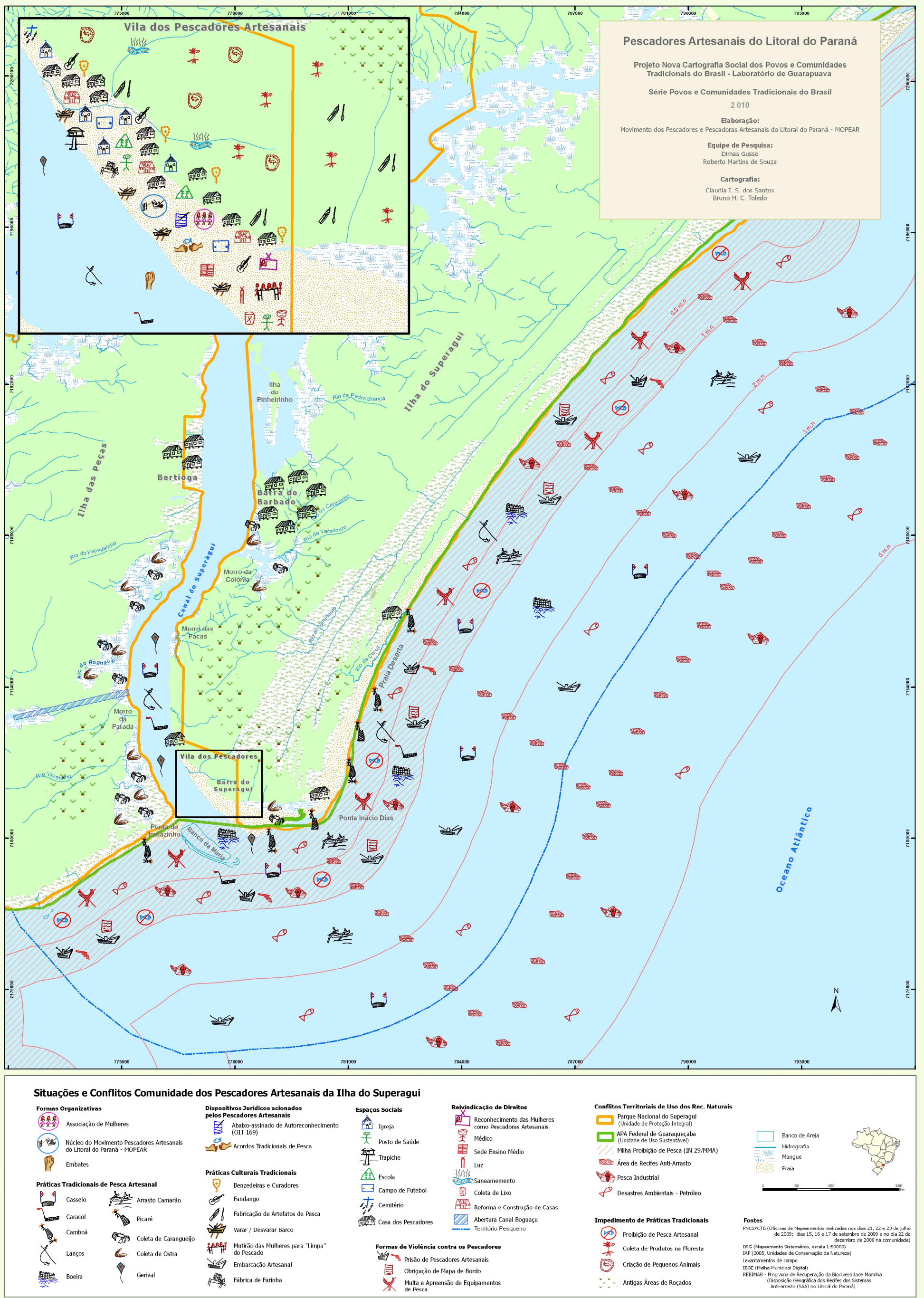


Figura 14 – Mapa do Fascículo N° 16 da nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Pescadores Artesanais da Vila do Superagui. Fonte: Almeida et al., 2010.

Em julho de 2009, um pescador artesanal leu uma carta (Anexo 1) no Encontro de Terra e Cidadania promovido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITCG, denunciando os impactos socioambientais negativos com a instalação do Parque Nacional do Superagüi, os conflitos com a possível instalação de recifes artificiais – que em lugar de servirem para a reprodução da biodiversidade marinha, serviriam para cortar as redes dos pescadores artesanais e significariam lixo no fundo do mar – e, os enfrentamentos com a pesca industrial em função da depredação e das milhas nas quais pescam.

Com tudo isso, pode-se identificar que com a instalação do Parque Nacional do Superagüi as práticas produtivas têm mudado drasticamente²⁷, gerando menor autonomia na reprodução da vida dos pescadores artesanais e levando-os a uma lógica diferente da tradicional sem eles terem possibilidade de escolha²⁸.

A partir do momento que as atividades produtivas relacionadas com terra firme são restringidas, a prática da pesca artesanal se intensifica. E com isso, aumentam os conflitos, como o enfrentamento com a pesca industrial. Apesar dos dados estatísticos indicarem mínima influência da pesca industrial no Estado do Paraná (LOBO COSTA, 2005), os relatos dos pescadores da Vila do Superagüi são de que há efetivamente presença industrial, que vem especialmente de Santa Catarina, Estado que tem um dos maiores índices de presença da pesca industrial, cuja produção é de 58,1% de toneladas frente à produção da pesca artesanal e da aquíicultura que somam 41,9% da produção (LOBO COSTA, 2005). Em agosto de 1990, a Associação dos Moradores da Barra do Superagüi (Vila de Superagüi como eles mesmos denominam) realizou um abaixo-assinado entregue ao então governador Álvaro Dias (1987-1991), solicitando que fosse restringido o horário de pesca das 6h às 18h. Já que desse modo os barcos industriais seriam impedidos de depredar a vida marinha (ROTHEN, 2003).

Especificamente em relação aos problemas referidos à principal atividade produtiva atual, a pesca, os pescadores e pescadoras artesanais identificam na Nova cartografia social (ALMEIDA et al., 2010):

²⁷ É também o caso da Vila das Peças e Tibicanga (comunidade do interior da Ilha das Peças), também inseridas no entorno do Parque Nacional do Superagüi (PEDROSO JR., SATO, s/d).

²⁸ Um pescador comentou em campo que a presidente do Parque certa vez propôs aos pescadores e pescadoras de fazerem artesanato para turistas (que hoje, é uma das atividades, junto às pousadas e restaurantes, que desenvolve a Cooperguará Ecotur incentivada pela ONG SPVS). O mesmo pescador disse que não tem como garantir o sustento do ano com os trinta dias que o turista está na Vila para comprar o artesanato.

- Falta de licenças suficientes para pesca. Faltam licenças para homens e também para mulheres que, quando não pescam, beneficiam o peixe ou camarão constituindo-se, portanto, em uma atividade referida à pesca. A consequência principal é a falta de auxílio na época de defeso²⁹.
- A pesca industrial acaba com os peixes para a pesca artesanal.
- Haver fiscalização intensa da pesca artesanal e nunca dos industriais.
- Proibição de pesca de cerco, sendo que é o costume dos pescadores artesanais da Vila.
- Ameaça de instalação de recifes artificiais. O projeto de instalação de recifes artificiais se localizaria não só ao longo da costa da Ilha do Superagüi, mas em todo o litoral paranaense³⁰. Em 4 de março de 2010, durante uma convocação de audiência que resultou numa reunião entre o Ministério Público Federal em Paranaguá, a Organização Não Governamental – ONG – Revitalização da Biodiversidade Marinha – REBIMAR –, encarregada do projeto de instalação dos recifes, e os pescadores e pescadoras artesanais, principais atingidos, os pescadores artesanais reivindicaram perante o Ministério sua participação efetiva sobre a decisão da instalação ou não dos recifes artificiais e argumentaram que se acontecesse a instalação se prejudicaria a pesca artesanal sem alterar a pesca predatória industrial.
- Desastres ambientais por derrame de combustível de embarcações conforme ocorreu em 2004 com o barco Vicuña que chegava ao Porto de Paranaguá. Esse barco que transportava metanol ficou em chamas durante 24 horas e espalhou combustível por toda a região em um raio de 6 e 20 km. de extensão (COORDINATION, 2004). Isto gerou a morte da maioria das espécies marinhas da área e contaminação da água, prejudicando também aos pescadores artesanais.
- Proibição estadual através da Instrução Normativa 29 do Ministério do Meio Ambiente de pesca na primeira milha náutica. Em função desta Norma foi

²⁹ A época de defeso é o período de tempo em que se proíbe a pesca de determinada espécie que coincide com o período de reprodução de mesma. Segundo o Código de pesca, que dispõe a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, através da lei 11959-09, no capítulo 2, item XIX considera – “defeso: a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.” O governo federal paga um seguro aos pescadores que tem carteirinha de pescador profissional durante este período de veda de pesca.

³⁰ Ver o projeto de instalação de recifes na figura X, página X do 3º capítulo.

feita em março de 2009 uma denúncia ao promotor de justiça da comarca de Antonina que diz especificamente respeito às multas recebidas por parte da Força Verde e também denunciam que a pesca industrial atua em áreas não permitidas. O Ministério do Meio Ambiente proíbe, no Paraná, a pesca de arrasto de camarão com portas³¹ a menos de 1 milha náutica (o equivalente a 1,852 metros), sendo para embarcações com capacidade superior a 10 toneladas, um limite de 1,5 milhas náuticas. A pesca pelo sistema de parelhas³² só deveria ocorrer a uma distância de no mínimo 5 milhas (IN nº 29 MMA/PR). Na prática, o que vem ocorrendo é a fiscalização aos pescadores artesanais – de pesca com duas portas que somadas, representam 24 quilos – sem considerar que o arrasto industrial está ocorrendo em distâncias menores de 250 metros da costa e com portas de 150 quilos cada uma. Os pescadores artesanais recebem não somente uma multa, mas ameaças permanentes por parte da Força Verde.

Respeito à atividade turística, se bem os pescadores não a apresentam como conflito, pesquisadoras da área identificam que se houvesse um planejamento de maneira realmente comunitária poderia até ser uma boa possibilidade de renda complementar e não teria grandes impactos negativos ambiental e socialmente na Vila (FISHER, 2004; NIEFER, 2002). Mas a falta de um plano de manejo no Parque – que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) deveria ser realizado em um prazo não superior a cinco anos após a instalação do mesmo e ainda não foi realizado – atrapalha inclusive esse tipo de iniciativas. Segundo as normativas gerais dos parques nacionais, ao contrário do que acontece com qualquer atividade dos moradores, não é proibida a atividade turística.

Segundo alguns estudos realizados, especialmente na área do turismo, na Ilha do Superagüi devem ter-se cuidados especiais com o excesso de visitação (SILVA, 2010), com a degradação ambiental e social (FISHER, 2004; SILVA, 2010), com a falta de saneamento (FISHER, 2004) e a proliferação de drogas (SILVA, 2010). A vantagem principal do turismo é que os pescadores têm uma fonte de renda no seu local de morada

³¹ A rede de arrasto com portas é uma estrutura com forma cônica que mede 8 metros de comprimento e 9 metros de boca, com malhas de 4 cm. na boca, 3 cm. no meio e 2 cm no copo. As portas são peças de madeira de 0,70 m. de comprimento aproximadamente e 0,50 m. de largura. Nelas se amarram os cabos da rede e servem para abrir a boca da rede horizontalmente (LOYOLA e SILVA et. al. 1977).

³² A rede é tipo de cerco que é presa a dois barcos que vão cercando o cardume.

(GUARIDO, 2005; NIEFER, 2002; SILVA, 2010), permitindo a reprodução de suas vidas sem terem a necessidade de se deslocar para outros lugares em busca de emprego.

No caso do Parque Estadual do Cardoso que fica próximo ao Parna de Superagüi – criado através do Decreto Estadual de São Paulo 40.319 de 1962 – por exemplo, está sendo construída toda uma estrutura para turistas e pesquisadores (Figura 15 a), ainda que anteriormente tenha sido proibido o modo de reprodução da vida dos pescadores que moram na Ilha antes da instalação do parque (Figura 15 b). Ou seja, a construção de infra-estruturas é arbitrária já que se constrói para pesquisadores – o que implica impermeabilização do solo, utilização de materiais, modificação da área do Parque –, mas não se permite a permanência dos pescadores, cuja modificação das condições ambientais é menos intensa.



Figura 15 – a. Construção de infra-estruturas no Parque Estadual do Cardoso. b. Casa de pescador no Parque Estadual do Cardoso. Fonte: Ramos, 2010.

O turismo privilegia a população urbana, mas dificulta a presença das populações que moram nas UCs (ARRUDA, 1997). Além disso, Colchester (2000) ressalta que a chegada do turismo cria grande dependência econômica às comunidades. Fica sempre a questão de saber qual é a linha divisória dos males menores. Aceitar os turistas, inclusive dando estrutura e propiciando a vida dos pescadores, mesmo que de maneira relativamente dependente, mas permitindo a reprodução da vida a partir de outros meios, ou não permitir a presença nem dos turistas nem dos moradores sendo estes despejados ou vendo-se na necessidade de saírem dos seus territórios por não poderem manter suas vidas de nenhuma maneira? Mas o que se observa na prática é a permissão de turistas e a proibição de pescadores artesanais.

A demanda turística ainda é relativamente pequena se comparada com a Ilha do Mel, por exemplo, mas com a instalação de energia elétrica³³ e a proximidade do Parque a dois grandes centros urbanos, Curitiba e São Paulo a demanda pode aumentar consideravelmente, sendo urgente a elaboração de um plano de manejo que inclua um planejamento turístico (FISHER, 2004; NIEFER, 2002). Além disso, o plano de manejo deve ser realizado não somente por pesquisadores e organismos ambientais como IAP e IBAMA, mas com os próprios pescadores artesanais, sujeitos de direito tradicional de uso e ocupação do território.

Os serviços públicos de educação, infra-estrutura, habitação e saúde são precários, segundo comentários dos pescadores e como já visto. Um dos argumentos é que as comunidades do interior do Parque, pela legislação, não deveriam mais ocupar esses territórios. Porém, considera-se que o Estado deveria garantir boas condições de vida à população e dar uma solução perante a proibição da reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais no interior e no entorno do Parque.

Respeito à política de modernização da pesca e da aquicultura, uma questão que ainda não está materializada, mas já está em marcha é a concessão e instalação de parques aquícolas em três áreas das baías dos Pinheiros e das Laranjeiras. É um projeto que está sendo implantado pelo Ministério de Pesca e Aquicultura por indicação da FAO para combate à fome e segurança alimentar. O que se apresenta aqui é a privatização de áreas onde atualmente os pescadores artesanais pescam e utilizam para se alimentar e reproduzir suas vidas³⁴.

Perante a diversidade de conflitos, a comunidade da Vila do Superagüi tem se organizado de diferentes formas: de moradores, de mulheres, movimento de pescadores artesanais do Paraná (MOPEAR). Mas estas formas nem sempre têm sido bem aceitas pela comunidade e têm provocado, por vezes, conflitos internos devido a interesses divergentes, confusões entre os moradores/as por alguns pensarem que os associados/as não querem ajudar à comunidade senão ganhar dinheiro, etc. A participação é restrita e o tempo que as pessoas dessas associações ou do próprio MOPEAR tem de dedicar nem sempre é compensado (pela comunidade ou pelas reivindicações atendidas), criando certo desânimo entre os participantes.

³³ Sobre os impactos respeito à instalação de energia elétrica na Vila do Superagüi, consultar a dissertação de Dailey Fisher (2004).

³⁴ Esta questão será tratada de maneira aprofundada no capítulo 3.

Ao longo deste capítulo observa-se que há diversidade de conflitos que se referem tanto a questões internas entre os moradores da Vila, quando há falta de organização social ou divergências sobre os processos de resistência; como externas, em relação às ONGs, à pesca industrial, às políticas públicas de desenvolvimento sustentável ou de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Inclusive identificam-se conflitos de divergências de atuação entre os diferentes órgãos públicos, por exemplo, o PROVOPAR querendo promover o artesanato com materiais da natureza e o IBAMA proibindo o uso dos mesmos ou, a FUNAI querendo instalar uma Terra indígena em Superagüi e o IBAMA retirando os indígenas para conservar a natureza sem presença humana.

Os conflitos entre os pescadores e pescadoras artesanais e os organismos públicos que trazem as políticas públicas de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento da pesca e aquicultura – especialmente tratados nesta pesquisa –, resultam de lógicas que se contrapõem. São estas, a lógica hegemônica da produção do espaço em função do modelo de produção capitalista e a lógica de re-produção da vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Naquela é necessário preservar ambientalmente certas áreas para poder continuar com a degradação em outras, em nome do desenvolvimento e com o intuito único de produzir para o lucro. Em função disso, no território da Vila de Superagüi se dá um novo arranjo do espaço em função do processo de acumulação capitalista, tirando a possibilidade de reprodução da vida dos pescadores/as artesanais.

A vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi e das outras comunidades atingidas pelo Parque Nacional do Superagüi vem sofrendo restrições permanentes que impedem a sua reprodução nos territórios. Não se respeita que há modos diferentes de ser iguais (PORTO-GONÇALVES, 2006), se estabelecem parâmetros de certo e errado conforme o ideal capitalista, onde a hierarquia, o desenvolvimento, a tecnologia, a modernidade e o progresso é o único caminho do aparente sucesso (SANTOS, 2006). Esse ideal é imposto a partir da criação de políticas públicas que vão seguindo a linha da negação de outras racionalidades não ocidentais modernas. A manutenção dos modos de vida nos seus territórios é cada vez mais dificultada.

Analisa-se, a continuação, os conflitos referidos à apropriação da natureza através das políticas de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável em divergência com o viver como totalidade dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do

Superagüi. Também se identificam as formas de resistência que os pescadores trazem como forma de r-existir às políticas que implicam na priva(tiza)ção da natureza.

2. APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS OU REPRODUÇÃO DA VIDA?

Desde o ano de 1989, a instalação do Parque Nacional do Superagüi em terras tradicionalmente ocupadas por pescadores e pescadoras artesanais cria permanentes conflitos. Essa superposição de territórios implica para os pescadores artesanais na negação da lógica da reprodução das suas vidas.

Isso se deve à existência de uma racionalidade capitalista dominante de produzir que nega outras racionalidades, especialmente aquelas de comunidades minoritárias ou consideradas pré-modernas que não só criam produtos, mas produzem e reproduzem suas próprias vidas de maneira relativamente autônoma. Essa racionalidade ocidental, moderna e capitalista tem no desenvolvimento uma de suas expressões mais determinantes. Um desenvolvimento constituído em várias escalas, por várias instituições e que se difunde através de políticas públicas como as aqui analisadas, as políticas de desenvolvimento sustentável – a continuação – e de modernização da pesca e da aquicultura – capítulo 3.

Neste sentido, apresenta-se a continuação a origem do imaginário do desenvolvimento, que permeia todas as políticas públicas e implica uma única racionalidade pela via do progresso; as políticas públicas brasileiras que dizem a respeito do desenvolvimento sustentável e o neodesenvolvimentismo, propondo uma nova cara para o desenvolvimento e; os conflitos e as resistências no território dos pescadores artesanais, produto dessas políticas.

Como já visto na introdução, aposta-se por uma análise crítica do pensamento dominante ocidental que nega outras racionalidades (SANTOS, 2006) e por um paradigma de análise que privilegie a diversidade de cosmovisões e pluralidades (LEFF, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2006) como forma de entender os conflitos que travam diariamente os pescadores e pescadoras artesanais da Ilha de Superagüi. A “razão metonímica” do pensamento ocidental (SANTOS, 2006) se materializa de forma excepcional no discurso e na prática do desenvolvimento: um desenvolvimento, o desenvolvimento ocidental, como medida e rumo de todos os desenvolvimentos possíveis. Em função desse pensamento desenvolvimentista, os pescadores e pescadoras artesanais seriam subdesenvolvidos, precisariam de uma ajuda para entrar no caminho correto, o do progresso, do desenvolvimento.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO: NEODESENVOLVIMENTISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Problematiza-se a continuação, o desenvolvimento no contexto da realidade pesquisada, tentando explicitar os princípios que o sustentam e analisando as políticas públicas que o difundem, perpassando diversas escalas (global, nacional, local), com foco especial na Vila da Ilha de Superagüi.

2.1.a. O caminho único do desenvolvimento

Qualquer que seja o adjetivo que se dê, o conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, a acumulação de capital com todos os efeitos positivos e negativos que conhecemos: concorrência sem piedade, crescimento sem limites marcado pelas desigualdades, pilhagem sem atender à natureza (LATOUCHE, 2007, p. 21).

No ano de 1949, período no qual está já instalado o processo de substituição de importações no Brasil (1930-1960) e, portanto de modernização, se forja uma divisão na esfera mundial. A mesma é determinada pelo presidente eleito em EUA, Harry S. Truman, exatamente no discurso de sua investidura, a todos os países do mundo. Nesse discurso, o mundo ficou dividido não somente entre o socialismo ao estilo da União Soviética e o capitalismo do *american way of life*, mas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A divisão foi de tal forma naturalizada que implicou na homogeneização de diversas formas de organização social e em um único caminho para o progresso, o desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Assim, EUA através de diversos organismos como FMI, BM, BID e a Organização das Nações Unidas³⁵ com suas secretarias, ditaram receitas de sucesso para alcançar o desenvolvimento, buscando que o socialismo não tivesse espaço nas ex-colônias européias e garantindo a própria hegemonia estadunidense (LATOUCHE, 2007).

A política de desenvolvimento na primeira década de implantação foi visando o crescimento econômico, e assim sendo, o índice que mostrava o nível de desenvolvimento de um país era unicamente o Produto Interno Bruto (PIB) (ESTEVA,

³⁵ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945 no contexto de finalização da Segunda Guerra Mundial para “lutar contra as potências do Eixo”, ou seja, Itália, Alemanha e Japão. Mas vinha gestando-se desde 1941, encabeçada pelo presidente de EUA F. Roosevelt e o primeiro ministro do Reino Unido, W. Churchill pela paz e a segurança mundial (ONU, 2011).

2000). Por isso, no Brasil busca-se a modernização, através da proliferação das indústrias e, especificamente no setor da pesca, pelo uso de motor e incentivo à pesca industrial (SILVA, 2004). A modernização do campo é, pela chamada revolução verde, a utilização de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes), técnicos (maquinarias) e biológicos (Organismos [trans]Geneticamente Modificados) (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Em 1962, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) recomendou a integração desses dois aspectos ao desenvolvimento, incorporando assim, a necessidade de equilibrar o planejamento econômico com o social. “Ao unir o adjetivo ‘social’ ao conceito de desenvolvimento, é evidente que o que se tenta não é colocar realmente em questão o desenvolvimento, senão como muito acrescentar-lhe um aspecto social ao crescimento econômico” (LATOUCHE, 2007, p. 27).

A década de sessenta caracteriza-se então pelo desenvolvimento com planejamento econômico e certa preocupação social. O indicador do PIB como resultado do desenvolvimento parece não responder às necessidades gerais dos seres humanos, por isso se soma à preocupação econômica, a social. Inserem-se as questões da educação, saúde e nutrição (LATOUCHE, 2007). Porém, o resultado é novamente negativo já que as necessidades são levantadas seguindo critérios da racionalidade ocidental e nem mesmo nesse contexto que se quer social dão conta de sanar essas “necessidades”. Gera-se assim descontento social que reforça questões tais como a destruição do meio ambiente, a opressão das mulheres, o desemprego, etc. São questões trazidas pelos novos movimentos sociais que nascem especialmente, mas não unicamente, nos “países desenvolvidos,” mudando o viés dos movimentos sociais tradicionais das lutas sindicais (ESTEVA, 2000). No Brasil, durante os anos do governo do presidente E. Médici (1969-1974) houve um crescimento econômico excepcional e por isso, foi chamada a época do milagre econômico, fruto dos empréstimos externos com o conseqüente aumento da dívida externa a níveis impagáveis. O Brasil desses anos – assim como a maioria dos países de América Latina – é um país dominado pela ditadura militar, pela repressão e a modernização “obrigatória” através da industrialização. As pessoas que formavam os movimentos sociais do país eram permanentemente reprimidas, torturadas ou exiladas (FOSCHIERA, 2010).

Em 1975, a Assembléia das Nações Unidas cria a abordagem das necessidades básicas satisfeitas como parâmetro de medida para o desenvolvimento, sempre

considerando uma única via de necessidades e sem considerar as diversas vias de organização social divergentes do modelo ocidental, o capitalista (ESTEVA, 2000).

A década de 1980 foi chamada de década perdida devido aos programas de ajuste estrutural do FMI e BM e às dívidas a que os países subdesenvolvidos deveram se submeter por seguir o ideal desenvolvimentista. No Brasil, ainda era tempo de ditadura com a presidência de João Figueiredo (1979-1985) e, posteriormente de transição à democracia devido à morte de Tancredo Neves. Quem o sucedeu foi José Sarney (1985-1990), oficialmente o primeiro presidente civil depois de anos 21 anos, mas não eleito por voto direto (BRASIL, 2011). Isso implicou no âmbito nacional na efetiva implantação da política de ajustes estruturais ditados desde o FMI pelo governo de Sarney.

Nos anos de 1990, nos países do “Norte” (os desenvolvidos), houve uma virada para o “re”-desenvolvimento que significava desenvolver o que não tinha sido desenvolvido e o obsoleto³⁶. No “Sul” (os subdesenvolvidos) desenvolve-se a colonização econômica do setor informal e se recebem os resíduos do “Norte” como o lixo nuclear, indústrias poluentes e ultrapassadas³⁷, privilegiando a produção da indústria leve, como as indústrias têxteis, de alimentos, calçado e bebidas, com relativo valor agregado e também do setor comercial. Cria-se um novo indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e, em função disso, “O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou em 1990 o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano” (ESTEVA, 2000, p. 72). Esse relatório – publicado anualmente até a atualidade –, inclui não somente o PIB, mas outros aspectos como a longevidade e o nível educacional da população³⁸.

Mas ainda querendo minimizar alguns impactos, a política vai nesse caminho de um desenvolvimento de via única no qual, por exemplo, a educação formal é especialmente escrita (desvalorizando a oral) e com conteúdos programáticos que servem para formatar os alunos não necessariamente ensinando-lhes a viver, mas a produzir e consumir seguindo a racionalidade moderna ocidental e a adequar-se às normas hierárquicas e aos padrões da sociedade capitalista (ILLICH, 1985). No plano

³⁶ Quer dizer o prémoderno, o atrasado, aquelas práticas e conhecimentos negados, as experiências invisibilizadas de que fala Boaventura de Souza Santos (2006) e analisado brevemente na introdução deste trabalho.

³⁷ O envio de lixo nuclear e a instalação de indústrias obsoletas nos países subdesenvolvidos é parte do conflito ecológico-distributivo que tratam a justiça e o racismo ambientais. Conceitos que serão abordados no capítulo 4.

³⁸ A longevidade é medida pela expectativa de vida ao nascer e o nível educacional é avaliado seguindo o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula de todos os níveis de ensino (PNUD, 2011).

político-econômico, além dos ajustes estruturais da década de 1980, na década de 1990 com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), mas especialmente com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) e (1999-2003) há desregulamentação, abertura comercial e se reduz a intermediação dos estados nacionais perante o mercado. Também continua em aumento a dívida criada pela ditadura. Esse governo

acelerou o processo de privatização, liberalizou o fluxo de recursos financeiros, removeu barreiras econômicas e, para atrair capitais, reduziu o Estado social, estabeleceu superávits primários crescentes e manteve os juros com uma das taxas reais mais altas do mundo. A sua aposta era que, com essas medidas, a entrada de investimentos diretos estrangeiros seria vigorosa e impulsionaria o crescimento econômico (LEHER, 2003, p. 81).

Nesse sentido, o que resta para a sociedade brasileira, latino-americana e “subdesenvolvida”? A via do desenvolvimento na fase neoliberal que implica na pobreza e precarização da vida da maioria da população, na diminuição dos territórios dos camponeses pela expansão agrícola especialmente de monocultivos, na adequação do trabalho formal dentro de marcos de empregabilidade flexível implicando em contratos sempre provisórios e num progresso que nunca chega.

É o neoliberalismo implantado em Brasil e em América Latina através do FMI e o Consenso de Washington, cujas conseqüências são: a destruição dos serviços públicos, o desmantelamento dos sistemas de proteção social, a poluição e destruição dos ecossistemas, o enfraquecimento dos Estados-Nação e o aumento do poder das empresas multinacionais (SVAMPA, 2009).

Esse panorama do que significam as políticas públicas de desenvolvimento para a população permite identificar que o caminho do sucesso é cheio de exclusão, uma racionalidade única que não permite a vida a partir de outras lógicas não capitalistas, exige o endividamento eterno para percorrer o caminho no qual sempre há alguém na frente que é o desenvolvido, quem domina e quem dita o que deve ser feito. Por isso,

Podemos definir o desenvolvimento realmente existente como uma empresa que pretende transformar em mercadoria a relação dos homens entre eles e com a natureza. Trata-se de explorar, pôr valor, de lucrar a partir dos recursos naturais e humanos. Uma empresa agressiva com a natureza e com os povos, que é, de igual modo que a colonização que a precede e a globalização que a segue, uma obra ao mesmo tempo econômica e militar de dominação e conquista (LATOUCHE, 2007, p. 22).

Mas em que implica essa via desenvolvimentista para a comunidade de pescadoras e pescadores da Vila do Superagüi? Implica na destruição da lógica específica do viver a partir de uma cultura, um território, uma visão da natureza. Exclui-se a comunidade por ser “atrasada”, “pré-moderna” fazendo um julgamento negativo da mesma. Impõe-se um valor econômico à natureza, se mercantiliza a vida.

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. [...] Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado (ESTEVA, 2000, p. 74).

Essa negação do modo específico de vida dos pescadores artesanais se materializa no território pela proibição de acesso à natureza e conseqüentemente a necessidade de uma mediação maior com o mercado para a compra do que antes era produzido ou coletado nos seus territórios e por suas próprias mãos. Significa também que o parâmetro com o qual é analisada a comunidade parte do princípio ocidental de enxergar a natureza como recurso, sendo que os pescadores conseguiam viver a partir de outra visão não mercantilizada e um manejo não predatório da mesma.

Isso se corrobora também em outros casos de superposição de territórios tradicionalmente ocupados e UCs³⁹, além dos casos dos megaempreendimentos como, por exemplo, na Amazônia com a expansão mineral, metalúrgica e petrolífera (SEVÁ FILHO, 2010), quer dizer, comunidades que são permanentemente atropeladas e marginalizadas na corrida pelo ideal desenvolvimentista. A questão da sobreposição de territórios dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi em relação à aplicação das políticas públicas de desenvolvimento sustentável se analisa a seguir.

2.1.b Apropriação da natureza e desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento, em meados da década de 1970 e especialmente a começos dos anos de 1980, se investe de um novo adjetivo na tentativa de re-formulação, o desenvolvimento sustentável. Este conceito permite a continuação do desenvolvimento com a aparente responsabilidade de cuidar da natureza. É assim que a natureza se torna alvo de políticas públicas, ao mesmo tempo, de conservação e de mercantilização da

³⁹ Segundo Abirached et al. (2010), há atualmente 70 casos de sobreposição de terras indígenas, quilombolas ou de comunidades tradicionais com unidades de conservação.

natureza. Essa mercantilização é a chamada “modernização ecológica”, cujas ações são “destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e a ativar o mercado” (ACSELRAD, 2002). Quer dizer, se lhe atribui ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, colocando-lhe valor à natureza.

Para compreender as atuais políticas referidas ao desenvolvimento sustentável é preciso trazer os pressupostos das correntes da conservação e da proteção da natureza já que estes são as bases das políticas públicas que vigem hoje.

De forma quase hegemônica, um dos modelos implementados de unidades de conservação da natureza nos EUA e que foi disseminando-se pelo mundo especialmente a partir da década de 1960⁴⁰ (ARRUDA, 1997), é o modelo de preservação da natureza sem seres humanos, considerando a “natureza natural” – valha a redundância – isto é, sem modificações ou inserção humana, instaurando-se o chamado por Diegues de “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2000). O preservacionismo tem como prioridade essencial a proteção da natureza silvestre e, portanto separada da humana. A base científica que respalda esta vertente é a biologia da conservação desenvolvida desde os anos de 1960 (MARTÍNEZ ALIER, 2011). Sua ação principal é a criação de áreas naturais onde existe grande biodiversidade ou onde há espécies ameaçadas (SVAMPA, 2009). Os motivos são diversos: frear o crescimento econômico; estéticos; utilitários, espécies comestíveis e medicinais como reserva para o futuro ou; espirituais, por vezes relacionado à biofilia. Diversas organizações espalham essa vertente pelo mundo como, a União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), a Rede WWF (antes conhecida como Fundo Mundial para a Natureza – WWF) e a *Nature Conservancy* (NC) (MARTÍNEZ ALIER, 2011).

Além dessa vertente referida à ecologia profunda cujo interesse é exclusivamente a preservação da natureza, a vertente da ecoeficiência também permeia as políticas públicas. Esta vertente iniciada por Gifford Pinchot se caracteriza pelo uso eficiente dos recursos naturais, controlando os níveis de poluição e o uso de tecnologias. Direciona-se aos impactos ambientais ou riscos à saúde gerados por atividades industriais, da agricultura moderna e da urbanização. A natureza é, desde esta perspectiva, recursos naturais que, mediante a modernização ecológica podem ser utilizados, dando ênfase na importância da eficiência técnica. A conservação dos recursos naturais é o que hoje deriva no desenvolvimento sustentável, isto é, princípios

⁴⁰ Apesar do primeiro parque nacional dos EUA ter sido criado a fins do século XIX (1872), o conceito se espalha pelo mundo com maior intensidade na década de 1960.

politicamente aceitos que não questionam o desenvolvimento, base essencial para a reprodução do capitalismo. “A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercados de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas” (MARTÍNEZ ALIER, 2011, p. 28). Ou seja, busca a continuação do desenvolvimento no molde do mundo moderno, mantendo-se o nível de industrialização e o consumo atual, mesmo sendo através de “indústrias limpas” (SVAMPA, 2009) ou mesmo, energias limpas⁴¹. É com esse fundamento de ecoeficiência que se criaram também os Organismos Transgenicamente Modificados (OTM)⁴².

As ações da modernização ecológica são

[...] destinadas essencialmente a promover ganhos de eficiência e a ativar mercados. Trata-se, neste caso, de agir exclusivamente dentro da lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, economizando o meio ambiente e abrindo mercados para novas tecnologias ditas limpas (ACSELRAD, 2000, p. 1).

Neste sentido, também há uma estratégia de continuar com a utilização de materiais poluentes ou com o alto consumo de recursos naturais não renováveis, mas com a obrigação de compensar pelos danos ecológicos a partir do pagamento de ecoimpostos. Este é um pagamento de um valor econômico como modo de mitigação do dano ecológico.

Ambas as vertentes preservação e ecoeficiência caminham juntas, se entrelaçam, especialmente no âmbito das políticas públicas. Neste caminho criam-se no Brasil, as categorias de unidades de conservação (UC) que são divididas em dois grupos: de proteção integral e de uso sustentável⁴³. Sendo este primeiro formado pelas categorias de parque nacional (Parna), estação ecológica (EE), reserva biológica, monumento natural e refúgio de vida silvestre; e o segundo grupo pelas categorias de

⁴¹ É o caso de hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas ou energia eólica que são apropriadas por empresas para o barateio de seus próprios custos. Também acontece que de fato esse tipo de energias podem ser menos poluentes, se comparadas com outro tipo de energias, mas é instalado em áreas onde são atingidos os camponeses ou, as pessoas mais pobres, por exemplo, por alagamentos ou ruídos das hastes, o que implica um racismo ambiental (PACHECO, 2011).

⁴² Porto-Gonçalves (2004) identifica a diferenciação entre Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e os OTM, já que as primeiras são modificações que podem acontecer através de processos naturais de especiação. Mas os OTM são modificações que acontecem em laboratórios ocorrendo a desapropriação do conhecimento tradicional pelas empresas.

⁴³ Vale ressaltar que esta categoria de proteção de uso sustentável foi somente incorporada a partir de 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sendo que a categoria de proteção integral existe na prática desde 1937 quando da criação do primeiro parque nacional. Essa incorporação foi produto da luta de movimentos sociais, ambientalistas e comunidades tradicionais especialmente da Amazônia (DIEGUES, 2000; VIANNA, 2008).

área de proteção ambiental (APA), área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista (Resex), reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN) (Art. 8, SNUC). O primeiro grupo é o que leva em conta essa visão da natureza sem seres humanos. A categoria de parque nacional, UC que interessa especialmente para este trabalho, é a mais antiga categoria. O objetivo do parque nacional

segundo a legislação brasileira, é preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O manejo dos parques, feito pelo Instituto Chico Mendes [de Biodiversidade], leva em consideração a preservação dos ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o turismo. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade (ICMBIO, 2011).

No Brasil, em 1937, foi criado o primeiro parque, o Parque Nacional do Itatiaia⁴⁴ e até hoje, seguindo o mito, continua o processo de desapropriação de terras para regularização fundiária daquelas pessoas que habitam o parque. Atualmente, no estado do Paraná há um total aproximado de 11 UCs federais, 68 UCs estaduais, 11 RPPNs e 111 UCs municipais, totalizando duzentas e vinte unidades de conservação (IAP, 2011).

No litoral norte do Paraná atualmente há cinco tipos de unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba, a Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, Reservas de Patrimônio Particular Natural (Reserva Ecológica do Sebui, RPPN Fazenda Figueira, mais conhecida como Reserva Natural do Salto Morato⁴⁵, Reserva Natural do Itaquí, Reserva Natural do Cachoeira e Reserva Natural do Morro da Mina) e o Parque Nacional do Superagüi (FIGURA 16).

⁴⁴ Informações sobre o Parque em: < http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/index.php?id_menu=89 > Acesso em 8 mar 2011.

⁴⁵ ICMBio – RPPNs Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/PR/>> Acesso em 19 abril 2011.

Além da criação de figuras de proteção ambiental, o “cuidado” com a natureza se expressa, como já foi apontado pela questão de como é a apropriação da natureza, do desenvolvimento e do sustentável. Essa questão, amplamente discutida desde os anos 60 também por movimentos ambientalistas, é incorporada com força como discurso governamental a partir do Relatório Brundtland de 1987 (DIEGUES, 2000). Este relatório institui o conceito de desenvolvimento sustentável que “é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações” (UN, 2010). Ou seja, a sustentabilidade é apresentada pelo Relatório e assim, pelas políticas públicas através de duas diretrizes que se complementam: a conservação da natureza “intocada” e a continuação do desenvolvimento com aparente base sustentável, ou ecoeficiência.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído pela lei 9.985 de 2000, cuja fiscalização está sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério de Meio Ambiente, há duas classificações e suas cinco e sete categorias respectivas, já citadas: áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável. E define o Parque Nacional no artigo 11 da Lei 9985/00.

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (SNUC, 2000).

Quer dizer, o mito da natureza intocada, vale para aquelas pessoas que habitam o território e não para pesquisadores e turistas. Neste sentido, as comunidades que

tradicionalmente usam e ocupam os territórios deveriam ser deslocadas dos mesmos em virtude da conservação da natureza, da pesquisa e do turismo.

Respeito ao mencionado no Artigo 14 § 2º sobre o Plano de Manejo, o mesmo deve ser, segundo o Art. 27, realizado em cinco anos da criação do parque. Além do SNUC, o regulamento dos Parques Nacionais, vigente desde 1979 pelo Decreto 84.017, determina no

Art. 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o plano de manejo.

Art. 6º - Entende-se por plano de manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

Art. 7º - O plano de manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Nacional que poderá, conforme o caso, conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características:

I - Zona Intangível [...] II - Zona Primitiva [...] III - Zona de Uso Extensivo [...] IV - Zona de Uso Intensivo [...] V - Zona Histórico-Cultural [...] VI - Zona de Recuperação [...] VII - Zona de Uso Especial (SNUC, 2000).

O Plano de manejo, portanto, indica as diferentes áreas, suas possibilidades de uso e as diretrizes gerais dos parques nacionais. Considerando que depois de 22 anos de criado o Parque Nacional do Superagüi, até o momento não tem plano de manejo e as diretrizes são dadas pelo diretor do Parque. Independentemente disso, pode observar-se que mesmo no zoneamento indicado no SNUC para os planos de manejo dos parques nacionais, as manifestações históricas e culturais humanas ao igual que a beleza natural contribuem com o atrativo turístico do parque, igual a qualquer museu, que *mumifica* as comunidades.

Os pescadores e pescadoras artesanais do Superagüi apesar de terem manejo tradicional da natureza para re-produção permanente dela e de suas próprias vidas, ante estas políticas públicas se vêm na iminência de conflitos nos seus territórios. Isso se deve às questões antes levantadas em relação à visão desenvolvimentista, que mercantiliza a natureza e exclui outras racionalidades não predatórias e consumistas.

Sendo que o parâmetro de conservação da natureza é o mesmo para a sociedade moderna ocidental e as comunidades tradicionais, isso obriga às comunidades a incorporar a sustentabilidade como arma de luta, porém mantendo parâmetros próprios

e inclusive dando ênfase na questão das desigualdades ambientais e da justiça (ACSELRAD, 2010).

Além das políticas públicas de conservação da natureza, as políticas neodesenvolvimentistas – que são analisadas a continuação – também permeiam a vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

2.1.c Políticas neodesenvolvimentistas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Russef (2011- atualidade)

As políticas neo-desenvolvimentistas nascem no contexto de América Latina devido ao fracasso das receitas do desenvolvimento da fase neoliberal das décadas de 1980 e 1990. Como já dito, o neoliberalismo auspiciado pelo Consenso de Washington é caracterizado pelo trinômio: liberalização, privatização e desregulação. Isso representa a abertura e subordinação do mercado à economia internacional; a desregulamentação dos mercados (laboral, financeiro, etc.); a fragilização dos Estados-Nação, na sua face de Estado Providência, desmontando os serviços públicos sociais especialmente; e o predomínio do poder de empresas transnacionais no âmbito das decisões políticas.

No Brasil, as políticas neoliberais são implementadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Depois desse período, os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006 e 2006-2010) se caracterizam pelo neo-desenvolvimento cujos fundamentos são: a disciplina fiscal e monetária, a continuação da exploração de matérias-primas a partir de mega-projetos e políticas sociais de caráter, sobretudo, compensatórias (IHU, 2009).

O BNDES procura então o fortalecimento dos grupos de capital privado nacional e o investimento a partir do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que nasce com Luiz Inácio Lula da Silva e se perpetua no atual governo de Dilma Russef. Este Programa abrange três áreas principais: logística isto é, transportes, estradas, hidrovias, portos, aeroportos; energia, com a instalação de hidrelétricas, pró-álcool, biodiesel e pré-sal e; infra-estrutura social e urbana como saneamento e habitação popular⁴⁶ (IHU, 2009; TAVARES, 2010).

Estes mega-projetos são as tão famosas e controversas barragens, estradas, portos, etc. que vêm prejudicando tanto Povos e Comunidades Tradicionais quanto a

⁴⁶ O PAC tem as mesmas propostas da IIRSA “Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana” para América Latina, na qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) investe em transportes, energia e comunicação para o desenvolvimento da economia do Brasil e da região.

própria natureza. Segundo Zibechi (2006), esta “Integração” promovida pela Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana [e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento] gera maior pobreza, desigualdade, concentração de riqueza pelas poucas empresas donas das redes e meios de produção e, altos impactos ambientais. Para paliar esses problemas e seguindo essa estratégia de medidas compensatórias, incentiva-se o acesso a créditos como é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para pequenos agricultores, pescadores e aquicultores, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Também, criam-se diversos tipos de auxílio de transferência de renda para aquelas pessoas que se encontram em situação da pobreza extrema, como o Programa Bolsa-Família que inclui a Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás e o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC (MDS, 2011; TAVARES, 2010).

Na Ilha do Superagüi, as políticas que prevalecem são as referidas a algum tipo de auxílio como Bolsa-Família⁴⁷ e a do crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF para pescadores⁴⁸. O programa financia créditos para infra-estrutura, produção e capacitação dos pescadores artesanais. Considera-se parte disso: redes e apetrechos, embarcações, motores e infra-estrutura de armazenamento (*freezer* e câmaras) de transporte (caminhão, reboque) e de comercialização (balanças, caixas térmicas, bancas para feiras livres). E os beneficiários são para aqueles pescadores com carteira profissional que se dediquem à atividade com fins comerciais (LOBO COSTA, s/d), ou seja, poucos. Além disso, como será identificado posteriormente, tem a política de auxílio no período de defeso.

A questão que aqui se apresenta é a dependência que essas políticas geram na população e o enfraquecimento das possíveis lutas sociais, devido ao recebimento de auxílios ou devido à necessidade de pagar o crédito, sendo imprescindível a captura e venda do peixe. Por outro lado, como a comunidade de pescadores e pescadoras artesanais do Superagüi não pode mais se sustentar pela apropriação da natureza de acordo às suas formas, como será analisado posteriormente, se vê na obrigação de aceder a esse tipo de políticas para manter sua vida. Também, como visto, os auxílios

⁴⁷ Apesar de não ter ainda dados exatos, as visitas em campo permitiram identificar que são vários os pescadores e pescadoras usuários desses auxílios. As estatísticas do Ministério de Desenvolvimento Social mostram que no município de Guaraqueçaba, ao qual pertence a Ilha do Superagüi, as beneficiárias do auxílio Bolsa-Família para o mês de abril deste ano (2011) são 927 famílias de um total de 7870 habitantes (segundo o Censo 2010), sendo que cada família tem uma média de 3 ou 4 pessoas. Quer dizer, que aproximadamente 3151 pessoas, um 40 % da população, como mínimo, se vêm favorecidas por este tipo de transferência de renda (MDS, 2011).

⁴⁸ As questões referidas ao PRONAF serão identificadas no capítulo 3.

são unicamente para aqueles pescadores que têm carteira profissional e que tem a atividade de pesca para fins comerciais. Ou seja, o caminho do progresso, do desenvolvimento é alcançado por poucos, para aqueles que conseguem fazer a conversão da pesca artesanal à industrial de maneira que possam ter carteira profissional, comercializando, adquirindo créditos e mudando a lógica de viver para uma lógica produtivista mercantilista.

Pode-se dizer em virtude dessas questões que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi “um governo social-democrata, que se utiliza de receitas neoliberais, que pratica o paternalismo histórico e que não mexeu absolutamente nada nas questões estruturais” (TAVARES, 2010). Considera-se em definitiva que, a etapa de neodesenvolvimentismo no contexto de América Latina é a continuação do neoliberalismo por outros meios (DÁVALOS, 2011; FÉLIZ, 2008). Dávalos (2011) identifica que atualmente há um

processo de reconversão caracterizado pela desindustrialização e a produção basicamente de *commodities* baseadas nas matérias primas, onde os governos utilizam o monopólio legítimo da violência para garantir o despojo territorial, que significa a propriedade dos povos ancestrais, para colocar esses recursos naturais para circular na órbita do capital (DÁVALOS, 2011).

Seguindo o mesmo raciocínio, Féliz (2008) aponta que a etapa de acumulação neo-desenvolvimentista se sustenta através de salários baixos e cambio alto em um contexto de exploração intensiva das riquezas naturais. É neste sentido que a continuação do neoliberalismo e, as pequenas mudanças são referidas a diminuir os custos sociais da acumulação capitalista a partir de transferências condicionadas de dinheiro aos grupos sociais mais vulneráveis (SANTOS, 2010).

Essas políticas públicas apresentadas, como se pode vislumbrar, trazem conflitos no território de vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi, já que modificam totalmente as relações sociais e produtivas da comunidade.

2.2 – CONFLITOS ENTRE A COMUNIDADE DE PESCADORES e PESCADORAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também,

separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39).

As políticas públicas acima citadas trazem conflitos à comunidade de pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi. Especialmente, a política de conservação da natureza pela superposição do Parque Nacional com os territórios de vida dos pescadores artesanais que significa a proibição do uso e ocupação tradicional de suas terras.

O desenvolvimento com base sustentável traz à tona o desenvolvimento de tecnologias que eventualmente permitiriam a poupança do uso de energia e materiais menos contaminantes sem impedir a modernização (DIEGUES, 2000; LEFF, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2004, SVAMPA et al, 2009). Neste sentido, por exemplo, instalam-se represas hidrelétricas especialmente em áreas onde vivem indígenas, camponeses, comunidades negras (MARTÍNEZ ALIER, 2007). Supostamente, uma energia limpa que resulta um mal menor. No entanto, o ônus fica com as populações que moram lá, o que vem se denominando de “racismo ambiental”, isto é, injustiças sociais e ambientais produto de ações que recaem sobre etnias e populações mais vulneráveis. Essa denominação faz parte de uma discussão mais ampla em torno da justiça ambiental⁴⁹, que levanta uma crítica contundente aos processos de modernização identificando os diversos conflitos ecológico-distributivos que provoca e que têm como resultado a desigualdade social e como uma das causas principais o poder hegemônico de decisão das empresas (ACSELRAD, 2002; MARTINEZ ALIER, 2005; PACHECO, 2008).

Nessa encruzilhada se encontram as comunidades tradicionais: quando não se trata da expansão do capital através do agro-hidro-negócio (THOMAZ JUNIOR, 2008), que os expulsa em função da expansão do agronegócio e para aproveitar o uso dos recursos hídricos, minerais, etc.⁵⁰, são as políticas de criação de unidades de conservação que pretendem preservar a natureza expulsando os moradores ou reduzindo seu acesso aos territórios que tradicionalmente ocupam.

⁴⁹ Esta questão será tratada de maneira mais aprofundada no capítulo 4.

⁵⁰ São os grandes mega-projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do governo de Lula, com projetos como as hidrelétricas do Rio Madeira conflitando com os territórios de indígenas, pescadores e seringueiros ou; a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Aiuruoca na Área de Proteção Ambiental Federal da Mantiqueira que afeta às famílias camponesas locais. Assim como essas citadas, inúmeros são os mega-projetos que afetam as populações mais pobres (PEREIRA; PENIDO, 2010). Também acontece com as já antigas barragens do Rio São Francisco que afetam comunidades indígenas, camponesas e pescadoras (VALENCIO, 2010).

Na escala local, há exemplos claros disso como as, anteriormente mencionadas, cinco Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) das quais três – Reservas Naturais: do Itaqui, do Morro da Mina e do Cachoeira –, inclusive, encontram-se dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Essas três RPPNs pertencem à Organização Não Governamental (ONG) Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS – e sua função é especialmente, a captação de créditos de carbono⁵¹ para as empresas que a “apóiam”: *American Electric Power*, *Chevron* e *General Motors* e a ONG *The Nature Conservancy* (SPVS, 2011). As outras duas RPPN são: a Fazenda Figueira e a Reserva Ecológica do Sebui pertencentes a O Boticário e Gaia Operadora de Ecoturismo S/C Ltda., respectivamente.

Além da venda de ecoimpostos, identifica-se claramente que estas ONGs privatizam e mercantilizam a natureza, já que essas áreas têm biodiversidade e água abundante que as comunidades locais utilizavam e os turistas pagam para ver. Vale também lembrar a questão do recebimento do “Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços” ecológico – ICMS ecológico – que é o imposto gerado pelo governo estadual para o repasse ao governo municipal. Este imposto

destina recursos financeiros às esferas municipais, estaduais e federais que administram as Unidades de Conservação. Este projeto é chamado pelos administradores dos escritórios regionais de *Royalties Ecológicos* e transformou-se num bom meio de arrecadar fundos, principalmente para os municípios que começaram a criar Unidades dentro de seus limites, podendo assim ter acesso a distribuição dos recursos financeiros que vêm diretamente do Tesouro Estadual. Entretanto, segundo informações levantadas, os recursos não são obrigatoriamente aplicados na UC, o que pode resultar, potencialmente, na criação de diversas UCs sem proteção efetiva (DIEGUES; VIANNA, 1995, p. 322).

Todas estas ações descritas mostram como as formas de apropriação que o capital realiza sobre a natureza são múltiplas e os impactos sobre as comunidades que habitam essas áreas também. Nesse sentido, entende-se a necessidade de uma estratégia de luta pela terra, o pelo mar neste caso, ou em definitiva uma luta pelo território dos pescadores e pescadoras do Superagüi que se estabelece também a partir da questão ambiental referida ao manejo tradicional das suas práticas e não necessariamente à

⁵¹ “O propósito é que essas terras, ao se transformarem em RPPNs, podem prestar ‘serviços ambientais’ à sociedade como um todo [...] em nome ‘do uso racional dos recursos naturais’” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 144).

exploração da natureza via modelo de desenvolvimento sustentável das políticas públicas. Percebe-se que o modelo de proteção da natureza, a partir

[d]o florescimento de políticas ambientais, nacionais e internacionais, situa-se como tentativa de conter o expansionismo de um modelo capitalista que se diz mundial e, concomitantemente, trabalha para a manutenção do mesmo sistema. Conservação e degradação, paradoxalmente, aparecem juntas na mais nova menina dos olhos desse arranjo, a ideologia do “desenvolvimento sustentável” (BAZZO, 2010, p. 20).

O desenvolvimento sustentável carrega intrinsecamente o viés do desenvolvimento, isto é, se baseia num ideal de progresso, que tem valores e normas bem definidos e só mudam na medida em que se possa reproduzir o modo de produção do capital (consumo e lucro) diferente daquele das comunidades tradicionais (CECEÑA, 2010; LATOUCHE, 2007; LEFF, 2001).

Nega-se assim, outro viver diferente ao desenvolvimento. Cria-se o mito da natureza intocada para retirar as comunidades tradicionais dos seus espaços de vida e a sua autonomia. Mas são muitos os autores⁵² que vão numa linha diferente do mito, a justiça ambiental, e que concordam em dizer que a presença humana e certas práticas produtivas favorecem a reprodução e manutenção da biodiversidade. Os pescadores de Superagüi antes de serem proibidos de usufruir a natureza e mesmo de transitar nas suas terras tradicionalmente ocupadas, tinham práticas produtivas diversificadas (descritas no capítulo 1) não havendo exploração intensiva⁵³.

A justiça ambiental, ecologismo dos pobres ou ecologismo popular, é o paradigma que denuncia os conflitos ambientais com interesses, cultura, saberes, valores diferentes àquele do saber neutro, à modernidade e ao desenvolvimento nos parâmetros já explicados (ACSELRAD, 2002; MARTINEZ ALIER, 2008). É nessa vertente que se situam estas comunidades tradicionais como a de pescadores e pescadoras artesanais do Superagüi. As preocupações são não somente com a natureza, mas com as pessoas e seu território de vida. São grupos que necessitam do seu território para viver, porque têm um enraizamento que implica em formas específicas de reproduzir a vida.

⁵² Acsehrad (2000), Alimonda (2002), Castro (2000), Colchester (2000), Diegues (2000), Gomez-Pomba e Kaus (2000), Guha (2000), Herculano (2002), Martínez Alíer (2008), Pacheco (2010), entre outros.

⁵³ Durante o campo tanto em Tibicanga como em Barbados e na própria Vila do Superagüi, foi possível corroborar com alguns pescadores e pescadoras que antigamente na área de roçado era comum irem animais para comer. Mas depois das proibições de ter roça, os animais já não se vêm, possivelmente porque há menos.

Esses modos de vida específicos dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi eram mais nítidos especialmente antes da instalação do Parque Nacional do Superagüi em superposição com seus territórios de vida. Um exemplo concreto disso é que antes de chegar à concretude, a política nacional de preservação da natureza, segundo depoimentos em campo, a agricultura itinerante era conjugada com a caça e a pesca.

Observa-se que o Art. 14 § 1º do SNUC determina que as propriedades particulares que estejam dentro dos limites do parque deveriam ser expropriadas. No caso do Parque Nacional do Superagüi isso não foi realizado. Já que das mais de 15 comunidades⁵⁴ moradoras anteriormente à instalação do Parque, 13 se mantêm dentro da área e somente três ficaram fora dos limites do mesmo. A Vila das Peças na Ilha das Peças e a Vila do Superagüi na Ilha do Superagüi encontram-se na área de entorno, área de proteção ambiental. Isto implica que, a princípio, haveria uma falta de cumprimento da lei e, portanto há sempre um perigo iminente de expropriação⁵⁵.

Ao não serem deslocadas e indenizadas, as comunidades tradicionais ficam morando em um lugar onde são impedidas de praticar a caça, a agricultura itinerante e nem podem utilizar-se da natureza como o palmito, madeira ou cipó para construir apetrechos de pesca, canoas, instrumentos musicais. Sequer a utilização da diversidade de plantas para usos medicinais. Ainda fora dos limites do parque, nas áreas do entorno, como a Vila do Superagüi, as proibições são semelhantes, não sendo permitido nem mesmo modificar as casas ou construir novas para os filhos dos pescadores e pescadoras. As permissões para reforma ou construção de casas devem ser solicitadas ao IBAMA, cabendo ao chefe do parque a autorização.

Estas proibições resultam na expulsão implícita dos pescadores e pescadoras artesanais que em lugar de serem indenizados devido à indicação de deslocamento, acabam sendo implicitamente expulsos já que não podem mais sobreviver nas atuais condições⁵⁶. Engordam as favelas de Ilha de Valadares e a parte continental de

⁵⁴ Saco do Morro, Barbados, Pinheirinho, Canudal, Vila Fátima, Caçada, Barra do Ararapira, Ararapira, Praia Deserta, Vila do Superagüi, Vila das Peças, Laranjeiras, Guapicum, Tibicanga, Guaninituba e Abacateiro.

⁵⁵ Os pescadores/as moradores das comunidades da Ilha do Superagüi e das Peças não possuem título de propriedade.

⁵⁶ “[As populações tradicionais] Do confinamento em assentamentos ou em reservas cada vez menores, sem condições para garantir suas tradições culturais e sequer a subsistência, ao desterro e à migração para os centros urbanos, onde dificilmente conseguirão conquistar algum espaço para viver com dignidade. Na maioria dos casos, acabarão nas zonas de risco das favelas, dos subúrbios ou do entorno de fábricas, poluídos pelos lixões e pelos resíduos tóxicos” (PACHECO, 2010).

Paranaguá e se empregam em serviços informais e de baixo nível de qualificação, formando parte da mão de obra barata das periferias⁵⁷. No caso das mulheres, para serviços domésticos e dos homens, como pedreiros, carpinteiros ou, aproveitando seus conhecimentos tradicionais de pesca para empregar-se na pesca industrial.

Porém a maioria dos pescadores e pescadoras artesanais resiste à saída dos seus territórios de vida e, por conta disso, se vêem obrigados a trabalhar mais horas, vender o peixe e camarão para atravessadores, utilizar suas próprias casas para o turismo, se empregar em serviços públicos e, por vezes, sair durante alguns meses para trabalhar fora e voltar na época de melhor pesca (ATEM, 2008). Servem inclusive como exército de reserva para cuidar e manter o Parque nos parâmetros da lei sem poder agir pelas normas auto-estabelecidas da comunidade. Isto é, por exemplo, coleta de madeira caída na área do Parque para lenha ou a poda de cipó da maneira tradicional sem cortar a raiz a partir da qual a planta se regenera. “A estratégia estatal tem sido apropriá-los como mão-de-obra em seus lugares, expropriá-los de seus espaços e/ou simplesmente ocultá-los, no âmbito das políticas em voga a cada momento” (BAZZO, 2010, p. 20). Quer dizer, que se os pescadores e pescadoras não saem, a modernização (e a colonialidade) chega à Vila criando menor autonomia, desqualificando os saberes tradicionais, as subjetividades, o viver nesse território.

A mercantilização da natureza⁵⁸ vem com a privatização dos territórios de vida dos pescadores artesanais, pois neste caso o fato do Estado Federal se apropriar significa a impossibilidade de uso e ocupação seguindo o modo tradicional dos pescadores (PORTO-GONÇALVES, 2004). São as terras públicas que Little (2002) menciona que, apesar de que deveriam ser da população em seu conjunto, na prática os usos dessas terras tendem a favorecer a um pequeno grupo da sociedade. O acesso é restrito a turistas e cientistas e pode servir como espaço de reserva de germoplasma ou como áreas de limpeza da atmosfera pela captação de carbono (PORTO-GONÇALVES, 2004). Ao contrário disso, neste território, as terras tradicionalmente ocupadas pelas pescadoras e pescadores artesanais da Vila do Superagüi, foram sempre utilizadas com a afeição que se tem àquilo que nos pertence, com uma lógica de manejo tradicional que

⁵⁷ Esses dados foram fornecidos em campo por vários pescadores da Vila. Os comentários são geralmente referidos às proibições e repressões dos organismos ambientalistas e aos familiares que se viram obrigados a sair da Vila para trabalhar.

⁵⁸ “Todo mundo parece concordar com este preceito [desenvolvimento sustentável], porém trata-se de um conceito vazio que só aponta a um fim: desenvolvimento sustentável implica entregar a natureza para ser valorizada, para ser desapropriada, para ficarmos despossuídos mais uma vez daquilo que nos pertence” (CECEÑA, 2008, p. 152).

não depreda a natureza, mas que a protege (CUNHA et al., 2004) ou inclusive a faz proliferar (MIRANDA, 2003).

Existe um vínculo histórico entre diversidade sociocultural e biodiversidade. Na antropologia, trabalhos recentes de etnocietistas e arqueólogos mostram como a existência de biodiversidade pode ter resultado das distintas formas de apropriação e proteção da natureza por parte de diferentes grupos sociais – isto é, a sociodiversidade – em processos de “co-evolução” (LITTLE, 2002, p.22)

As proibições de uso pelas políticas públicas ambientais são não somente na terra, mas também no mar sendo permitida a pesca somente com determinadas redes e em distâncias restritas (por exemplo, a proibição estadual de pesca na primeira milha náutica). Isso tem como consequência a destruição dos modos de vida da comunidade que reproduz sua vida de maneira específica nos seus territórios e não em outros, tendo conhecimento pleno desses, das suas potencialidades, do manejo necessário e dos cuidados.

Ainda que as comunidades de pescadores artesanais sofram permanentemente restrições e proibições respeito ao uso da natureza são eles/elas os que cuidam da biodiversidade desde os tempos da colonização. São eles/elas que têm uma forma de apropriação produtiva não predatória ao contrário da lógica da sociedade ocidental cujos pressupostos são a produtividade e o consumo exacerbado da natureza. Em busca do respeito às formas de vida diferenciadas, ao acesso e uso da natureza na Ilha do Superagüi, os pescadores e pescadoras artesanais criam estratégias diversas como forma de luta contra as políticas públicas que os excluem.

Os conflitos descritos são, portanto, referidos a: depredação da natureza pelo modelo do desenvolvimento a partir da exploração da natureza – como é o incentivo à pesca industrial e à aquicultura –; apropriação da natureza pela propriedade privada a partir das RPPNs⁵⁹ e, pelo governo federal devido às restrições de uso aos pescadores artesanais; expropriação das moradias sempre iminente; falta de plano de manejo que implica a normatização arbitrária segundo o que cada fiscalizador ambiental acha certo

⁵⁹ “Há, ainda, as reservas particulares de patrimônio natural (RPPN), que vêm proporcionando, no Brasil, aos grandes latifundiários legitimarem a historicamente injusta distribuição de terras do país, na medida em que não mais se questiona o fato de grandes extensões de terras estarem sendo apropriadas de modo privado, impedindo o acesso de grande parte da população aos recursos naturais (terras, água e biodiversidade)” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 144).

ou errado; expulsão implícita devido às proibições de uso e ocupação das terras tradicionalmente ocupadas e destruição dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Há uma colonização epistêmica que despreza o conhecimento existente.

Ou seja, a Ilha do Superagüi passa a ser visada pelo desenvolvimento como território de pesquisa para cientistas, como reserva da natureza para o futuro (como o próprio conceito de desenvolvimento sustentável explicita), mercantilizada pelos ecoimpostos para compensar a contaminação em outras regiões ou privatizada tanto por particulares como pelo próprio governo. Tudo isso com o objetivo de perpetuar o modelo de produção e consumo moderno capitalista.

No entanto, os conflitos que se travam no território entre os pescadores e as políticas ambientais do Parque Nacional geram uma luta por parte dos primeiros na busca da garantia dos seus direitos de reprodução da vida. Este modo de reprodução que tem por base a natureza e especialmente sua autoidentificação⁶⁰; permite inserir os pescadores e pescadoras da Vila da Ilha do Superagüi à categoria de comunidade tradicional. Isto significa que politicamente a comunidade precisa se inserir numa categoria específica para garantir o uso e ocupação do seu território.

Apesar da pretensa homogeneização e negação de outras racionalidades; as comunidades lutam, se fortalecem e se unificam conseguindo visibilização e políticas públicas que garantam a manutenção dos seus territórios. Diante dos fracassos ou simplesmente em função da marginalização, algumas comunidades simplesmente não incorporaram ou abandonaram a “miragem” do desenvolvimento buscando seus próprios caminhos e definindo suas próprias necessidades (ESTEVA, 2000). De uma ou outra maneira, os povos e comunidades tradicionais incorporam essa reflexão e reivindicam seus direitos em torno de suas especificidades.

2.3 RESISTÊNCIAS PERANTE O CONFLITO DE SOBREPOSIÇÃO

A comunidade pesqueira da Vila do Superagüi resiste a aceitar as consequências que traz a expansão do capitalismo com base no desenvolvimento. Assim, a luta que é pela permanência e reprodução da vida nos territórios dos

⁶⁰ A autoidentificação é um conceito aplicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Decreto 169 que determina que as comunidades tradicionais devem se reconhecer como tais e a partir disso a sociedade reconhecê-las respeitando a autodenominação. No seguinte item será explicado com maior detalhe.

pescadores e pescadoras artesanais do Superagüi, encara-se a partir da reivindicação que realizam pela manutenção de suas práticas produtivas específicas, menos predatórias da natureza⁶¹, e de seus conhecimentos tradicionais. Trata-se da afirmação territorial para manutenção de suas vidas a partir da categoria política de Povos e Comunidades Tradicionais.

2.3.a Categorias de resistência dos pescadores e pescadoras artesanais: uso e ocupação da natureza, território e tradicionalidade

As questões essenciais para compreender as reivindicações que têm os pescadores e pescadoras da Vila do Superagüi são referidas ao uso e ocupação da natureza, ao território e à tradicionalidade. São comunidades que se organizam e incorporam “fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2008). Definem-se estas categorias, didaticamente, de maneira separada, mas compreendendo que, na comunidade, todas se interligam permanentemente.

Em primeiro lugar, percebe-se que o território é a base fundamental para a reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, assim como de outras comunidades tradicionais. Pois é nele que se exercem as atividades produtivas, as relações sociais e a identidade da comunidade.

Muito tem se discutido, e ainda se discute, sobre o conceito de território⁶². E aqui, a discussão é centrada em compreender o que é o território no contexto da comunidade dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi.

Ao se conceituar o território, identificam-se três vertentes diferentes que, para Haesbaert (2004, p. 40) são:

- Política – Refere-se às relações espaço-poder. Neste sentido, pode distinguir-se também a vertente jurídico-política, na qual as relações predominantes são relativas ao espaço-poder e institucionalizadas. Nesta, o território é um espaço delimitado e

⁶¹ Se comparado com os parâmetros de depredação da sociedade urbana-industrial-ocidental-colonial. Neste sentido, Ana Esther Ceceña (2011), refere-se, inclusive, a sociedades não depredadoras cuja relação sociedade-natureza implica uma relação subjetiva e; a sociedade ocidental com referencial antropocêntrico e de dominação da natureza e, portanto depredadoras da natureza.

⁶² Alguns autores de referência sobre a discussão do conceito de território são: Allié (1980), Almeida (2005), Di Méo (1996; 1998), Little (2002), Raffestin (1981), Sack (1980), Haesbaert (2004), Heidrich (2008), Souza (1995; 2009) e Saquet (2007; 2008; 2009).

controlado, onde se exerce um determinado poder, muitas vezes, relacionado ao poder Estatal;

- Cultural ou simbólico-cultural – Desde esta perspectiva o território é um produto da apropriação de um grupo a partir da sua valorização simbólica, subjetiva (grupo-espço vivido);
- Econômica – Prioriza a dimensão espacial das relações econômicas, portanto compreende o território como fonte de recursos e a partir da relação capital-trabalho e no embate entre classes sociais.

Assim como Rogério Haesbaert (2004), Marcelo Lopes de Souza (2009) indica essas perspectivas do território: político, cultural e econômico. Mas é nesta relação de poder que se identifica, especialmente, o conceito de território. Nele atuam diferentes atores sociais que estabelecem essas relações entre eles mesmos num espaço delimitado, de acordo com seus interesses, materialidades e identidades, sendo que em muitas ocasiões podem gerar-se conflitos de poder ou resistências ao poder dominador.

Assim, por exemplo, no caso da comunidade da Vila da Ilha do Superagüi, o poder que se exerce no território por parte dos órgãos ambientais, é um poder de dominação e, inclusive de violência. Nas palavras de Heidrich (2009), nas questões territoriais “se intersectam, entrelaçam e conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrecho de poderes políticos e sociais”. Na Vila da Ilha do Superagüi, território de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, os conflitos que já foram referidos na questão ambiental são relacionados às políticas públicas dos órgãos ambientais do Estado com a própria comunidade. E a partir desses conflitos, também se identificam as resistências por parte da comunidade contra a violência do Estado. São as políticas públicas que negam o uso e ocupação dos territórios de vida dos pescadores artesanais. Esses territórios de ocupação ancestral são mantidos com sua grande biodiversidade pelos pescadores artesanais devido ao manejo tradicional que eles têm nas suas atividades produtivas (DIEGUES, 1995). A reprodução da vida dos pescadores - conjugação entre a caça, a agricultura e a pesca –; é condicionada especificamente às terras da Ilha do Superagüi. Neste caminho, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida (2005) conceitua as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais⁶³, categoria na qual se inserem os pescadores e pescadoras artesanais da Vila da Ilha do Superagüi.

⁶³ A categoria de Povos e Comunidades Tradicionais é apropriada pelas comunidades como forma de luta política e será analisada a seguir.

O surgimento destes movimentos sociais tem total relação com os processos de territorialização, especialmente neste caso, das “terras tradicionalmente ocupadas,” que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza (ALMEIDA, 2005, p. 23).

Essa tradicionalidade implica não um território arcaico ou milenar, mas um território de direito que se constitui social e politicamente a partir de um movimento de organização e uma identidade coletiva. Trata-se do direito ao uso e ocupação dos territórios nos quais as relações sociais e com a natureza, as identidades e as atividades produtivas se perpetuam. São movimentos que têm forte enraizamento territorial buscando por isso, o reconhecimento estatal dos seus territórios (LITTLE, 2002). Neste sentido, como se verá no capítulo 3, a comunidade se organizou no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do litoral paranaense, junto à Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A tradicionalidade incorporada na denominação de povos e comunidades tradicionais é referida à afirmação territorial, considerando que é na relação com o território que se reproduz a vida. É uma tradicionalidade que não remete ao atraso, senão a uma luta política pela manutenção das terras tradicionalmente ocupadas, dos territórios de vida. Implica não somente uma área específica, mas uma identidade⁶⁴ específica que vai se modificando, se re-significando com as relações sociais e com o decorrer do tempo, produto da vivência no território específico (ALMEIDA, 2005). Em casos de deslocamento mudam-se as condições gerais das comunidades, negando-se suas identidades.

É o caso dos pescadores artesanais do Rio São Francisco (VALENCIO, 2010), como de tantos outros, e é o caso dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila da Ilha do Superagüi. A proibição de acesso à natureza seja da coleta de cipó ou palmito, de áreas restritas de pesca, etc. devido à superposição que gerou a política de preservação integral da natureza com a instalação do Parque Nacional do Superagüi, obriga aos pescadores a saírem de seus territórios. E isso implica na negação de um ser/fazer

⁶⁴ A identidade é aqui entendida em constante movimento, em processos de re-significação constante. Estabelece-se assim uma relação estreita e intrínseca entre a territorialidade e a identidade através das práticas produtivas e socioculturais (LITTLE, 2002).

tradicional específico. É “a ocupação permanente de terras e suas formas intrínsecas de uso [que] caracterizam o sentido peculiar de ‘tradicional’” (ALMEIDA, 2008, p. 39).

O termo tradição⁶⁵ engloba aspectos importantes do ponto de vista histórico – localização de longa data –, cultural – valores e costumes – e político – direito ao acesso e propriedade da terra, ou outros recursos naturais – mas, por vezes, ele oculta processos dinâmicos de mudança social (FERREIRA et al., 2001).

Isto vem à tona junto à incorporação da comunidade à categoria de Povos e Comunidades Tradicionais. Estas comunidades se destacam pela sua auto-identificação e por serem povos não predadores da natureza, ao contrário do modelo urbano-industrial. “A sociedade ocidental tem uma visão de dominação da natureza do sujeito ao/aos objetos que implica uma ideia de acumulação e progresso, ademais da concepção da realidade através do desenvolvimento” (CECEÑA, 2011).

Por último, nessa sequência de noções fundamentais, destacamos a relação entre os povos e comunidades tradicionais e as políticas públicas. As demandas dos povos afro-descendentes das comunidades quilombolas e das comunidades indígenas vêm disputando direitos que, a partir da Constituição Federal de 1988, têm sido parcial e teoricamente atendidos com a incorporação de artigos como o nº 68 das disposições constitucionais transitórias que diz respeito à apropriação formal da terra para quilombolas e os art. 67, 231 e 323 da Constituição Federal que tratam sobre os direitos à ocupação e uso das terras indígenas (ALMEIDA, 2008). É preciso, porém, considerar que nem sempre a garantia de uma lei promove realmente a prática da mesma, sendo necessário, portanto, que as comunidades não percam de vista suas reivindicações.

As demandas de movimentos sociais e comunidades extrativistas vêm sendo parcialmente atendidas pelo Governo Federal a partir da criação de uma série de decretos em defesa dos seus territórios e, portanto, do reconhecimento da identidade e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais como questões a serem protegidas. Em 2004, decreta-se a Lei Nº 5.051 que incorporou no Brasil a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que diz respeito ao auto-reconhecimento coletivo por parte dos povos e comunidades tradicionais. Posteriormente, no ano de 2006 cria-se, através do Decreto Lei Nº 10.884, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais como reivindicação do I Encontro Nacional de Povos e

⁶⁵ Etimologicamente, tradição significa entregar, passar algo para outra pessoa. É entendido como algo dinâmico, que se re-significa (CUNHA, 2004).

Comunidades Tradicionais ocorrido em 2004. No ano seguinte, 2007, o Decreto Lei Nº 6.040 cria a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁶⁶ - PNPCT. A Política tem como objetivo principal

promover o desenvolvimento sustentável, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, além de respeito à valorização da identidade daquelas populações, às suas formas de organização e às suas instituições (PROCESSO, 2009, p.4).

As lutas nascem especialmente na região amazônica na qual desde os anos de 1980 há disputas de território entre os seringueiros e indígenas e os fazendeiros. Algumas lutas nacionais se referem a comunidades tradicionais contra os megaprojetos como a instalação de hidrelétricas (por exemplo, a hidrelétrica Belo Monte no Rio Xingu no Pará em terras indígenas ou, as já instaladas hidrelétricas de Itaipu em Foz do Iguaçu em territórios de camponeses e indígenas ou inclusive, as do Rio São Francisco que desapropriam a pescadores artesanais e indígenas), mineração (como a Vale, hoje empresa privada, que atua especialmente na Serra dos Carajás no Pará conflitando com indígenas), portos (diversos projetos como o do litoral norte de Pernambuco em superposição com territórios de pescadores artesanais).

No Paraná, é a partir da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e do Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP que se organizou o I Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais⁶⁷, em Guarapuava, em 2008, junto com sete grupos: Xetás, Kaigangs, Guaranis, Quilombolas, Cipozeiros, Pescadores Artesanais e Ilhéus. A partir desse Encontro, os pescadores da Ilha do Superagüi, conheceram a luta dos faxinalenses e suas conquistas mediante a organização das comunidades. Estimulados com o sucesso de várias das reivindicações dos faxinalenses (por exemplo, a promulgação do Decreto Estadual 3446/97 da Área Especial de Uso Regulamentado - ARESUR), os pescadores quiseram também começar sua própria organização. Assim, solicitaram oficinas da cartografia social ao Projeto Nova

⁶⁶ Este Decreto identifica os Povos e Comunidades Tradicionais no seu Artigo 3, inciso I como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

⁶⁷ Esses encontros regionais foram pautados desde a Comissão Nacional com o objetivo de que fossem identificadas as necessidades de cada povo tradicional em todo o Brasil.

Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais⁶⁸, pois foi junto à equipe do Projeto e a essa ferramenta, fundamental para a organização da Articulação Puxirão Faxinalense, que os faxinalenses tiveram atendidas parte de suas reivindicações por políticas públicas. Principalmente o que congrega as comunidades tradicionais é: 1) A luta pela manutenção de sua identidade e, portanto do seu território; 2) A possibilidade de unir-se e apoiar os diferentes povos nas lutas e; 3) Conhecer lutas precedentes que podem servir para travar as próprias lutas.

Essas lutas estaduais se unem a lutas nacionais através da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. São lutas e resistências que se estabelecem ao longo do Brasil com vínculos que permitem diálogos entre pescadores artesanais de diversas regiões ou entre diversos segmentos do país que também sofrem restrições semelhantes. São desterritorializados ou impedidos de realizarem suas práticas produtivas devido ao avanço do capitalismo nesta fase neodesenvolvimentista e de desenvolvimento sustentável já analisada.

É por estas razões que os pescadores e pescadoras artesanais da Vila da Ilha do Superagüi se auto-reconhecem como comunidade tradicional. Além da autoidentificação e da possibilidade de lutas conjuntas, eles demonstram que têm outras lógicas de tratar a natureza, outro modo de produzir sua vida diferente da urbano-industrial-ocidental.

Apesar do auto-reconhecimento, nem o Decreto Nº 5051 – que promulga a Convenção 169 da OIT do autorreconhecimento – nem a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais contemplou seus direitos de viver, isto é ocupar e usar os seus territórios de maneira efetiva. Pois há uma luta permanente e conflitante com as políticas públicas de desenvolvimento sustentável que visam a mercantilização da natureza e não especificamente garantir a permanência da diversidade biológica e cultural. Até o momento, tudo indica que tanto o Decreto como a PNPCT na prática, ainda não foram efetivados.

Uma das principais lutas que tem sido travada por todos os segmentos dos PCTs do Paraná é o pedido de uma política estadual dos povos e comunidades tradicionais. Eles chegaram num consenso entre os segmentos da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais têm uma proposta de lei e realizaram um

⁶⁸ A Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais nasce com o objetivo de fortalecer a luta promovendo a organização em movimentos sociais das comunidades tradicionais e dar-lhes visibilidade política a partir do auto-mapeamento dos conflitos que se estabelecem nos seus territórios.

acampamento no ano de 2010 reivindicando a promulgação dessa lei colocando-a repetidamente em pauta no governo estadual. Mesmo assim, ainda não se vêem resultados concretos devido à mudança do governo estadual sendo necessário começar um novo processo a cada vez.

Como segmento específico, os pescadores e pescadoras artesanais estão também lutando por uma política municipal⁶⁹ que compreenda a sua cultura como patrimônio imaterial, garantindo assim a manutenção de sua identidade e territórios.

Apesar das mudanças e restrições, os pescadores e pescadoras artesanais continuam mantendo atividades socioculturais e produtivas específicas. Neste sentido, a comunidade da Vila da Ilha do Superagüi se autodenomina comunidade tradicional porque tem um uso e ocupação do território, práticas produtivas diferenciadas, tecnologias e conhecimentos tradicionais, trabalho de base familiar ou de compadrio e uso comum do território para as atividades produtivas e uso privado para a moradia. A partir desta integração à categoria política de povos e comunidades tradicionais os pescadores e pescadoras artesanais reivindicam o uso e ocupação de seus territórios de vida.

Percebe-se que o desenvolvimento, seja pela via da sustentabilidade ou pela via da modernidade provoca conflitos nos territórios de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi. Desde a via do desenvolvimento sustentável, a expulsão implícita do território se aplica pela sobreposição deste com o Parque Nacional do Superagüi e, pela via da modernização, a partir das políticas de pesca e aquicultura, como se verá a seguir.

⁶⁹ Esta política será tratada no capítulo 3, como parte das lutas do Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná – MOPEAR.

3. OS PESCADORES E PESCADORAS DA VILA DO SUPERAGÜI: ENTRE AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E A RESISTÊNCIA EM MOVIMENTO SOCIAL

Os pescadores artesanais da Vila do Superagüi, depois das proibições sobre o uso do seu território em função das políticas públicas de desenvolvimento sustentável, voltaram suas atividades produtivas predominantemente à área da pesca artesanal, se especializaram (Figura 17). Por isso, considera-se essencial, em um primeiro momento, compreender as políticas referidas a esta área, isto é, as questões que se desatam perante as políticas de desenvolvimento da pesca⁷⁰. E em um segundo momento, analisa-se como é através do trabalho na pesca que as resistências a um modelo de desenvolvimento marginalizador e a organização desses sujeitos se dá.



Figura 17 – a) Canoa com motor. b) Canoa com rede de pesca. c) Redes penduradas numa casa. d) Crianças indo pescar na canoa de remo. Fonte: Santos, 2011.

⁷⁰ É interessante observar que não há dados oficiais da pesca artesanal porque a mesma tem sido sempre postergada dando-se maior ênfase à pesca industrial (VASCONCELLOS et. al, 2004).

3.1 HISTÓRICO DA PESCA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Em 1846 promulga-se a Lei 447 através da qual os pescadores no Brasil se devem matricular e se dividem em distritos de pesca, sob responsabilidade da Marinha. Em 1912 a administração da pesca passa ao Ministério da Agricultura, criando-se a partir disso, a Inspetoria de Pesca. Passados cinco anos a administração volta para a Marinha. E em 1919 a mesma cria as colônias de pescadores, matriculando cerca de cem mil pescadores (PEDEAG, 2011). Os objetivos são: ter reservistas experientes e conhecedores do mar para fiscalização das fronteiras, vigilância da costa e incentivar a modernização (SILVA, 2004). Em 1924 a Marinha cria a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e as Federações Estaduais.

Na década de 1930, cria-se uma linha de créditos para pescadores para possibilitar a modernização das embarcações, petrechos e demais instrumentos relativos à atividade. Promulga-se também o decreto do código de pesca que regulamenta a pesca comercial, desportiva e científica. Ainda na mesma década, se cria a Comissão Executiva da Pesca – CEP – para a organização de cooperativas, mas no ano de 1945 são totalmente desativadas (BORGES, 2007).

Em 1943, a pesca novamente encontra-se sob direção do Ministério de Agricultura. Tem o objetivo de organizar as colônias em cooperativas, cria a Comissão Executiva da Pesca e se extinguem o Conselho Nacional de Pesca, as Federações Estaduais de Pescadores e a Confederação Geral. E em 1950 são novamente aprovadas todas as instâncias – Colônias, Federações Estaduais e Confederação – através da Portaria 478 do Ministério de Agricultura (PEDEAG, 2011).

Na década de 1960, assim como no rural, as pescadoras e pescadores são incentivados à modernização por motivo da criação, primeiro do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE) em 1961 e, posteriormente da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE em 1962 (CARDOSO, 2001). Identifica-se assim, o início de um ideal desenvolvimentista para a pesca. Já que a competência principal da SUDEPE, à época, era “elaborar o Plano de Desenvolvimento da Pesca e promover sua execução” (Lei Delegada Nº 10/62, Art. 2 inciso I). Para isso, presta assistência técnica e financeira para empreendimentos e executa projetos de desenvolvimento. Os incentivos fiscais da SUDEPE, a partir do

Decreto 221⁷¹ que diz respeito ao Programa de Apoio à Pesca Artesanal, criam uma estrutura industrial da pesca a partir da compra de barcos, equipamentos e implantação de unidades de beneficiamento, do acesso a créditos e da implantação de cooperativas para a venda do pescado (CARDOSO, 2001; LOBO COSTA, s/d). O Programa de Apoio à Pesca Artesanal – Pescart dura até 1989, quando da extinção da SUDEPE (SEAP/PR, 2008).

No Paraná, entre as décadas de 1960 e 1970, as políticas da SUDEPE são promovidas pela EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) através de acesso a créditos e financiamentos para obtenção de motores e embarcações por parte dos pescadores/as. A partir desses incentivos se introduz um pacote tecnológico nas comunidades pesqueiras que são as redes de fibra sintética e as embarcações de tábuas e com motor no centro (ANDRIGUETTO FILHO, 1999). Aqueles que acedem a esses créditos e têm esses equipamentos são também proprietários de comércios e usualmente são aqueles chamados de atravessadores, que levam a produção dos pescadores para os centros de venda.

Em 1982 entra em vigor a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar que diz respeito ao Mar territorial e às ZEE⁷² (CARDOSO, 2001; SOUZA, 1999). O Mar territorial compreende um total de oito mil quilômetros entre o mar e a faixa marítima (MPA, 2011).

Ao estabelecer as Colônias de Pescadores e o restante do sistema representativo da categoria, os interesses hegemônicos que controlavam o Estado brasileiro procuraram aumentar o controle sobre a força de trabalho na pesca – os pescadores; ao fomentar as indústrias de pesca a partir da SUDEPE, o Estado logrou o avanço tecnológico; e ao delimitar as 200 milhas⁷³ pretendeu-se controlar, através do território, o objeto de trabalho (CARDOSO, 2001, p. 26).

⁷¹ O Decreto-Lei 221 revoga o Código de Pesca. O Decreto-Lei nº 221 também determina a reorganização e a regulamentação das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

⁷² A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) –, assinada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1982 e, posteriormente, ratificada em 22 de dezembro de 1988 – introduz e/ou consagra os conceitos de Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coerentes com os limites preconizados pela CNUDM. Esta lei indica que o mar territorial abrange as primeiras 12 milhas marítimas (SOUZA, 1999).

⁷³ Uma milha náutica equivale a 1852 metros, portanto 200 milhas são 370 400 metros.

Assim, ao longo do Brasil, a diversidade de modos de vida que se configuram nos territórios das comunidades pesqueiras é empurrada para uma única lógica, a da modernidade.

Devido às políticas de desenvolvimento da SUDEPE,

Pode-se falar em uma crise do setor pesqueiro, que se manifesta mais precisamente em uma crise de um modelo de desenvolvimento da pesca baseado no uso intensivo de capital e tecnologia e que atinge não só o subsetor industrial, mas também os produtores pesqueiros artesanais (CARDOSO, 2001, p. 30).

Essa crise se dá pela sobrepesca, especialmente de camarão e porque, apesar desta, nunca se atingiram níveis significativos de exportação. O modelo de pesca industrial gera, além da homogeneização sociocultural, a sobrepesca de algumas espécies, a destruição de ecossistemas de alta produtividade e a redução do pescado situado junto à costa (BORGES, 2007; CARDOSO, 2001).

O governo, à época, através de incentivos fiscais priorizou e beneficiou o setor pesqueiro industrial (SEAP/PR, 2008). Por causa disso, as colônias que até aquele momento estavam a cargo da Marinha passam a ser reivindicadas pelos pescadores criando uma cultura política praticamente à maneira sindical, mas é só quando da promulgação da Constituição Federal em 1988⁷⁴, que as colônias passam a ser presididas pelos pescadores (SILVA, 2004; CARDOSO, 2001).

Em 1989, a SUDEPE que ainda estava sob ordens do Ministério da Agricultura, é extinta passando as políticas de pesca à responsabilidade do IBAMA. Isto gera uma aproximação da pesca com as discussões da área ambiental, mas afasta-se das outras esferas das políticas pesqueiras (CARDOSO, 2001).

Em 1995, cria-se o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro – GESPE, com o objetivo de propor a Política Nacional de Pesca e Aquicultura orientando à Presidência da República para realização de mudanças legislativas. O Plano foi apresentado em 1998, mas nunca colocado em prática (D’ANDREA, 2005).

Em 1998, cria-se dentro do Ministério de Agricultura o Departamento de Pesca e Aquicultura, novo responsável do setor (CARDOSO, 2001). No dia 1º de janeiro de 2003 é criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP-PR através da Medida Provisória nº 103 (hoje instituída na lei nº 10.683).

⁷⁴ O artigo Nº 8 da Constituição Federal de 1988 garante “a livre associação, não interferência do poder público, autonomia, unicidade sindical, entre outros, marcando legalmente o fim da tutela sobre as Colônias de Pescadores” (CARDOSO, 2001, p. 106)

Em 2003, a SEAP/PR tem seus objetivos básicos relacionados ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial a partir de programas, projetos e ações voltadas para a implantação de novas infra-estruturas e supervisão, normatização e ordenamento de registro e atividades pesqueiras e de aquicultura. Esses objetivos, segundo o documento da criação do SEAP/PR, estão integrados em dois programas: o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota e o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira – Probordo.

Em 2008, o presidente Luis Inácio Lula da Silva criou o Plano “Mais Pesca e Aquicultura” com projeção até 2011. O objetivo deste plano é “promover o *desenvolvimento sustentável* do setor pesqueiro e aquícola, articulando todos aqueles envolvidos com a pesca e a aquicultura, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a segurança e soberania alimentar do Brasil” (MPA, 2008, p. 9, grifos nossos). As linhas de ação do “Plano Mais Pesca e Aquicultura” são referidas a: promoção de créditos, instalação de infra-estruturas, modernização da frota, assistência técnica e extensão para pesca e aquicultura, formação profissional, incentivo ao associativismo, subvenção do óleo diesel, incentivo ao consumo, monitoramento e controle da atividade, desenvolvimento da aquicultura, gestão estratégica de informação, fortalecer a participação do Brasil na política internacional de pesca e aquicultura (MPA, 2011). Os incentivos especiais são para a pesca oceânica e a aquicultura em todas as regiões onde for possível de ser implantada a atividade.

Desde 29 de junho de 2009 cria-se o Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA, a partir da lei 11.958. E com a lei 11.959⁷⁵, se implanta o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura.

O MPA, desde o ano de 2009, tem aberto editais para seleção de pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de cessão de áreas para instalação de parques aquícolas. Seguindo a Instrução Normativa Interministerial nº 1, de 10 de outubro de 2007 o MPA licita a cessão de uso de espaços referentes a corpos d’água de domínio da União. Esses parques são propostos tanto em áreas de reservatórios de Usinas Hidrelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas ou áreas de baías. Em 2009, as áreas licitadas foram predominantemente de Mato Grosso, em 2010 foram distribuídas entre os estados de Pernambuco, Bahia, Goiânia, São Paulo, Santa Catarina e Paraná (MPA, 2011).

⁷⁵ Esta Lei revoga dispositivos do Decreto-Lei 221 de 1967.

No caso do litoral paranaense, em 2010, foram autorizadas por cessão onerosa, isto é entregues em mãos privadas que podem pagar pelo uso e por período tempo determinado: uma área aquícola de 4,48 hectares na Baía das Laranjeiras, uma área aquícola de 1,9136 hectares também na Baía das Laranjeiras e uma área aquícola de 1,1845 hectares na Baía dos Pinheiros (FIGURA 18). A Portaria Nº 58 de 2011 outorga o uso das três áreas por um período de 20 anos ao Instituto Mar e Vida. Esses parques aquícolas possivelmente sejam utilizados para criação de ostras já que estão localizados nas Baías das Laranjeiras e dos Pinheiros, áreas de mangue onde as mesmas vivem. As baías formam parte do Complexo Estuarino-Lagunar⁷⁶ de Iguape-Cananéia, uma das mais importantes áreas de mangue conservado (ICMBio, 2011).

⁷⁶ Estuário é uma região semifechada do oceano, conformada por baías nas quais desembocam alguns rios. Caracteriza-se pela presença de vegetação de mangue e animais específicos desse tipo de bioma.

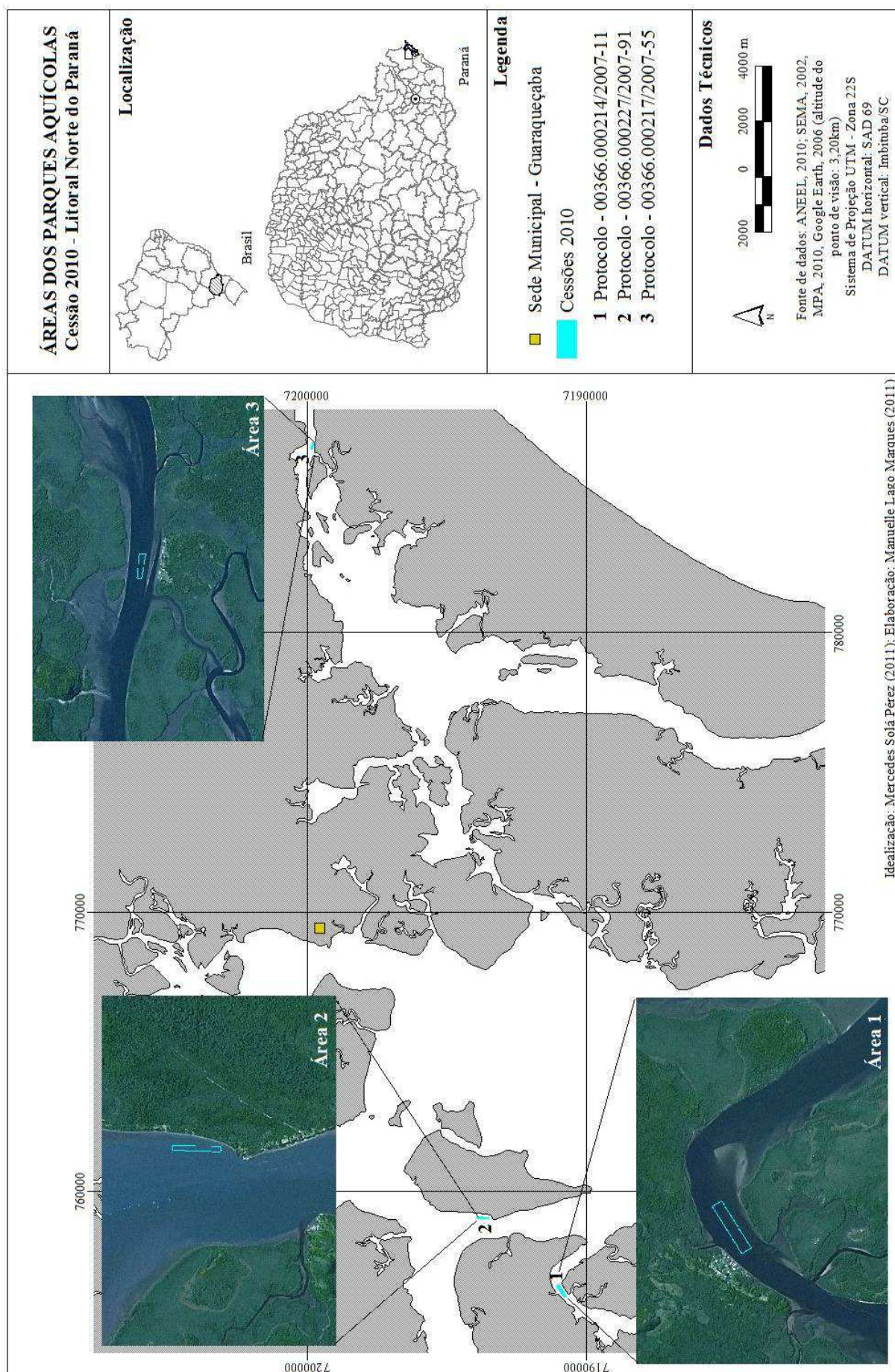


Figura 18 – Áreas dos parques aquícolas, cessão 2010. Litoral norte do Paraná. Organizado por Mercedes Solá Pérez. Realizado por Manuelle Lago Marques, 2011.

Este Plano de Desenvolvimento Mais Pesca e Aquicultura tem também como prioridade a conformação de territórios de pesca e aquicultura, com ênfase especial para a maricultura e aquicultura através da Política Territorial da Pesca e Aquicultura.

No Brasil, o MPA identificou 174 territórios onde estão presentes 89,8% dos pescadores e pescadoras cadastrados no Registro Geral de Pescadores (RGP); 80% das áreas de alta incidência da prática de aquicultura continental; 100% das áreas com potencial para atividades de maricultura; e 85% dos reservatórios com potencial para a aquicultura (MPA, 2011).

Até o momento foram instalados 62 Territórios de Pesca e Aquicultura, sendo que no Paraná dos oito planejados – Cantuquiriguaçu, Cornélio Procópio, Laveira de Maringá, Lindeiros, Litoral, Londrina/Ibiporã, Paranavaí e Vale do Ribeira – já se encontram em funcionamento quatro: Litoral, Cornélio Procópio, Lindeiros e Paranavaí (MPA, 2011) (Figura 19).

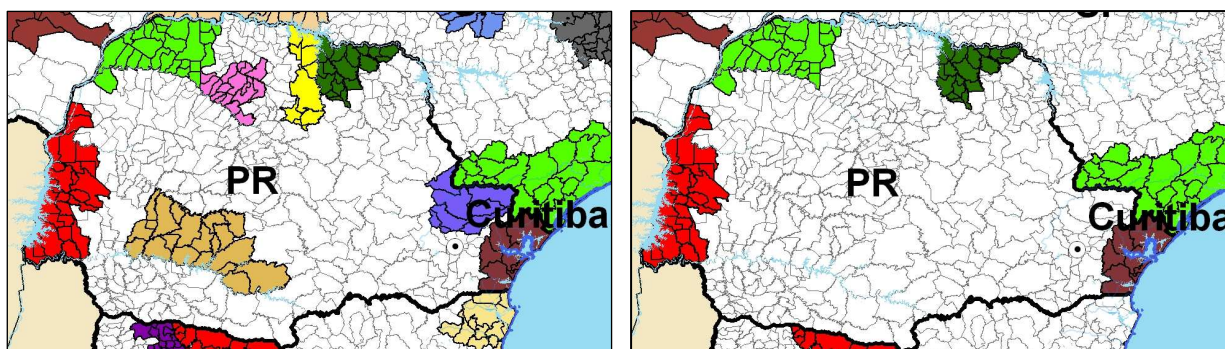


Figura 19 – a. Territórios de Pesca e Aquicultura projetados no Paraná. b. Territórios de Pesca e Aquicultura instalados no Paraná. Fonte: MPA, 2011.

Os territórios de pesca têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social com a participação de diferentes segmentos da sociedade: trabalhadores, pesquisadores e órgãos gestores (MPA, 2011).

Assim como foram criadas as colônias de pesca, as federações de pesca e a confederação de pesca, atualmente são os territórios de pesca e aquicultura que estão sendo promovidos para representar os pescadores artesanais. O território do litoral do Paraná, representado pelo Colegiado do Território da Pesca e Aquicultura do Litoral – COTEPAL, abrange os sete municípios da região homônima (Guaraqueçaba, Pontal do Paraná, Antonina, Morretes, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba).

As sete cidades reúnem aproximadamente 6 mil famílias de pescadores artesanais. O Cotepal é composto por 40 representantes escolhidos nas sete cidades de abrangência do Colegiado. Cada

cidade indica 5 representantes, somando 35 e mais 5 que são eleitos pela sociedade civil. Ainda na quarta-feira, após a eleição do Colegiado, os 40 integrantes do Cotelal escolheram a Coordenação Executiva (IFPR, 2009).

O site do MPA (2011) indica que para pescadores artesanais são previstos: terminais pesqueiros, Centros Integrados de Pesca Artesanal e linhas de crédito.

Identifica-se, pelo descrito acima, que as políticas de pesca e aquicultura, promovem o desenvolvimento e modernização com o acesso à tecnologia para o setor. Depois da análise realizada do que significa o desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais, pode-se imaginar que os impactos do desenvolvimento da pesca não são promissores.

No nível estadual também se seguem as diretrizes nacionais de desenvolvimento da pesca⁷⁷. Neste sentido, as políticas do Estado do Paraná dizem a respeito de normativas concretas sobre os usos de equipamentos e sobre a biodiversidade da região.

Desde 2004 rege a Instrução Normativa Nº29 do Ministério de Meio Ambiente que determina o exercício da atividade no caso da pesca artesanal e da pesca industrial. Ela proíbe a pesca de arrasto com portas a menos de uma milha; a pesca de arrasto com portas para embarcações maiores de dez toneladas a menos de uma milha náutica e meia, a pesca de arrasto pelo sistema de parcelhas e pesca de cerco a menos de cinco milhas náuticas e penalizam àqueles que não cumprirem com esta Instrução (FIGURA 20).

⁷⁷ Segundo Andriguetto Filho (1999) no litoral do Paraná se identificam 103 vilas de pescadores, distribuídas entre as baías em áreas rurais e urbanas. Sendo o Município de Guaraqueçaba o que concentra a maior densidade de pescadores (um a cada oito pessoas). Ao todo são cadastrados no litoral paranaense 5.307 pescadores artesanais, distribuídos em 25 associações, seis colônias e uma cooperativa (HOROCHOVSKI, 2007 apud ANDREOLI, 2007).

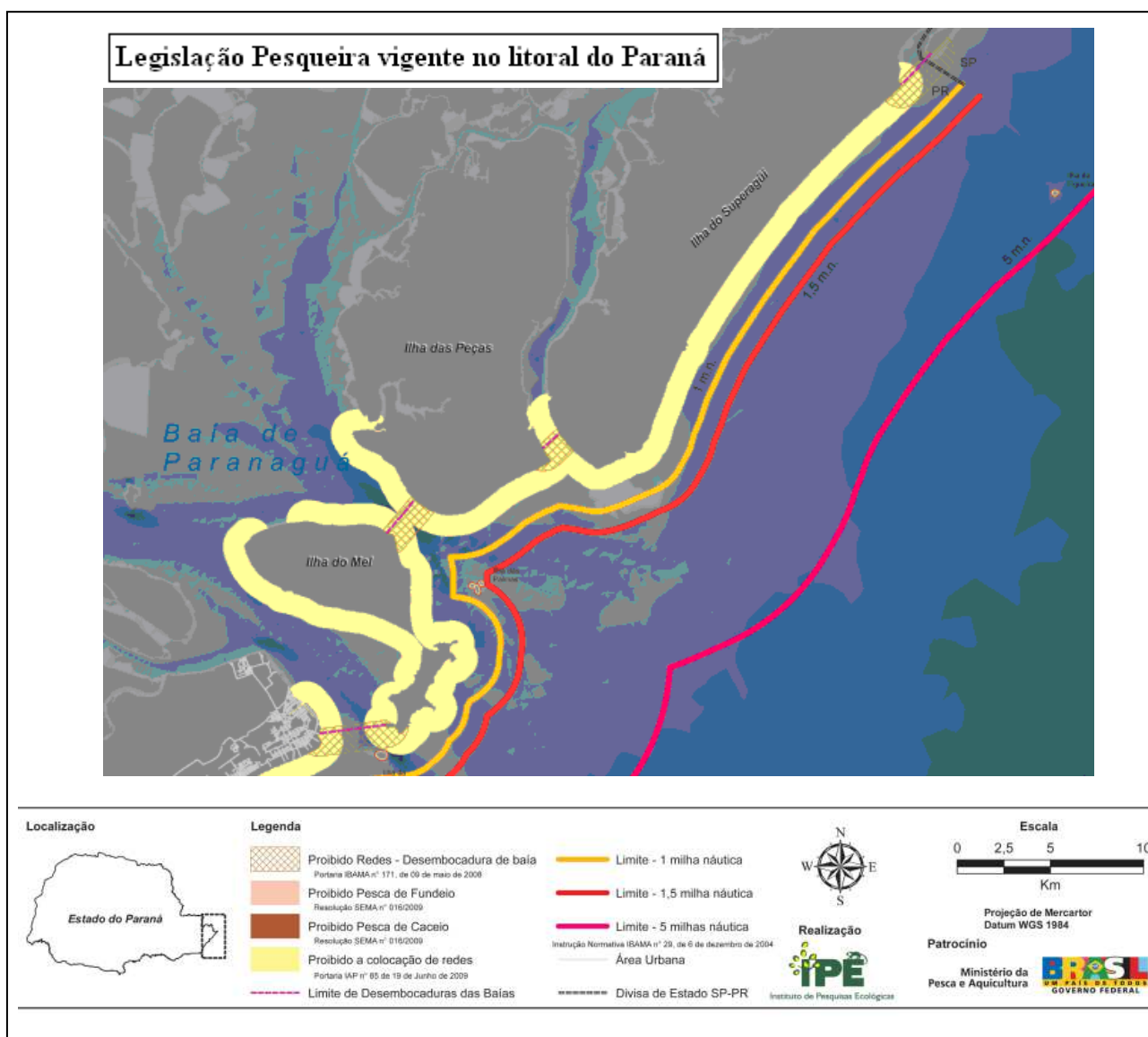


FIGURA 20 – Legislação atual de pesca no Paraná – Tipo de redes e Instrução Normativa N° 29. Fonte: Ipê, 2010.

Todas estas políticas apontadas repercutem diretamente na vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi e sua principal atividade produtiva atual. São políticas que, como será exposto a seguir, criam enfrentamentos com os pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi já que implicam em mudanças nas práticas tradicionais de pesca e na imposição de um modelo de modernização que, de ser desejado, é praticamente inalcançável.

3.2 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESCA NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO SUPERAGÜI

Os impactos negativos das políticas públicas de desenvolvimento da pesca que geram conflitos com os pescadores e pescadoras artesanais se referem especialmente aos processos de modernização, pelas mudanças na lógica de trabalho e produção, dos modos tradicionais e, portanto da identidade; devido aos enfrentamentos com a pesca industrial e as restrições de acesso aos territórios e à natureza.

Segundo Bazzo (2010), baseada em Adams (2000), a chegada das embarcações a motor, a partir de 1960, nas comunidades da Ilha geraram uma mudança no tempo dedicado às lavouras, já que a possibilidade de pesca de maior alcance também ocasionava maior tempo dispensado para tal atividade.

Os incentivos fiscais da SUDEPE a partir dos anos 60 para industrialização da pesca promoveram a concentração da riqueza, a expropriação dos pescadores artesanais e a destruição acelerada dos recursos naturais. O Decreto 221/67 beneficiou à pesca industrial mais do que aos pescadores artesanais que receberam redes de nylon já trançadas para substituir àquelas por eles fabricadas (LOBO COSTA, 2005). Segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que depois substitui a SUDEPE, os resultados foram pouco expressivos devido a que o mesmo não contemplava os conhecimentos tradicionais dos pescadores sobre as espécies e sobre a própria atividade (SEAP/PR, 2008). Mudam assim as lógicas de trabalho dos pescadores artesanais.

Em decorrência da criação ou adaptação de técnicas, instrumentos, embarcações e conhecimentos ao meio natural que exploravam, os sujeitos históricos em questão fizeram emergir, ao longo do período de constituição de suas comunidades, uma *noção de trabalho própria*, situada nos marcos de uma cultura também específica. Ao longo desse processo, elaboraram igualmente categorias referentes ao tempo e ao espaço, as quais se apresentavam ancilarmente àquela noção de trabalho.

Ocorre que mesmo para aqueles grupos que viviam mais fortemente ligados ao mercado – os pescadores marítimos artesanais – o controle sobre os fatores do trabalho (mas não sua *propriedade*) permitia-lhes dispor do seu tempo segundo necessidades concretas e culturais próprias, que não eram firmemente ditadas por agentes alheios à produção, então efetuada no contexto comunitário. Por conhecerem o *espaço* que exploravam, por regularem, via conhecimento das espécies e das estações, o *tempo* da captura, os pequenos pescadores de então

pareciam dominar em alto grau o seu processo de trabalho.
(SILVA, 2004, p. 4)

Se re-significa, portanto a vida dos pescadores artesanais, mas cabe ressaltar que não é a partir de um querer próprio senão de uma imposição que modifica as formas produtivas e assim, os modos de vida e seus territórios.

Como dito anteriormente, aqueles que possuem a capacidade financeira de aceder aos créditos promovidos pela SUDEPE, e dentro do Estado do Paraná incentivados pela EMATER, são os atravessadores. No caso da Vila do Superagüi até hoje, esses atravessadores escoam a produção quase que exclusivamente para São Paulo. Já aqueles pescadores artesanais que não vendem sua produção aos atravessadores, como dito no capítulo 1, costumam levar a produção para Paranaguá. Ou seja, o acesso a essas políticas são das pessoas já capitalizadas, criando, portanto maior desigualdade social e também dependência pela venda da produção.

Essas ações mostram que o caminho dessa política desenvolvimentista é pela via da modernidade, da industrialização, da produção intensa, do consumo e exploração da natureza mercantilizada, da dependência econômica com o mercado e com os créditos e, no contexto da aquicultura com a privatização dos corpos d'água, mas sempre pretensamente sustentável, ao menos no discurso.

Assim como comenta Cardoso (2001) sobre a sobrepesca e a queda de estoques marinhos no Brasil das últimas décadas, Andriguetto Filho (1999) explica que,

As restrições vêm se intensificando, motivadas pelo aumento do esforço pesqueiro e da eficiência dos equipamentos, pela queda dos rendimentos, pelo aumento dos conflitos de uso e pelo desenvolvimento da percepção de que os recursos estão ameaçados (ANDRIGUETTO FILHO, 1999, p. 171).

E isso traz conflitos às comunidades de pescadores. Pois considera que, além das restrições por partes dos órgãos ambientais como IAP e IBAMA, as disputas internas entre pescadores artesanais e industriais é árdua. “Os conflitos internos à pesca resultam da competição pelos recursos entre diferentes grupos de interesse. Em particular, o desenvolvimento da pesca empresarial na plataforma costeira paranaense gerou uma série de conflitos com a pesca de menor escala” (ANDRIGUETTO FILHO, 1999, p. 210). Embora tais grupos não tenham limites precisos, os pescadores paranaenses conflitam com os grandes barcos de outros estados que fazem pesca de arrasto pescando

camarão rosa e sete barbas, ou utilizam portas e parelhas, bem mais pesadas que aquelas dos pescadores artesanais, que varrem o fundo do mar. Segundo os pescadores do Paraná, os barcos da pesca industrial degradam o meio ambiente acabando com a biodiversidade e não respeitam o limite de três milhas da costa reservados para os pescadores artesanais (ANDRIGUETTO, 1999).

É com respeito à milhagem que também se estabelecem conflitos com os órgãos ambientais. Especificamente com a Instrução Normativa 29 de 2004 do Estado do Paraná, referida à milha náutica que os pescadores artesanais têm muitos problemas – fato já mencionado no cap. 1. A pesca só pode ser realizada após a primeira milha náutica, isto é, 1852 metros. A fiscalização e repressão do IAP, neste caso de não respeitar a milha, são questões denunciadas permanentemente e, em muitos casos, a polícia ambiental do Paraná (Força Verde) abusa do poder sendo que, além de multar, apreende as ferramentas de trabalho do pescador e inclusive o próprio pescador deixando-o detido durante horas. Os argumentos que os pescadores têm contra essa normativa, segundo a carta de denúncia dirigida ao promotor da Comarca de Antonina/PR de 5 de março de 2009 (Anexo 2), são que: 1) não há estudos que determinem que de fato a pesca artesanal gere qualquer dano de degradação aos recursos pesqueiros ao pescar na primeira milha náutica, inclusive com a prancha, petrecho de baixo impacto utilizado para captura de no mais de 15 kg. de camarões e pescado; 2) a ausência de fiscalização da pesca industrial que causam altos impactos ambientais devido ao uso de petrechos de grande porte e por se localizarem dentro das milhas não permitidas para esses tipos de embarcação; 3) faltam referências evidentes da milha náutica e os pescadores artesanais não têm GPS para saber o posicionamento exato das suas embarcações e; 4) não diferenciar entre a pesca industrial e a artesanal sendo que a última implica um modo de vida e, portanto a reprodução integral da vida dos pescadores. Este fato traz a contradição com o Decreto Federal 6040 de 2007, que institui a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais sobre a existência de comunidades com modos de vida específicos que devem ser respeitados.

A diferença entre o barco industrial e o artesanal, segundo o relato de um pescador da Vila do Superagüi, é que as duas portas dos barcos dos pescadores artesanais pesam juntas, em torno de 24 quilos e as da pesca industrial chegam a pesar aproximadamente 150 quilos cada uma. Além disso, comenta que, as redes que os

pescadores artesanais utilizam não são pesadas o suficiente para atingir o fundo depois da primeira milha, ao contrário das utilizadas na pesca industrial que são bem pesadas e por isso conseguem varrer o fundo. Por esse fato, os pescadores artesanais acabam querendo pescar dentro da milha. A questão é, portanto, qual tipo de portas e quais redes se utilizam e quais se proibem as dos pescadores artesanais ou da pesca industrial.

Com respeito à instalação dos recifes artificiais, já colocado, no dia 12 de fevereiro de 2010 foram lançados os primeiros recifes do setor 2 de Paranaguá- Ilha do Mel, de um total de cinco setores programados para instalação em todo o litoral do Paraná. Ao mesmo tempo da reunião entre os pescadores artesanais, os técnicos da Rebimar e o promotor do Ministério Público Federal, já citada, também houve uma reunião paralela extra-oficial⁷⁸. Nessa reunião extra-oficial os pescadores artesanais começaram a conversar com os técnicos da REBIMAR⁷⁹. Os primeiros declararam ser contra o projeto de instalação dos recifes porque eles mesmos, principais afetados, não tinham sido consultados e que não queriam os arrecifes, mas se fosse obrigatório, que os colocassem além das milhas de pesca artesanal, já na área de pesca industrial, porque suas redes poderiam ser cortadas com os arrecifes e também que se não fossem eficientes dificilmente a ONG tiraria esses blocos do mar. Depois de mais de uma hora de discussão, os técnicos da REBIMAR presentes argumentaram que seria necessário fazer um novo estudo considerando a nova milha proposta para ver as possibilidades de vida marinha. No dia 12 de fevereiro já tinham sido instalados os primeiros arrecifes, questionou-se sobre a possibilidade de além de fazerem um novo estudo, pudessem fazer um monitoramento durante no mínimo cinco anos dos arrecifes já instalados respeito à proliferação de espécies marinhas. Mas, a reunião oficial deu sua resolução, os arrecifes não serão instalados até data indefinida.

Outro conflito é que no período de defeso (proibição de pesca) das diversas espécies, por exemplo, o camarão sete barbas – que é de março a junho – nem todos os pescadores recebem o seguro-defeso já que, por conta das inúmeras normas, nem

⁷⁸ Em princípio a convocação era para uma audiência pública, mas o Ministério não esperava a presença massiva dos pescadores artesanais. Como não havia espaço suficiente para todos os presentes, a reunião foi unicamente com os representantes das três partes interessadas. Assim houve um abaixo-assinado espontâneo para que essa reunião não fosse caracterizada como audiência pública e essa mesma foi a resolução. A reunião paralela foi com a maioria dos pescadores artesanais e com alguns técnicos da REBIMAR.

⁷⁹ Tive a oportunidade de participar da reunião extra-oficial, portanto o que aqui se conta é produto do relatório realizado (Anexo 2).

sempre conseguem a carteira de pescador profissional. Este seguro dura os três meses e é pago com o objetivo de compensar o pescador pela impossibilidade de pescar. O defeso de pesca de camarão, aliado às proibições pelo Parque já identificadas, fazem com que os pescadores artesanais da Vila do Superagüi fiquem sem alternativas para seu sustento durante esses três meses. Além disso, os pescadores comentam que a pesca industrial continua pescando apesar das proibições. Então a questão que apresentam é que a preservação não deve especificamente ser durante os três meses, senão que nunca se deve pescar de maneira intensiva como a pesca industrial.

Por último, a instalação iminente dos 12 parques aquícolas no Paraná do Processo nº 00350.002616/2010-25, três dos quais no litoral norte paranaense – já cedidos pelos próximos vinte anos à ONG Instituto Mar e Vida – implica a privatização do território de uso comum dos pescadores artesanais. Isso significa que além da privatização da terra, privatiza-se também o mar, impedindo-se assim a reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi.

Essa ONG não tem divulgação de informações na Internet, nem conseguimos levantar informações em campo, mas encontra-se vinculada a duas empresas de consultoria ambiental: a Habitat “que presta serviços nas áreas de meio ambiente, gestão de negócios, marketing e Indigenismo⁸⁰” e a Tarumã consultoria ambiental que “é uma empresa que presta serviços na área de meio ambiente e promoção de comunidades sustentáveis. Estas empresas vão exatamente pelo viés do desenvolvimento sustentável na forma de exploração da natureza a partir de energias teoricamente mais limpas, mas que modificam o território e mercantilizam a natureza. Conforme já explicado este processo de instalação de áreas aquícolas faz parte do Programa Mais pesca e aquíicultura que ainda até o começo de 2011 colocou em edital mais três áreas no Paraná e, por ser esta uma política da FAO, provavelmente seja renovada para os próximos anos.

As ameaças aos pescadores artesanais são perante o avanço da pesca industrial devido à pesca predatória; as políticas públicas de incentivo à pesca industrial que de um lado continuam beneficiando esse subsetor e de outro incentivam à modernização modificando assim as artes de pesca dos artesanais e; o avanço da aquíicultura, hoje com

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.consultoriahabitad.com.br/>> Acesso em 18 de Nov. 2010.

a instalação de três áreas nas baías próximas, mas que podem vir a se proliferar e também criar uma especialização que tire os filhos da atividade produtiva familiar.

A especialização gerada pela mudança da lógica agricultura-caça-pesca, resulta na criação da escassez e, conseqüentemente, uma necessária inserção ao consumo e produção capitalista. A penetração do capital a través da criação de escassez transforma sociedades não-capitalistas de relações relativamente autosuficientes para a produção de valores de uso em unidades especializadas e dependentes para a produção de valores de troca (HARVEY, 2005).

Os pescadores e pescadoras artesanais se vêm impossibilitados do exercício da atividade de captura dos peixes, seja para fins de comercialização, seja para a subsistência devido à diminuição da biodiversidade pela pesca industrial e das leis das instituições públicas (VALENCIO, 2010). Além da instrução normativa estadual que restringe os territórios de pesca permitidos, a pesca industrial acaba com a vida marinha. As políticas públicas de pesca são propostas especialmente para a pesca oceânica fazendo com que os pescadores precisem comprar novos equipamentos, se endividem e tenham de aprender outra forma de pescar, sendo obrigados assim a modificar a tradicional que faz parte de suas lógicas de vida e que não são predatórias. As políticas públicas de incentivo à aquíicultura, neste caso das baías das Laranjeiras e dos Pinheiros, geram a privatização de áreas do mangue retirando a possibilidade de autonomia na pesca e captura de ostras.

A aquíicultura, tida como alternativa de emprego e renda ao trabalho autônomo do pescador profissional artesanal ajusta-se em uma racionalidade industrial que limita a compreensão dos fatores ecossistêmicos imbricados, os quais possibilitam ao pescador uma diversidade de interações com o meio, objetivando manter e recriar seu espaço de trabalho. Ao trabalhar de forma artesanal, o pescador utiliza-se da forma autônoma dos meios de produção e do conhecimento tradicional do saber sobre a natureza, seus ciclos e no manejo das técnicas sustentáveis de captura. Dessa forma, a aquíicultura nega o saber tradicional, os conhecimentos, as artes de pesca e as relações de partilha sociais (VALENCIO, 2006).

Pode-se considerar que as políticas públicas da pesca no contexto da SUDEPE, da SEAP/PR ou do MPA têm o viés da modernidade. Isto significa que se estabelecem novas relações e tecnologias para o setor pesqueiro sem considerar o saber e o fazer tradicional (MENDONÇA, VALENCIO, 2008). Tratando às comunidades tradicionais e

os seus conhecimentos como descartáveis (LEFF, 2001; MENDONÇA, VALENCIO, 2008; SANTOS, 2006).

A apropriação privada (neste caso por uma ONG) de áreas aquícolas, o avanço da pesca industrial e as medidas restritivas de pesca (especialmente para pescadores artesanais) são formas atuais de apropriação e pilhagem da natureza em função da continuação da acumulação capitalista, caracterizada pela espoliação. Parece evidente que o modelo agro-exportador se reproduz em todas as esferas, com base na acumulação por espoliação, isto é, a natureza transformada em recursos naturais e apropriada por uma racionalidade científica moderna buscando a reprodução do modelo capitalista em detrimento da reprodução da vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi.

3.3 O MOVIMENTO SOCIAL DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS COMO RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os conflitos territoriais se estabelecem a partir do momento em que há uma oposição por parte dos sujeitos que usam e/ou ocupam os territórios. Neste caso, ao longo do trabalho vem se dando ênfase, aos conflitos territoriais estabelecidos na Vila do Superagüi em função de interesses opostos entre os órgãos públicos que ditam normativas, leis, planos, políticas públicas e os pescadores e pescadoras artesanais que, a partir dessas políticas públicas têm suas vidas restringidas em diversos aspectos. Essa oposição perante as políticas que vem de cima para baixo, implica em resistência por parte dos sujeitos que se vêem avassalados por políticas públicas que não contemplam seus modos de ser/fazer/reproduzir a vida.

3.3.a Sociedades em movimento⁸¹: r-existindo aos conflitos

Há estratégias de luta diferentes⁸² para a conformação dos movimentos sociais de acordo aos contextos históricos. Os denominados Velhos Movimentos Sociais no Brasil organizados até a ditadura militar de 1964 tinham lideranças carismáticas e não eram articulados a outros movimentos, eram especialmente os sindicatos e os partidos políticos que organizavam a sociedade em uma luta de classes e contra o capital, por vezes através da luta armada. Os Novos Movimentos Sociais surgem depois da ditadura,

⁸¹ Para ampliar este tema consultar: Boron e Lechini (2006), Gohn (2000), Leher et al. (2010), Scheren-Warren (1996), Seoane et al. (2006), Wallerstein (1999), Zibechi (2007; 2008), entre outros.

⁸² Não se trata da perda da centralidade do trabalho, mas da ampliação das demandas em função do metabolismo do capital (FOSCHIERA, 2010).

buscam negociar as suas demandas com o Estado e estão ligados à cultura, identidade⁸³ e às lutas sociais cotidianas. A partir do processo de globalização, são criados os movimentos antissistêmicos que são grupos cujo traço essencial é a resistência pela manutenção do território, questionando a mercantilização, as formas de propriedade e a relação de produção e natureza. Estes movimentos sociais se adéquam ou negam o capitalismo de acordo às circunstâncias (FOSCHIERA, 2010).

A organização dos pescadores e pescadoras artesanais surge como produto da indignação da comunidade e conformando os grupos dos “sem” que se juntam espontaneamente por alguma mudança nas suas condições de vida como as políticas neoliberais, invasões nos seus territórios, etc. São sociedades que têm vínculos sociais, territoriais que se põem em movimento (ZIBECHI, 2008).

Este movimento encontra eco em outras lutas semelhantes não somente no Brasil, mas numa conjuntura de América Latina⁸⁴ na qual também existem lógicas de expansão do capitalismo a partir de um novo modelo agro-extrativista que nega as comunidades que tradicionalmente ocupam seus territórios. São territórios que atualmente se tornaram economicamente interessantes, desde a perspectiva capitalista de mercantilização da natureza, porque são reservas de recursos naturais para uso futuro ou de recursos naturais para uso atual mantendo os níveis de consumo de água, minérios, etc. (CECEÑA, 2010; SVAMPA, 2009).

Até agora, o que observamos? Poderes territoriais autônomos em resistência, ligados a relações sociais não capitalistas, que resolvem a re-produção da vida das pessoas que vivem nesses espaços. Esses poderes têm sido criados, sistematicamente, pelos “sem”, me refiro aos setores sociais que têm sido privados de seus direitos. Os que são diferentes porque vivem e se relacionam de maneira diferente (e porque com frequência a cor da pele e o som da língua são diferentes), estão fazendo política de maneira também diferente. Ou, ao menos, tentam (ZIBECHI, 2008, p. 175).

No caso dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, como já dito, trata-se de uma maneira de reproduzir a vida diferenciada que hoje luta por políticas públicas que permitam a manutenção desses seus modos de vida. É neste

⁸³ “A identidade terá a função de cimentar as fragmentações, será o elemento que servirá de elo de ligação para a pluralidade social formadora do movimento, será a forma de se construir a unidade na diferença” (FOSCHIERA, 2010).

⁸⁴ “As redes de movimentos sociais agrupam várias associações de diferentes portes, lugares, identidades sociais, ideologias e buscam unir forças para gerar uma sinergia em torno de seus objetivos. Torna-se um espaço público que consegue superar barreiras geográficas, limitações financeiras, contornar as desigualdades de acesso e de informações, ampliando o alcance de atuação e a organização de estratégias de lutas mais eficazes por parte desses movimentos” (FOSCHIERA, 2010).

sentido que se compreende a resistência; os pescadores artesanais precisam garantir esse direito para poder manter seus territórios e suas formas específicas de viver neles.

É neste panorama que os pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, durante o processo de realização do fascículo da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, ao enxergarem de forma mais sistematizada os conflitos nos seus territórios, se organizam no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR). O processo de realização durou em torno de oito meses nos quais a comunidade se reunia, discutia diversas questões relativas às formas de organização da comunidade (infra-estrutura, circulação, legislação, direitos), práticas sociais (auto-afirmação coletiva, identidade e os limites impostos para sua reprodução por determinadas políticas públicas), os conflitos no território (conflitos socioambientais) e as possíveis formas de resistência. Como justamente um dos objetivos da Nova Cartografia Social é fortalecer e organizar a comunidade para lutar por políticas públicas que garantam seus direitos de reprodução da vida e a manutenção de seus territórios, durante as oficinas incentiva-se à organização e à reflexão sobre as possibilidades de resistência somando forças entre os sujeitos da comunidade. Depois desse processo é o momento de cartografar já que a comunidade está focada nos mesmos objetivos que tem a ver com a sua visibilização social e a garantia de direitos identitários territoriais. Materializam-se no espaço (do mapa) as questões levantadas e, portanto, essenciais de serem enxergadas para lutar pela vida no território da comunidade dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi. Nasce, assim, a comunidade em movimento, o MOPEAR.

3.3.b As resistências do MOPEAR

O MOPEAR “‘É nossa organização do pescador’. É ter novamente liberdade perante a repressão da força verde. Significa a luta pelos direitos do pescador diante das autoridades, permite abrir caminhos para estabelecer um diálogo com os órgãos públicos” (PROCESSO, 2009).

A partir da organização dos pescadores artesanais no MOPEAR, eles vêm lutando em diferentes frentes contra os conflitos já analisados que se instalam no território, referidos às políticas públicas de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento da pesca e aquicultura.

Diversas são as características desta comunidade tradicional e atualmente pelo seu auto-reconhecimento como comunidade pesqueira, consideram como características próprias especialmente as relacionadas à pesca artesanal, mas também a caça e o roçado. Isto é, não pescam de maneira predatória, têm embarcações pequenas e a pesca é nas baías ou perto da costa. Isto permite relacionar a questão da organização da comunidade como movimento social à possibilidade de visibilização da comunidade como comunidade tradicional. Ambas as questões têm total relação, pois é a partir da organização social que os pescadores artesanais se percebem comunidade tradicional, com características distintivas.

E a partir disso nascem reivindicações da comunidade pesqueira tradicional da Vila do Superagüi, que o MOPEAR vai tratando de resolver. Sobre a instalação dos arrecifes artificiais, o movimento junto à comunidade conseguiu a partir da denúncia ao Ministério Público Federal, parar o processo de instalação. O conflito anteriormente citado, da instalação de recifes artificiais ao longo do litoral paranaense foi resolvido a partir da decisão do Promotor Federal em razão da falta de legitimação perante os pescadores artesanais. Durante a reunião extra-oficial citada, uma das questões não respondidas satisfatoriamente pelos técnicos foi sobre a retirada das toneladas de concreto do mar, caso não dessem o resultado esperado de revitalização da biodiversidade marinha. O concreto fincado no mar se tornaria lixo pela impossibilidade efetiva de retirar os blocos.

O MOPEAR realizou também duas propostas de leis: a lei municipal relacionada a “patrimônio imaterial” e; a modificação da lei da Instrução Normativa Nº 29 da milha náutica (Anexo 3).

Esta primeira proposta de lei tramita na Câmara Municipal de Vereadores de Guaraqueçaba (Figura 21.a .b). Em 28 de março de 2011 o MOPEAR participou de uma assembleia na Câmara onde foi brevemente discutida a possibilidade de aprovação desta lei municipal que reconheceria aos pescadores e pescadoras artesanais como comunidade tradicional e lhes permitiria o reconhecimento de suas práticas socioculturais. Os vereadores comentaram que poderiam apoiar a proposta realizada pelo MOPEAR, mas com algumas condições que deveriam ser discutidas pelos advogados de ambas as partes. Até finais de 2011, não há resposta definitiva por parte dos vereadores, portanto, ainda se tramita a proposta de lei municipal de patrimônio imaterial que permitiria aos pescadores artesanais das Ilhas pertencentes ao Município, manter o modo específico de produzir a vida e seus territórios.



Figura 21 – a. Vereadores reunidos na Câmara Municipal de Guaraqueçaba. b. Pescadores e moradores de Guaraqueçaba reunidos com os vereadores. Fonte: MOPEAR, 2011.

A modificação da lei da Instrução Normativa N° 29 permitiria pescar nas áreas e apetrechos historicamente utilizados. Neste sentido, o que está em vigor é “Art. 1. Proibir a prática de pesca de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná” (MMA, 2004).

A proposta de alteração é:

Art. 1. Proibir qualquer tipo de pesca de arrasto com portas, a menos de 2,5 milhas náuticas da Costa do Estado do Paraná

§1°. A proibição constante do Artigo 1° não se aplica ao pescador artesanal.

§2°. Entende-se como pescador artesanal, além do auto-reconhecimento, aquele que detém embarcação compreendida cumulativamente nas seguintes especificações: Embarcação movida a propulsão humana ou com Motorização até 24 HP, embarcação ‘boca-aberta’, sem convés, até 3 TAB’s.

§3°. No caso dos pescadores artesanais, fica permitida a pesca a partir de 500 metros da Costa do Estado do Paraná.

§4°. No caso de pescadores artesanais que têm embarcações ‘boca-aberta’, ou seja sem convés, mas que tenham motorização entre 24 HP e 60 HP, o limite estabelecido no artigo 1° fica em uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná. (Grifos do autor)

A modificação da Instrução Normativa essencialmente é não incluir aos pescadores artesanais na proibição, se dá ênfase numa especificação das características do pescador artesanal e, em função delas, permite-se a pesca em distâncias determinadas. Mas até o momento, a proposta encontra-se sem resposta por parte do órgão responsável. Mesmo assim, continua sendo uma reivindicação da comunidade e, assim também, do MOPEAR. Pois a mesma poderia vir a resolver alguns conflitos brevemente citados com a depredação que a pesca industrial provoca.

As reivindicações, seguindo aquelas levantadas pelo fascículo da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, são: ter permissão para realização de hortas, criar uma Reserva Extrativista (RESEX) marinha⁸⁵ e poder coletar recursos naturais. Estas pretendem ser reivindicadas através da lei municipal de patrimônio imaterial já citada e da organização junto a outros pescadores artesanais da região. Assim em novembro de 2010, o MOPEAR organizou o I Encontro dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da região Sul que congregou pescadores artesanais do litoral do Paraná e permitiu a possibilidade de conhecer e dialogar sobre a situação dos pescadores artesanais do Rio Grande do Sul. Neste foram apresentadas as seguintes demandas: dragagem do canal para acesso ao município, livre acesso aos recursos naturais, melhoria do atendimento de saúde, melhoria da comunicação, acesso ao território e consciência do espaço, acesso das mulheres ao seguro desemprego independentemente do período de defeso, coleta de lixo e consciência ambiental das pessoas da comunidade, melhoria do tratamento de água, ampliação e melhora dos trapiches, saneamento básico, revisão e verificação do limite do parque, melhoria do cemitério da ilha, curso de mecânica (barco a motor), iluminação do trapiche e luz elétrica nas comunidades que ainda não têm acesso. No final do Encontro fazem uma carta (Anexo 4) que chama a atenção dos órgãos gestores para não criminalizarem a reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais nos seus territórios, aceitando o auto-reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais do sul do país como pertencentes à categoria política de povos e comunidades tradicionais, respeitando suas práticas e seus territórios tradicionais e reconhecendo que são eles e elas os atores da manutenção e reprodução da biodiversidade nos seus territórios.

Ainda com respeito à Resex marinha⁸⁶, a proposta a ser tramitada no ICMBio por abaixo-assinado é, de estabelecer 42 quilômetros para pesca exclusivamente

⁸⁵ Se houvesse uma RESEX Marinha, conforme solicitado pelos pescadores artesanais, haveria a possibilidade de manejo baseado na comunidade de Vargeiros de Mimirauá (Acevedo & Castro, 1993, p. 207 apud DIEGUES, 2000, p. 147) com diferentes áreas de pesca: 1) Procriação = intocável; 2) Manutenção = subsistência; 3) Comercialização = venda; 4) Sedes = espaços de estocagem. Atualmente, segundo dados fornecidos pelos pescadores em visita de campo, estão juntando assinaturas para a criação da RESEX em todas as comunidades atingidas pelo PARNA.

⁸⁶ Uma resex é uma área de domínio destinada a determinada comunidade extrativista tradicional para exploração sustentável dos recursos e o seu gerenciamento é da comunidade e do ICMBio, referenciado num plano de manejo. A resex, segundo o artigo 18 do SNUC é “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (SNUC, 2000).

artesanal⁸⁷. Esta beneficiaria diretamente às comunidades da Vila das Peças, Vila do Superagüi, Praia deserta e Ararapira que são as que efetivamente pescam em mar aberto e indiretamente às comunidades do interior já que diminuiria a presença da pesca predatória industrial.

Nessa identificação como povos tradicionais encontram ligação com outras comunidades tradicionais do Paraná e, por isso, nos dias 1 e 2 de setembro de 2010, participaram do I Acampamento dos Povos e Comunidades Tradicionais em Curitiba cujo objetivo era dar andamento ao pedido de lei estadual de reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no Paraná. Durante o ano de 2011 houve algumas reuniões que pretendiam dar encaminhamento à lei estadual, mas até finais do mesmo ano não há definições sobre a mesma.

Quer dizer que vem sendo realizadas ações que permitem o fortalecimento da comunidade, que dão visibilidade à comunidade perante o poder público e que gera alguns frutos. Mas a luta pela terra e pelo mar é hoje constante e necessária para garantir o território de vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi.

As questões aqui levantadas permitem observar que as políticas de desenvolvimento pela modernização da pesca e da aquicultura trazem aos pescadores artesanais inúmeros conflitos que põem em evidência o desrespeito pelos seus direitos à identidade e ao território tradicionalmente ocupado, negando em definitiva a própria reprodução da vida dessa comunidade tradicional. Mesmo assim, a partir de organização social a luta deles persiste e com ela a busca por negociações com o Estado para a efetivação de políticas públicas que lhes permitam viver.

Assim como as políticas de desenvolvimento pela via sustentável, as da via da modernização só fazem aprofundar a exclusão, a inferioridade, a privação, a negação da identidade e do território, ou seja, da vida como totalidade dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi.

⁸⁷ Dado de relato em campo do dia 26 de março de 2011.

4. OS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DA VILA DO SUPERAGÜI PERANTE A SITUAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA DO MODELO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Ao longo dos capítulos foram sendo identificados diversos conflitos e resistências que ocorrem nos territórios de vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi. São conflitos que dizem respeito às políticas públicas de desenvolvimento sustentável e de modernização produtiva da pesca e aquicultura. Esta leitura sobre os conflitos e resistências, produto das políticas, permitem trazer a multidimensionalidade do território e demonstram a complexidade escalar que se dá no local. Neste sentido, no último capítulo, são trazidos conceitos que têm permeado todo o trabalho e que agora se articulam em um diálogo que busca percorrer o caminho entre o singular e o universal.

São questões relacionadas a processos habituais na escala mundial ditadas pelo modelo de produção e consumo capitalista e os discursos que o legitimam e difundem, dividindo o mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos⁸⁸, provocando injustiças ambientais e a negação da vida daqueles e daquelas que estiveram/estão numa posição marginal a respeito do modelo, e que reproduzem suas vidas na mistura com outras lógicas.

Estas perspectivas de análise trazidas ao longo do texto e detalhadas a seguir, nos permitem – mesmo que de maneira parcial já que analisadas basicamente a partir de duas políticas –, a compreensão da complexidade do território e do avanço de um modelo avassalador que busca se impregnar em todas as esferas da vida das pessoas homogeneizando-as e colocando-as em pé de inferioridade.

A Vila do Superagüi é um território que se em outra época não despertava um interesse econômico direto, passa a recebê-lo pela permanente necessidade de acumulação do capital e avanço das fronteiras do capitalismo. Este fazia parte de uma área que, seguindo a análise de desenvolvimento geográfico desigual⁸⁹ de Harvey (2004, 2005), era periférica e, portanto, com pouca tecnologia e modernidade, mas que passa a ser alvo de políticas de desenvolvimento sustentável e de modernização.

⁸⁸ Os desenvolvidos e subdesenvolvidos, os modernos ou os tradicionais (como sinônimo de atrasados), etc. são conceitos fundamentados no pensamento binário que pretende criar sempre uma hierarquia ou valorização que opera pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro.

⁸⁹ O desenvolvimento geográfico desigual explica que há áreas diferenciadas devido à riqueza de recursos ou vantagens comparativas respeito de outras, gerando-se assim, uma desigualdade de investimentos, de crescimento econômico entre as diversas áreas, isto é, desigualdades respeito ao desejado desenvolvimento (HARVEY, 2004).

Neste sentido, mostramos a continuação, as conseqüências do modelo de desenvolvimento (in)sustentável, da modernização a partir das políticas de pesca e aquicultura e o que essas políticas capitalistas significam no contexto territorial do Superagüi, e como lógica hegemônica para a reprodução da vida.

4.1 O (IN)SUSTENTÁVEL DESENVOLVIMENTO DA INJUSTIÇA AMBIENTAL

No caminho do desenvolvimento e do progresso entre aspas, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais são meros entraves aos quais são negados cidadania e direitos, em muitos casos começando pelo direito à própria existência (PACHECO, 2010).

A política de desenvolvimento sustentável se instala no território da Vila do Superagüi através do Parque Nacional. Assim, muda a dinâmica de uso, ocupação e reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais. É por este motivo que se criam conflitos de interesses entre o que essa política implica, isto é, inutilizar o território reproduzindo o mito da natureza intocada, frente à apropriação da natureza pelos pescadores.

Referindo-se à questão da apropriação da natureza, Little mostra que as conseqüências para as comunidades tradicionais no Brasil sejam do desenvolvimento ou do desenvolvimento com discurso sustentável são idênticas. Ou seja, a essência é o desenvolvimento.

Dentro do processo de expansão da fronteira desenvolvimentista promovida pelos governos militares, a partir da década de 1970 houve um crescimento extraordinário no estabelecimento de novas áreas protegidas – uma frente preservacionista –, que produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas. Nos quinze anos de 1975 a 1989, foram criados no Brasil 17 Parques Nacionais, 21 Estações Ecológicas e 22 Reservas Biológicas, que produziu o quadruplicamento da área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país. Como as Unidades de Conservação de Uso Indireto não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios – sendo isto uma de suas regras cosmográficas mais firmes –, a solução inicialmente proposta pelos preservacionistas foi a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, seja por indenização ou por reassentamento compulsório, tal como se fazia com as barragens e os outros grandes projetos de desenvolvimento (LITTLE, 2002, p.16).

Essa superposição do território de uma comunidade extrativa como é a de pescadores artesanais da Vila do Superagüi com uma área de proteção integral como o Parque Nacional do Superagüi, gera até hoje grandes problemas para a comunidade⁹⁰. Já que não mais consegue reproduzir sua vida devido às proibições da lei e porque está sendo implicitamente expulsa⁹¹, expropriada por uma política que não dá soluções. Isso se caracteriza como uma injustiça ambiental, no sentido de que este território é restringido aos pescadores artesanais que tradicionalmente o ocupam, em função de um aproveitamento externo ou como reserva de valor futura para continuação do desenvolvimento mais do que da sustentabilidade.

A justiça ambiental é o

conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2002, p. 2).

Ou seja, na Vila do Superagüi acontece um processo de injustiça ambiental pela aplicação da política de desenvolvimento sustentável, produto de um interesse pelo território alheio devido à sua riqueza ambiental⁹² provocando consequências para os pescadores artesanais.

A respeito da captação de carbono, como forma usual de riqueza ambiental em territórios alheios, segundo o livro apresentado em Copenhague – Soluções naturais: áreas protegidas ajudando as pessoas a lidar com as mudanças climáticas – cerca de um 15% do estoque mundial de carbono terrestre – 312 giga toneladas – são armazenados em áreas protegidas de todo o mundo (WWF, 2009).

⁹⁰ Neste sentido, é interessante observar que a grande maioria dos conflitos que se estabelecem em torno das comunidades tradicionais e dos excluídos de uma maneira geral é em função da terra e do território como disputa (PACHECO, 2010).

⁹¹ Essa expulsão implícita significa não somente a saída do território que é um território de vida, mas a continuação da exclusão social já que essas pessoas saem e vão morar nas áreas periféricas das cidades. Isso é corroborado por relatos em campo que indicam a cidade de Paranaguá e a Ilha de Valadares como pontos principais de êxodo.

⁹² Referimo-nos à natureza como banco de germoplasma, reserva de biodiversidade e aos créditos de carbono. O mercado de créditos de carbono teve início em 1997 após a assinatura do Protocolo de Kioto. Este mercado se cria a partir do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo –MDL – no qual cada tonelada reduzida de dióxido de carbono na atmosfera poderá ser negociada entre países, caso alguns não possam reduzir os gases do efeito estufa nos seus próprios (DA SILVA, s/d). No país, o Ministério encarregado destas questões é o da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nas proximidades da Vila do Superagüi, em Itaquí – Município de Guaraqueçaba – a SPVS está promovendo o Projeto de Ação Contra o Aquecimento Global através do sequestro de carbono (MAN YU, 2004).

Neste sentido, a justiça ambiental⁹³ traz a perspectiva dos conflitos ecológico-distributivos no sentido de haver conflitos sociais que são intrinsecamente relacionados às desigualdades sociais⁹⁴ e dando ênfase na questão do aproveitamento externo de uma área em detrimento da comunidade local. Pode se considerar, portanto, que a proibição de uso do território pelos pescadores pelas ações restritivas da reprodução da vida como é a proibição da caça, agricultura e coleta de plantas nativas, faz parte dos denominados conflitos ecológico-distributivos.

A apropriação da natureza desde as políticas de desenvolvimento sustentável enxerga-se como o acesso a recursos a partir do pensamento economicista dominante que impõe a sua mercantilização, isto é, lhe coloca valor, como modo de superar a crise ambiental e continuar com o desenvolvimento. Neste sentido, não se abandona a matriz moderna com base no otimismo tecnológico, mas se opta pela modernização ecológica promovendo ganhos de eficiência e dando continuidade ao consumo e produção a partir da ativação dos mercados das ‘energias limpas’ (ACSELRAD, 2002). Para aqueles que apostam na justiça ambiental, a modernização ecológica e a mercantilização da natureza não contribuem com a superação de desigualdade ambiental, pois não há como “separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos” (ACSELRAD, 2002, p. 51).

A justiça ambiental, portanto, é uma corrente ecologista que dá ênfase à questão ambiental, mas tendo total clareza de que para além da natureza existe um conflito social em função do crescimento econômico e da marginalização das classes subalternas, do desenvolvimento como produto do modelo de produção capitalista⁹⁵.

Parece-nos claro, depois do exposto, que os problemas não se resumem à questão ambiental e que não adianta resolver algumas dessas problemáticas em curto

⁹³ Se bem na prática existe há mais tempo, a década de 1980 é o marco de início desta corrente ambientalista. A mesma hoje se desenvolve especialmente nos países do Sul, mas tem sido sistematizada naquela época nos Estados Unidos (DIEGUES, 2000; MARTINEZ ALIER, 2011). Algumas referências essenciais desta corrente são: Ramachandra Guha, Enrique Leff e Joan Martínez Alier, entre outros. No Brasil Selene Herculano, Henri Acselrad, Tânia Pacheco e Hector Alimonda trazem ao país a discussão do combate ao racismo ambiental e a busca pela justiça ambiental.

⁹⁴ “Resta, sempre, a ironia de ver que as regiões onde a biodiversidade do planeta é maior são aquelas que ficaram historicamente à margem do uso desse tipo de racionalidade técnico-científica” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 144). Esse tipo de racionalidade que coloca a ciência moderna como única possibilidade de compreensão do mundo, negadora, portanto, de outras possibilidades de razão, de lógicas não dicotômicas, excludentes, objetivas, pretensamente neutras.

⁹⁵ Atuais conflitos deste tipo são, por exemplo, as mineradoras na Argentina (SVAMPA, 2009 e Colectivo voces de alerta, 2011), a estrada sendo construída na Bolívia em territórios indígenas (EA/GR, 2011), a exploração de petróleo em territórios de comunidades negras na Colômbia (OSLENDER, 2010), a instalação de Usinas Hidrelétricas no Brasil (VAINER, 2002) ou mesmo Pequenas Centrais Hidrelétricas, novas fronteiras de monocultura, a indústria de papel Botnia em Fray Bentos no Uruguai, etc.

prazo se uma das consequências for acabar com as populações tradicionais. Consideramos, portanto, que essas medidas de compensação como é o mercado de créditos de carbono não são suficientes para realmente diminuir os impactos ambientais atualmente provocados pelo modelo de produção e consumo capitalista. Especialmente quando acompanhadas de restrições de apropriação da natureza pelas comunidades que tradicionalmente ocupam territórios ricos em biodiversidade e quando o que se pauta não é a diminuição da contaminação real senão a mercantilização da natureza.

Neste sentido, concordamos com Lander (2011) quando comenta que ainda nas instâncias das Conferências Internacionais das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (Tratado de Kioto em 1988 e Copenhague em 2009) ou sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco92, Rio+10 em Johannesburgo) em nenhum momento se consideram opções desde a esfera política mundial que estejam fora do marco dominante da lógica capitalista do crescimento econômico sem fim. Que continua com os pressupostos de desenvolvimento, utilização de tecnologias, mercantilização e diminuição mínima (até o limite máximo possível) dos gases do efeito estufa como saídas para as questões ambientais⁹⁶.

Assim como o desenvolvimento geográfico desigual, os conflitos ecológico-distributivos mostram as desigualdades sociais, econômicas e ambientais que se pautam pelo modelo de produção capitalista.

Se de um lado a expansão do capitalismo se dá pelo desenvolvimento com discurso sustentável implantando a injustiça ambiental, de outro se dá pelo a acumulação por espoliação em relação aos territórios de vida dos pescadores e pescadoras do Superagüi.

4.2 POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA: RACIONALIZAÇÃO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

O desenvolvimento da pesca e aquicultura a partir das políticas de modernização dos diversos órgãos públicos, como a SUDEPE, a SEAP/PR e o MPA, vêm gerando ao longo do tempo, mudanças na lógica do trabalho, da produção, do modo de apropriação dos territórios e, portanto, da reprodução da vida dos pescadores artesanais do Superagüi.

⁹⁶ A análise do Acordo de Copenhague (2009) permite verificar esta afirmativa, especialmente nos itens 2, 6 e 7.

Atualmente essas políticas de modernização do setor da pesca e aquicultura promovidas nacionalmente pelo Ministério de Pesca e Aquicultura e internacionalmente pela FAO, têm lógicas alheias à lógica de reprodução local e respondem a interesses externos como é a expansão do capitalismo⁹⁷ e cujo fundamento é a pauta da segurança alimentar. Para isso, as políticas se voltam para a industrialização do setor, especialmente de aquicultura devido a que os estoques de peixes estão em diminuição e porque a criação de peixes em áreas aquícolas permite a modificação genética promovendo assim mais uma forma de mercantilização e apropriação da natureza. Segundo o relatório de aquicultura da FAO, o potencial de crescimento deste subsetor é enorme já que há muitas áreas plausíveis de serem exploradas e investidores interessados. Isso permitiria maiores possibilidades de emprego e segurança alimentar, sempre que seja incentivado o consumo de pescado (FAO, 2010).

Ao mesmo tempo, isso significa que se mercantilizam e privatizam-se a terra e o mar pela restrição de usos, pelos incentivos ao uso de tecnologias cujo acesso é através de créditos e endividamentos permanentes e se negam formas produtivas diferenciadas, negando assim a própria vida dos sujeitos das comunidades de pescadores artesanais.

A política de mercantilização de todas as esferas da vida se aprofunda na época da ditadura militar (1964-1985), período em que houve a estratégia de desenvolvimento do capitalismo a partir do tripé de empresas estatais, nacionais privadas e multinacionais; e no neoliberalismo com a estratégia da privatização dos serviços estatais e abertura da economia a partir de desregulamentação do mercado “tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2007, p. 31). O período neoliberal, exacerbado a partir dos anos de 1990, promoveu a privatização da maioria dos serviços públicos sociais como saúde, educação, previdência, etc. Ao converter tudo isso em mercadoria e, portanto, plausível de ser comercializada e manejada pelo poder privado, propicia-se um novo momento de acumulação de capital através da comercialização desses serviços e se instaura o fim do estado de bem-estar. Neste sentido, perdem-se os direitos comunais, os direitos de uso das comunidades locais considerando-se assim uma nova acumulação de capital por espoliação (HARVEY, 2004). Privatiza-se a vida e as

⁹⁷ “A implicação é que os territórios não-capitalistas [ou historicamente marginalizados] deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toa lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos (HARVEY, 2004, p. 117).

decisões políticas passam pelo crivo ou, inclusive, são executadas por agentes externos à escala local que não procuram a produção da vida senão a reprodução do capitalismo e o enriquecimento individual. Isso é exacerbado no neodesenvolvimentismo pelo retorno à primarização da economia. É na política atual de neodesenvolvimentismo na qual há cada vez maior dependência dos pescadores com relação ao Estado⁹⁸ em função das políticas compensatórias como o auxílio Bolsa Família, dos créditos como o PRONAF e na relação com o mercado.

A acumulação por espoliação a que Harvey (2004) faz referência é a apropriação injusta da natureza por parte dos órgãos gestores das políticas públicas em prol de interesses privados, especialmente externos, e de um modelo de desenvolvimento alheio à reprodução da vida nos territórios antes públicos ou não-capitalistas. Na Vila do Superagüi, o conceito de acumulação por espoliação se identifica pela imposição das políticas de modernização do setor pesqueiro que geram a privação de uso do território pelas comunidades, promovendo o avanço da pesca industrial e a progressiva instalação de áreas aquícolas.

A modernização do setor que tem como objetivo o aumento da produtividade em nome da segurança alimentar, traz como consequências a intensificação até a exaustão do recurso pesqueiro, a modificação das condições ambientais das áreas onde se localiza a aquíicultura e a privatização desses territórios pela desapropriação do uso comunal para uso industrial. Por sua vez, isso provoca uma maior marginalização já que as áreas de aquíicultura estão sendo cedidas a ONGs, ou seja, planejadas como parques aquícolas industriais não somente negando o modo de reprodução do pescador artesanal, mas também piorando as condições de concorrência com o subsetor industrial e promovendo um processo de assalariamento ou expulsão implícita do território dos pescadores do Superagüi.

Quer dizer que, seja pela injustiça ambiental ou, seja pela via da acumulação por espoliação, identifica-se que os pescadores e pescadoras da Vila do Superagüi vêm suas vidas desapropriadas, restringidas e negadas em prol daqueles que têm o poder de mercantilizar e se apropriar da natureza e da vida desses territórios.

⁹⁸ “Uma função chave [do Estado] inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas” (HARVEY, 2005, p. 87-88).

Mantém-se também a colonialidade do poder e do saber e exacerba-se o uso de todas as áreas pela expansão das fronteiras não necessariamente marginalizando-as, mas utilizando-as para os interesses de acumulação e produção capitalista. Assim a identidade e tradicionalidade de comunidades e populações antes periferizadas são avassaladas e negadas.

Mas é justamente na luta pelo território dos pescadores artesanais, assim como de outras comunidades tradicionais que se enxergam possibilidades de manutenção da identidade e de tradicionalidade para a continuação da reprodução da vida.

4.3 COLONIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: ENTRAVES À VIDA

*A combinação de crise econômica, ambiental e cultural cria uma maior consciência da necessidade de uma **mudança significativa de modelo**; chama a reconstituir o mundo desde a diversidade e a diferença, desde abaixo*⁹⁹ (ESCOBAR, 2010, p. 22).

A categoria de pescadores e pescadoras artesanais¹⁰⁰ é caracterizada pela atividade praticamente exclusiva da pesca, com relações de trabalho e meios de produção familiar ou de vizinhança estabelecendo relações de compadrio e uso de embarcações e instrumentos de produção de baixo emprego de tecnologia (DIEGUES, 1983). Há também uma característica essencial que é o conhecimento profundo das condições climáticas dos seus territórios e a transmissão deste nas relações de parentesco ou compadrio pela oralidade e a prática (CARDOSO, 2001). Estas características, para alguns autores como Valencio (2010) e Almeida (2008), e especialmente para a própria comunidade da Vila do Superagüi, significam o pertencimento dos pescadores e pescadoras artesanais à categoria política de povos e comunidades tradicionais, já que além desses conhecimentos, eles e elas têm um modo de vida específico com hábitos, formas de organização, de trabalho e técnicas tradicionais. São comunidades que, na sua maioria, têm uma produção da natureza relacionada à própria cultura, diferente daquela do modelo capitalista de mercantilização da natureza.

⁹⁹ Citação de Escobar parafraseando uns indígenas que estavam participando do Fórum Mundial Social de Belém. [Grifo do autor]

¹⁰⁰ No Paraná, o IPARDES (1989 apud ANDRIGUETTO, 1999) realizou uma classificação dos pescadores em função de suas atividades predominantes (pesca-agricultura, pescador artesanal e pesca industrial). Mas há uma crítica perante estas classificações, sendo que há divergências de lugar para lugar e, inclusive lógicas diversas nas mesmas comunidades (ANDRIGUETTO, 1999). É por isso, que nesta pesquisa se opta pela caracterização sobre o ser/fazer do pescador artesanal da Vila do Superagüi (cap. 1), não o colocando em classificações restritivas, mas buscando a representação mais fiel da comunidade mediante os diversos campos de observação e diálogo realizados.

Os pescadores/as artesanais têm lógicas territoriais de relação estreita entre a água e a terra. Na água (rio, mar ou mangue), eles/as desempenham a atividade da extração do pescado e na terra têm suas moradias, os espaços de beneficiamento do pescado para venda e espaços para alimentação (CARDOSO, 2009).

São essas lógicas territoriais, essas especificidades identitárias as que se negam a partir da implantação das políticas públicas de desenvolvimento através do discurso dito sustentável e da modernidade. E é pela luta e pela resistência contra essas políticas que os pescadores artesanais se integram à categoria de povos e comunidades tradicionais, também parte de uma política do Estado que na prática ainda não dá frutos. São sujeitos que a cada dia enfrentam as pressões do Estado por terem práticas diferentes daquelas determinadas por este¹⁰¹. São reprimidos, por exemplo, por ter retirado um tronco, por fazer uma horta, por pescar antes da milha náutica ou usar portas de arrasto.

Os pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi se assumem como parte da PNPCT¹⁰² por compreenderem que é a forma de lutar pelas suas terras tradicionalmente ocupadas, entendidas aqui como territórios de vida; sua identidade¹⁰³ coletiva construída a partir do seu território e da autodeterminação; e formas específicas de reproduzir a vida. Quer dizer que para além da produção do pescador artesanal como trabalhador, eles buscam garantir uma identidade e um território específicos que permitem a reprodução da vida a partir de uma lógica própria não pactuada pelos preceitos do moderno, produtivo e da lógica capitalista de acumulação.

Neste sentido, como já dito, a tradicionalidade “não se reduz aos laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada” (ALMEIDA, 2008, p. 25). “A tradição no trabalho com a pesca artesanal está refletida nas formas de concepção das coisas do mundo vivido – no tempo e no espaço – pelo pescador, seus

¹⁰¹ Em pesquisa realizada por Tânia Pacheco (2010) no contexto do GT de Racismo ambiental, ela mostra que uma grande porcentagem de conflitos se estabelece devido a ações do Estado.

¹⁰² Esta política que também é do Estado, instituída a partir de demandas sociais, poderia sempre que realmente aplicada garantir direitos territoriais e identitários aos povos e comunidades tradicionais. Porém, atualmente há interesses divergentes que não permitem a efetivação da mesma. Por isso, acredita-se necessária a pressão permanente por parte dos PCTs perante o Estado para o cumprimento da mesma.

¹⁰³ Sobre a discussão de identidade em relação a comunidades tradicionais é interessante o artigo de Arturo Escobar (2003) que trata brevemente sobre algumas vertentes acerca do conceito e traz à tona a emergência do Processo das Comunidades Negras (PCN) na Colômbia. Emergência esta entendida como uma identidade forjada politicamente em função do contexto histórico vivido e com reivindicações dos territórios, de uma relação harmônica com a biodiversidade, de modos diferenciados de produzir a vida e da autonomia. Pode considerar-se que no contexto brasileiro, os processos identitários dos povos e comunidades tradicionais têm sido encaminhados nessa mesma linha da luta política. “A identidade é vista de duas maneiras: ancoradas em práticas e formas de conhecimentos ‘tradicionais’, e como um projeto sempre mutante da construção cultural e política” (ESCOBAR, 2003, p. 25).

pares e sua família” (MENDONÇA; VALENCIO, 2008, p. 113). Neste sentido, a identidade coletiva é forjada em função da defesa dos territórios e daquilo que estes implicam, quer dizer, uma relação específica cultura-natureza.

Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado [relação de pertencimento]. Todavia, a categoria de identidade pode se ampliar, à medida que a identidade de um grupo passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base nas suas respectivas cosmografias (LITTLE, 2002, p. 10).

Assim, entende-se que utilizar os parâmetros da ciência ocidental moderna¹⁰⁴ para caracterizar a relação cultura-natureza dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi é um reducionismo, já que essa não é uma relação de utilização da natureza em função de uma racionalidade economicista até a exaustão. É por isso, que estes povos e comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais do Superagüi, são caracterizados por uma relação natureza-vida que compreende mais dimensões do que a cultura urbano-industrial está acostumada a ter. Longe de um simplista olhar romântico, percebe-se nessa forma de vida uma relação de saber fazer, de manejo que permite a existência e reprodução da vida tanto da natureza como da própria população, não de equilíbrio romântico, mas de consciência de uma natureza finita. A identidade se apresenta como uma possibilidade de politização da comunidade. É a construção de um novo sujeito político para enfrentar os conflitos que se apresentam (ESCOBAR, 2007). Assim, é a criação da identidade do pescador e da pescadora artesanal aliada à união da comunidade, seja na formação do movimento social (ZIBECHI, 2008) ou, seja na autodeterminação como comunidade tradicional contra a priva(tiza)ção dos seus territórios de vida.

Do outro lado, as políticas de desenvolvimento sustentável da modernização ecológica pretendem a resolução das questões ambientais através do uso de tecnologias, ou seja, fomentando a continuação do consumo da natureza mesmo que através de outros meios como as energias limpas, mas de qualquer maneira, dando-lhe um valor e,

¹⁰⁴ “Na modernidade, a hegemonia é produzida como imaginários teóricos dominantes em disciplinas que reivindicam poder ao arrogar-se o status de ciência” (PEET, 2007). Isto implica que a ciência é o único parâmetro de verdade e, portanto explica como “é” a “realidade”, excluindo assim, outras possibilidades de enxergar a produção da vida. A filosofia da diferença é uma vertente que auxilia de maneira contundente para fazer a crítica aos valores supostamente universais da cultura política eurocêntrica (PETERS, 2000), assim como a decolonialidade ou pós-colonialismo (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007).

portanto só podendo ser adquirida por um segmento determinado da sociedade, isto é privatizando-a provocando conflitos ecológico-distributivos aos quais já fizemos referência.

Quer dizer que, a vida dos pescadores/as artesanais do Superagüi se vê permanentemente ameaçada na medida em que vão sendo negadas as formas de reproduzi-la. São as formas de ausência¹⁰⁵ da razão metonímica às quais Boaventura de Souza Santos (2006) se refere: o ignorante, o residual, o inferior, o local ou particular e o improdutivo. O primeiro, epistemicídio, diz respeito ao saber científico ocidental como o único que tem validade e é rigoroso. Desta maneira, o conhecimento popular, camponês ou indígena é desqualificado, desacreditado, tornando o sujeito (e seu povo) que possui este tipo de conhecimento, um ignorante¹⁰⁶. O residual implica os conceitos de progresso, desenvolvimento, modernização, globalização. Estes conceitos representam um tempo linear no qual há grupos sociais, comunidades, países que se encontram na frente dos outros, mais avançados e aqueles que se encontram atrás nunca alcançarão os mais desenvolvidos ou os ultrapassarão. O inferior significa desqualificar racial, étnica ou sexualmente de maneira naturalizada devido à própria condição de diferença, quer dizer que não é possível pensar a diferença no pé da igualdade. O local ou particular vem da lógica da escala dominante que se refere ao universalismo e à globalização como válidos, visíveis, hegemônicos. Quer dizer, aquilo que é particular ou local é descartável, não tem valor. Por último, o improdutivo como contraposição à produção, seja da natureza ou do trabalho. Provoca desigualdade, marginalização e exclusão.

A maioria dessas características dadas como negativas, de uma ou outra maneira, atingem às comunidades tradicionais. Estabelece-se, portanto uma luta política entre os/as pescadores/as e as políticas públicas para a manutenção da vida destes, compreendida nessa especificidade de cultura-natureza e não do consumismo, produtividade, desenvolvimento, enfim da razão metonímica capitalista.

Em definitiva, pelo identificado até o momento, o modelo de reprodução capitalista trata-se de um modo hegemônico no qual não se aceita a reprodução da vida a partir de lógicas diversas que não sejam unicamente consumir, acumular, desenvolver.

¹⁰⁵ A Sociologia das Ausências mostra que invisibiliza-se aquilo que não interessa, aquilo que não é hegemônico, que “o que não existe é produzido ativamente como não existente” (SANTOS, 2006, p. 23).

¹⁰⁶ Este epistemicídio do qual trata Santos tem a ver com o que na corrente da decolonialidade se denomina de colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). É a imposição do conhecimento científico como única verdade. Neste sentido, a decolonialidade procura romper com a epistemologia moderna e fazer emergir outras formas de conhecimento valorizando-as em lugar de desqualificá-las.

Nega a vida daqueles que não se adéquam ao modelo de reprodução capitalista e mesmo a inserção torna-se impossível para toda a sociedade, já que aqueles que tentam inserir-se só o conseguem de maneira marginalizada para que se possa explorá-la, colonizá-la, colocá-la em pé de desigualdade e, especialmente inferioridade permitindo a continuação da acumulação.

É o mundo-moderno-colonial-ocidental que continua abrindo fronteiras para a manutenção do capitalismo, para a própria reprodução. Se hoje o avanço do capital é nessas áreas antes periféricas para a continuação da acumulação e a partir da mercantilização da natureza, não é nova a colonialidade que invade o imaginário humano. Um imaginário que significa a naturalização da diferença como hierarquia, o ideal de modernidade como alvo a ser atingido e o conhecimento científico como única via de compreensão da verdade, da realidade.

Neste sentido, a colonialidade implica relações de dominação perpetuadas por um imaginário de subalternidade dos países subdesenvolvidos diante da lógica do sistema mundo-moderno-colonial-ocidental. É uma dominação histórica que transcende o tempo, já que vai além dos tempos da colonização. É a colonialidade das relações dos países desenvolvidos perante os subdesenvolvidos diante do poder político, no sentido de determinarem-se políticas públicas nacionais no nível internacional (especialmente a partir das Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e é a colonialidade do saber, considerando o conhecimento científico como parâmetro de verdade absoluto. Com isso, homogeneízam-se as formas de organização e produção social, o pensamento e a cultura (QUIJANO, 2005).

A modernidade¹⁰⁷ aliada à colonialidade tem caracterizado a identidade dos colonizados a partir de hierarquias e de um julgamento negativo gerando a inferiorização, dominação e periferização entre os Estados-Nação e também de diversos grupos sociais como indígenas, comunidades negras e camponeses. É a diferença colonial que projeta nos colonizados a subalternidade e a opressão permanente que se constata por haver uma única visão, a do colonizador, como parâmetro. A colonialidade é uma condição da modernidade já que possibilitou uma centralidade da Europa (frente ao domínio do Oriente) a partir do comércio, a economia e o imaginário do sistema mundo moderno colonial (MIGNOLO, 2005).

¹⁰⁷ O conceito de moderno refere-se às idéias de novidade, de avançado, do racional-científico (QUIJANO, 2005).

Nesta linha, a lógica capitalista do mundo-moderno-colonial-ocidental enxerga as comunidades tradicionais, como se estivessem subsistindo ou fossem atrasadas. Porém, esse é justamente o olhar externo cheio de (pre)conceitos e julgamentos negativos, que não identifica a possibilidade de outras vivências, outros fazeres. Não se trata de subsistência, mas da existência e, especialmente da r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2002) que é dinâmica, que muda. A comunidade de pescadores e pescadoras da Vila do Superagüi é uma comunidade que r-existe.

Escobar (2010) desde a perspectiva do pós-desenvolvimento, diz que

É necessário que estes [governos de esquerda] se abram à idéia de que a transformação requerida vai para além do Estado e as estruturas sócio-econômicas; envolve toda uma transformação cultural e epistêmica de modos de conhecimento e modelos de mundo, para mundos e conhecimentos de outro mundo. A descolonização epistêmica deve acompanhar a transformação de estruturas. Falta clareza neste nível dos Estados, os quais ainda têm de abordar o principal desafio de imaginar uma sociedade diferente (ESCOBAR, 2010, p. 26).

Isto significa aceitar e tolerar outras racionalidades de vida, outras formas de produção e a compreensão da real necessidade de mudança de paradigmas. Isso poderia ser possível através da valorização dos modos específicos de existir, de reproduzir a vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi, assim como de tantos outros povos tradicionais.

Assim o que se propõe desde diversas linhas como o pós-desenvolvimento, a decolonialidade e a justiça ambiental, é o reconhecimento de formas de reproduzir a vida diferentes que devem ser equalizadas sem hierarquias, aceitar que há maneiras diversas de compreender a relação cultura-natureza, que há outros conhecimentos tão válidos como o conhecimento científico, que devem ser comunitários e podem servir para compreender melhor os tempos da natureza, da própria vida. Isto significa uma necessidade de mudança radical no atual modelo de produção capitalista, já que neste há intrinsecamente relações hierárquicas, de dominação e negação da vida, hoje enfatizadas pelo desenvolvimento (LATOUCHE, 2007).

Neste sentido de necessidade de uma mudança radical do modelo de produção capitalista, Boaventura de Souza Santos (2006) propõe a sociologia das emergências a partir da qual se revertem as condições de ausência que se observam atualmente – já citadas – reforçando as experiências das comunidades como presentes. Para isso, traz à

tona: 1. A ecologia dos saberes¹⁰⁸, que busca relacionar os tradicionais e os científicos de maneira dialógica; 2. A ecologia das temporalidades que implica em respeitar os diversos tempos do fazer e promover a vivência do presente; 3. A ecologia do reconhecimento que aceita a diferença sem hierarquizar; 4. A ecologia transescalar que significa uma articulação entre as diversas escalas e; 5. A ecologia das produtividades que trata sobre a valorização de diversas formas de produção, sistemas alternativos não atrelados ao modo de produção e consumo capitalista.

Se essa mudança fosse realizada, no caso dos pescadores e pescadoras da Vila do Superagüi seria possível a continuação das suas vidas neste território. A experiência dos pescadores artesanais e seus conhecimentos do tempo da natureza pelo fato de terem vivido durante várias gerações, transmitirem seus conhecimentos em gerações através da história oral e da prática; permite saber qual é o melhor manejo da biodiversidade desse território. Se bem é possível considerar que a instalação do Parque Nacional do Superagüi na Ilha homônima e na Ilha das Peças freou o avanço da especulação imobiliária e das grandes empresas; também é possível identificar que não é a utilização de plantas medicinais, galhos ou troncos ou mesmo, o cultivo de algumas espécies em pequena escala como mandioca, palmito ou banana que acaba com a biodiversidade. Todos estes elementos aqui elencados de uma ou outra maneira encontram-se nas formas de ecologia que Santos (2006) propõe como mudanças do sistema. Estas, se afirmadas podem permitir a real aceitação da identidade e da manutenção dos modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais do Superagüi.

Neste sentido, o multiculturalismo diz a respeito, não da fragmentação ou da promoção de realizações ‘inferiores’ ou como “terapia para minorias ou uma linguagem politicamente correta” (NUNES; SANTOS, 2003), mas o multiculturalismo no sentido emancipatório, sem hierarquias, reconhecendo a diferença sempre que não coloque ninguém em pé de inferioridade (NUNES; SANTOS, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2004) e promovendo uma coexistência, uma articulação de existências.

Por isso, os pescadores lutam para que tome força a política nacional dos povos e comunidades tradicionais e assim, haja reconhecimento da diferença nítida que tem a produção de suas vidas de modo específico, numa relação diferenciada entre cultura-

¹⁰⁸ Enrique Leff (2001) também busca promover o diálogo de saberes identificando que é possível mediante este a abertura para outros mundos possíveis. Ele trata especialmente sobre a questão ambiental e os saberes tradicionais que poderiam ser aliados do conhecimento científico para conseguir uma mudança de paradigma que se funde nas leis da natureza, nos potenciais ecológicos e na criatividade humana.

natureza e respeito pelos seus territórios. Essa luta se identifica na organização social da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná e Santa Catarina que desde 2008 integra vários segmentos de povos (indígenas Xetá, Guarani e Kaingang, faxinalenses, quilombolas, benzedores e benzedeiras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e ilhéus) e têm representantes que levam as suas demandas ao âmbito nacional da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Por isso, acreditamos que é de suma importância o olhar desde os sujeitos mesmos, com eles mesmos como protagonistas do seu próprio devir, negando assim a colonialidade do poder e do saber, as hierarquias, enfim, o capitalismo como única possibilidade. Pois é utopia acreditar que o mundo comporta social e ambientalmente a continuação da reprodução do modelo capitalista em todas as esferas da vida. Não é somente a fase desenvolvimentista que se questiona, nem a negação da vida dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, mas o modelo de produção capitalista e a negação da vida em si mesma.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONFLITOS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS DOS PESCADORES E PESCADORAS DA VILA DO SUPERAGÜI

*Muitos movimentos indígenas, de afrodescendentes e de grupos rurais ou urbanos com base territorial ou comunal forte, marcam uma quebra muito mais profunda do que um simples ‘giro à esquerda’ na medida em que através deles emergem **mundos, conhecimentos e práticas** que se diferenciam das formas liberais, estatais e capitalistas da Euro-modernidade. Apontam a mundos pós-liberais e pós-capitalistas; mesmo que ainda não cheguem lá, desordenam a ordem epistêmica da política moderna baseada numa visão que separa natureza e cultura, indivíduo e comunidade. Estas cosmovisões dualistas – e sua matriz política liberal – estão sendo questionadas pelo ressurgimento do que poderiam chamar-se **cosmovisões relacionais**, nas que tudo existe em relação incluindo humanos e não-humanos (ESCOBAR, 2010, p. 27) [Grifos do autor].*

A pesquisa, baseada nos conflitos e resistências no território dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, teve como foco as políticas de desenvolvimento pela via da sustentabilidade e da modernização da pesca e da aquicultura. Os conflitos que se focam são nas divergências de interesses entre os órgãos públicos – IBAMA, IAP, MPA – e os pescadores artesanais, tendo sempre clareza que os primeiros contam com o respaldo e respondem a interesses dos organismos internacionais de regulação e controle como o Banco Mundial – BM, o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, o Fundo Monetário Internacional – FMI e as instituições que fazem parte do conglomerado de Nações Unidas como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e, são funcionais ao sistema de produção capitalista de produção e consumo. Neste sentido, trata-se sobre o que significa o desenvolvimento para os pescadores artesanais no sentido da reprodução de suas vidas seguindo um modo de vida específico que não repete o ocidental-moderno-capitalista.

Para isso, foi descrito o contexto político-econômico do Estado nas suas fases neoliberal e neodesenvolvimentista. Neste contexto, analisaram-se as políticas de desenvolvimento sustentável desde a perspectiva da conservação da natureza, portanto dos mecanismos de sua mercantilização, e as políticas de modernização da pesca e da aquicultura que marcam o modo de continuar com a acumulação do capitalismo caracterizada atualmente pela espoliação.

A política de desenvolvimento sustentável se impõe aos pescadores artesanais da Vila do Superagüi, através da sobreposição entre a área do Parque Nacional do

Superagüi com suas restrições e o território de vida destes, resultando na expropriação implícita da natureza e da vida naquele território que tradicionalmente ocupam.

A política de desenvolvimento pela modernização da pesca e da aquicultura no território dos pescadores artesanais modifica o modo tradicional de produzir pretendendo a conversão do modo artesanal ao industrial (o que apenas serve para uns poucos) empurrando a maioria à marginalização da atividade produtiva que lhes resta.

As políticas de desenvolvimento sustentável priorizam a utilização de energias ditas limpas, indústrias menos poluentes e unidades de conservação da natureza. Na Ilha do Superagüi, de Peças, Pinheiro e Pinheiro e uma área do Rio dos Patos, no continente, ocorre a instalação de uma UC, passando-se de um uso comunal à administração realizada pelo ICMBio quando da instalação do Parque Nacional do Superagüi.

A instalação do Parque em 1989 resulta de um contexto de preocupação ambiental generalizada (e de necessidade de reformular o padrão de acumulação), que se implanta desde o institucional (governo estadual, nacional e organismos internacionais) a partir das políticas públicas nacionais com o desenvolvimento sustentável. É um desenvolvimento com discurso de sustentabilidade que mantém a essência do desenvolvimento, isto é, progresso, modernização e eficiência.

Antes de ocorrer isso, esta área era considerada pelo capitalismo como periférica, mas nas últimas décadas a necessidade de expansão das fronteiras para continuar com a acumulação capitalista provocou a invasão e a sua mercantilização, o que representa a continuação da injustiça ambiental.

A instalação do Parna pode ter freado “outros desenvolvimentos”, como o avanço das fronteiras agrícolas e da especulação imobiliária, mas também propicia a manutenção de reservas de germoplasma e a captação de créditos de carbono, além da reserva de mão de obra e a expropriação dos territórios de vida dos pescadores artesanais das comunidades atingidas. O Parna, como política do desenvolvimento sustentável, implica em proibições e um discurso ambiental vazio para aqueles que lá vivem, já que deve considerar-se que os pescadores artesanais da Vila do Superagüi, se colocados nos parâmetros de conservação da natureza do mundo urbano-industrial-ocidental-capitalista, efetivamente conservam a natureza, para também conservar suas vidas. Não é uma visão romântica que se apresenta, senão uma realidade complexa onde prevalecem os conflitos e as resistências pelo enfrentamento das formas diferentes de ser/reproduzir as suas vidas permanentemente negadas.

Portanto, a principal consequência que se identifica nos pescadores artesanais da Vila do Superagüi a partir da sobreposição do Parna com o seu território é a proibição da lógica natureza-cultura que eles tinham como forma de ser/reproduzir a vida. O Parna acaba com a vida entendida como totalidade, nega o modo específico de ser/reproduzir a vida dos pescadores artesanais. Diante das proibições de manter todas as suas atividades produtivas conjugadas – caça, pesca, criação de animais, roçado, coleta de plantas medicinais, troncos, etc. –, as pessoas da comunidade ou se voltam especialmente à atividade de pesca e/ou aos serviços turísticos e serviços gerais como construção, limpeza de casas, etc. ou, se vêm implicitamente desterritorializados.

Estas proibições não normatizadas devido à falta de um plano de manejo no Parna, dão uma brecha aos pescadores artesanais para que, durante a sua realização, seja negociada a permissão de certas atividades como fazer roçado, coletar troncos caídos ou plantas medicinais, etc.

Os processos de instalação do Parna do Superagüi e as políticas de avanço do capital através da modernização da pesca são concomitantes. Porém, consideramos que o fato dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila terem se especializado na pesca a partir das proibições acarretadas pelo Parna, implica que é a partir desse momento que eles sofrem mais intensamente com o avassalamento das políticas de pesca.

Em função dessa preocupação dos pescadores artesanais com a atividade da pesca, é importante ressaltar também o relato deles na reunião da Rede Puxirão de maio de 2010 dizendo que “os pescadores são convocados pelo Ministério do Meio Ambiente, mas nunca pelo Ministério de Pesca e Aquicultura”. No último campo realizado na Vila do Superagüi houve também outro comentário na mesma linha, “o ICMBio nos chama para tratar do Parque e da APA, mas nunca se faz presente alguém do MPA. Como vamos dialogar sobre a Resex Marinha?” Se bem há uma preocupação por parte deles de poder cultivar, criar animais, coletar produtos florestais, têm muitas dúvidas sobre as possibilidades reais de recategorização do Parna como Resex. Por isso, eles procuram também abrir o diálogo com os órgãos de pesca.

As políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura buscam a modernização dos pescadores artesanais e para isso os incentivam ao acesso a créditos, uns poucos acessam e a maioria destes originam processos intensos de endividamento, sendo colocados à margem porque não podem produzir no mesmo nível que um pescador modernizado industrial. Mesmo assim, a lógica de trabalho vai mudando, especialmente

pela imposição de políticas públicas, a contragosto dos pescadores artesanais. São modos tradicionais de produzir que implicam em uma identidade específica que se resignifica para permitir a reprodução da vida, mas não ao ponto de se tornar pesca industrial e nem acabar com o recurso de pesca que é o que os sustenta.

São constantes os conflitos que têm os pescadores artesanais com os industriais justamente em função da depredação que estes provocam. Por isso, lutam por políticas públicas que restrinjam a atividade da pesca industrial e permitam a continuação da produção artesanal seguindo os modos específicos tradicionais de realização.

A outra estratégia das políticas de desenvolvimento deste setor é com a promoção da aquicultura para criação de camarão, peixes e ostras em “fazendas”. As áreas aquícolas, se exploradas pelos pescadores artesanais poderiam ser fonte de renda, mas neste momento observa-se que a cessão das áreas do litoral do Paraná é para uma ONG. Fica então a incerteza de como serão produzidas e por quem serão trabalhadas. Se considerarmos que as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos pescadores artesanais são hoje proibidas como o cerco, poderia se inferir que são empurrados a atividades produtivas industriais que talvez produzam em maior quantidade, mas não para apropriação dos pescadores, senão para satisfazer interesses externos como os da própria ONG e da Nação para apresentar à FAO indicadores altos em produção de alimentos, colocando o Brasil como referência nesta atividade. E para que? Para continuar com o modelo de acumulação, produção e consumo capitalista e, em nome do desenvolvimento. Se bem as áreas aquícolas afetam especialmente às comunidades do interior da Ilha, alguns jovens da Vila estão fazendo o curso técnico de aquicultura o que pode significar a perda de mão de obra familiar e o assalariamento e também que, em longo prazo, só sejam feitas carteiras da habilitação para aqueles que tiverem realizado o curso, gerando também uma desqualificação do conhecimento tradicional pela prevalência do conhecimento científico.

Perante esses conflitos, os pescadores e pescadoras artesanais se organizam, e ao fazê-lo, se integram na categoria de povos e comunidades pelo auto-reconhecimento. A categoria de PCT aprofunda a diversidade e se constitui em uma bandeira de luta política que se fortalece atualmente pela conjuntura política. É uma luta que incorpora a questão ambiental, a identidade e o território como essenciais nas suas vidas.

Respeito à organização social, considera-se que é de fundamental importância para reivindicar políticas públicas que realmente contemplem as comunidades

tradicionais e os pescadores e pescadoras artesanais. Também é indispensável que se promova a organização interna entre todas as comunidades atingidas pelo Parna e com os outros pescadores e pescadoras artesanais em prol de uma autonomia mesmo que relativa.

Na busca por políticas públicas nacionais, percebe-se necessária a organização dos pescadores e pescadoras artesanais nesta esfera, já que mesmo tendo características locais específicas, eles poderiam delinear reivindicações gerais dos pescadores artesanais, das comunidades tradicionais, dos camponeses.

Ainda sobre a questão das unidades de conservação, diante dos últimos acontecimentos da presidente Dilma Rousseff de ter diminuído o limite de algumas na Amazônia para instalação de hidrelétricas (SALOMON, 2011) é necessário re-pensar as estratégias de luta. Se bem deve se lutar contra as medidas restritivas dos parques nacionais, diante das problemáticas territoriais dos PCT, também se deve combater o desenvolvimento fomentado pelo avanço das fronteiras para novas áreas. Uma das estratégias que colocam os pescadores artesanais da Vila do Superagüi é a recategorização do Parna para reserva extrativista, mas até o momento nem mesmo o pedido de reserva extrativista marinha está sendo aceita pelo ICMBio.

Ambas as políticas trabalhadas – de desenvolvimento sustentável e de modernização da pesca e da aquicultura –, provocam a expropriação do território e a negação dos modos de vida dos pescadores artesanais da Vila do Superagüi. Um modo de vida que não se reproduz sem o território que tradicionalmente ocupam, por isso, é que buscam não subsistir, mas existir, resistir às políticas que lhes negam a vida. Estas continuam com um discurso de desenvolvimento como um processo positivo, mas só respondem a interesses externos sem importarem as comunidades locais, a expropriação dos seus territórios e da natureza.

Diante das questões trazidas à tona e com base nos autores trabalhados, considera-se que o combate deve ser contra a injustiça ambiental, pela construção de outros modos de vida, diversos, autônomos e não hierárquicos, ou seja, contra o sistema capitalista.

O imaginário de necessidade de progresso nos mantém presos numa lógica espoliadora e negadora da vida humana e do ambiente. Tudo passa a ser valorizado, ou seja, tem um valor monetário e, portanto plausível de ser mercantilizado. Assim,

privatiza-se a vida, já não somente dos pescadores e pescadoras artesanais, mas dos segmentos historicamente marginalizados do sistema capitalista.

Esse modelo de desenvolvimento moderno-ocidental-capitalista nega os saberes tradicionais, a diversidade sociocultural, as cosmovisões que existem nos territórios territórios nos quais se expande, não permitindo a reprodução específica da vida de cada um dos povos. Neste sentido, sem uma mudança radical do sistema capitalista – que fomenta as hierarquias, a heteronomia, a homogenização, a eficiência em lugar da suficiência, a marginalização... – torna-se improvável (ou mesmo impossível) uma mudança real perante os conflitos sociais, territoriais, identitários, distributivos e ambientais atuais.

A organização social aliada às emergências identitárias traz novas perspectivas de enxergar possibilidades de enfrentamento ao sistema capitalista. Pensar autonomamente, olhando desde uma perspectiva emancipatória e afirmando a vida, reproduzir a vida a partir de lógicas não mercantilistas, consumistas e depredadoras da vida em sua totalidade já são práticas que carregam uma crítica profunda contra esse sistema que difunde a barbárie..

REFERÊNCIAS

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade; BRASIL, Daniel; SHIRAISHI, Juliana Costa. Áreas protegidas e populações tradicionais: Conflitos e soluções. Anais V ANPPAS, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-437-404-20100831101029.pdf>> Acesso em 8 jul 2011.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. Revista **Estudos Avançados**, Nº 24 (68), 2010.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. Revista **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Nº 5. Curitiba: UFPR, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewFile/22116/14480>>. Acesso em 3 abr 2010.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – Novas articulações entre meio ambiente e democracia. In: IBASE/CUTRJ/IPPUR-UFRJ. **Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente** – o debate internacional, série Sindicalismo e Justiça Ambiental vol.3, RJ, 2000, p.7-12

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. vol.43 n.1 São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100005>> Acesso em 13 dez. 2011.

ALIMONDA, Héctor (comp.). **Ecología política, naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ALMEIDA, A. W. de. **Conceito de Terras Tradicionalmente Ocupadas** (Palestra – Seminário Sobre Questões Indígenas), 2005. Disponível em: <www.redeagu.agu.gov.br>. Acesso em 23 out. 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ANDREOLI, Vanessa Marion. Natureza e pesca: Um estudo sobre os pescadores artesanais de Matinhos – PR. **Dissertação** do Mestrado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2007.

ANDRIGUETTO Filho, José Milton. Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil. **Tese** do doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, 1999.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação". In **Anais** do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1. Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

ATEM, Reinaldo. **Aquarelas marinhas: A Ilha do Superagüi e suas histórias**. Curitiba: Artes e textos, 2008.

BAZZO, Juliane. Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila dos pescadores da Barra do Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná). **Dissertação** de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: 2010.

BORGES, Julio César Lopes. **A pesca sob o capital: conflitos socio-ambientais no litoral catarinense**. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_12761/artigo_sobre_a_pesca_sob_o_capital:_conflitos_socio-ambientais_no_litoral_catarinense> Acesso em 3 mar. 2011.

BORGES, Julio. **A institucionalização da pesca no Brasil entre 1912 a 1989**. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2276/1/A-Institucionalizaccedilatildeo-Da-Pesca-No-Brasil-Entre-1912-A-1989/pagina1.html#ixzz1GdGNko4R>> Acesso em 3 mar. 2011.

BRASIL – Galeria dos presidentes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm> Acesso em 12 fev 2011.

BOUTIN, Leônidas. **Superagüi**. Boletim. Curitiba.1983.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pescadores artesanais: Natureza, território, movimento social. **Tese** de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 2001.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos S. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Eds.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. . Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

CECEÑA, Ana Esther. **Dominar la naturaleza o Vivir Bien**: disyuntiva sistêmica. Tercera conferencia sobre la crisis de la sociedad capitalista y los caminos que se ensayan para su superación. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/leer.php/192>> Acesso em 5 maio 2011.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos S. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

COLECTIVO VOCES DE ALERTA. **15 mitos y realidades de la minería transnacional en la Argentina**. Buenos Aires: Herramienta, 2011.

COORDINATION marée noire – Últimas notícias sobre el Vicuña, 2004. Disponível em: < <http://coordination-maree-noire.eu/spip.php?article978&lang=fr>> Acesso em 3 abr. 2011.

CORRÊA, Marco Fábio Maia. Pesca no litoral do Paraná. Disponível em: < <http://www.labictio.bio.br/>> Acesso em 15 jun. 2011.

CUMBRE de los pueblos y nacionales indígenas de Abya Yala. Disponível em: <http://www.movimientos.org/enlacei/cumbre-abyayala/show_text.php3?key=9622> Acesso em 5 maio 2011.

CUNHA, Lúcia H. de Oliveira; ROUGEULLE, Marie D; BEHER, Miguel F. Von. **Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental**: convivência e conflitos – o caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB, 2004.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Saberes patrimoniais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 7, nov. 2004. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/3044/2435>>. Acesso em: 08 Dez. 2011.

D'ANDREA, A. Visión General de la Legislación Nacional de Acuicultura. Brasil. In: Departamento de Pesca y Acuicultura de la **FAO**. Roma. Actualizado 8 Mar 2005. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/legalframework/nalo_brazil/es> Acesso em 5 maio. 2011.

DA SILVA, Pedro Cordeiro. O crédito de carbono, sua natureza jurídica e o tratamento tributário no Brasil. Disponível em: <www.cpgls.ucg.br/.../1/File/.../O%20Credito%20de%20Carbono.pdf>. Acesso em 2 jan 2012.

DÁVALOS, Pablo. El centro del problema no es el neoliberalismo, es el capitalismo. Diálogos do jornal Página 12, Argentina. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-165993-2011-04-11.html>>. Acesso em 11 abril 2011.

DESENVOLVIMENTO Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em 10 out 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos S. (org.). **Enciclopédia caiçara**: História e memória. Vol. 4. São Paulo: Hucitec, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos S; Vianna, Lucila P (coord.) **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação e mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares**: Leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DYSARS, Caiubi Martins. Dos Alpes à Serra do Mar: a colonização suíça de Superagui sob inspiração do sistema de parceria. **Monografia** de conclusão do curso de Historia. Curitiba: UFPR, 2010.

EA/GR. Promulgam lei que proíbe estrada em território indígena na Bolívia. 26 nov, 2011. Disponível em:<<http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=8237>>. Acesso em 27 nov. 2011.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>> Acesso em 10 maio, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Modernidad, identidad y la política de la teoría. FOLLÉR, Maj-Lis. **Anales Nueva época**. Nº 9/10. Etnicidad en América Latina: relatos de colonialismo, identidad, resistencia y agencia. Suecia: Instituto Iberoamericano, 2007. Disponível em: <http://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/4501/1/anales_9-10_escobar.pdf>. Acesso em 29 nov. 2011.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. FARIAS, Juliana Barreto. Cidade em apuros: Ex-moradores lutam para que a vila paraense fundada no século XVIII não suma do mapa de vez. Revista de história. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/cidade-em-apuros>> Acesso em 20 nov. 2011.

FÉLIZ, Mariano. Los límites macroeconómicos del neo-desarrollismo. Revista **Herramienta** Nº 39, Buenos Aires, out. 2008. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-39/los-limites-macroeconomicos-del-neo-desarrollismo>> Acesso em 10 nov. 2010.

FISHER, Dailey. Energia elétrica: um indutor de mudanças na comunidade da Vila da Barra do Superagüi – Entorno do Parque Nacional do Superagüi – Paraná. **Dissertação** de Mestrado em Tecnologia. Curitiba: CEFET-PR, 2004.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Movimentos Sociais: Novos Rumos? In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto. (Org.) **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2010, v. 5, p. 75-105.

FUNAI Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm> Acesso em 2 mai. 2011.

GIULIETTI, Nelson; ASSUMPÇÃO, Roberto de. Indústria pesqueira no Brasil. **Revista Agricultura em São Paulo**. Nº 42 – 2. São Paulo, 1995.

GÓMEZ-POMBA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos S. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, 2000.

GRAMANI, Daniella da Cunha; CORRÊA, Joana; PIMENTEL, Alexandre (Org.). **Museu Vivo do Fandango**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

GUARIDO, Thiago. O “redescobrimto” do Superagüi. **Monografia** em Geografia. Londrina: UEL, 2005.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e arrogância do anti-humano. In: DIEGUES, Antonio Carlos S. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDRICH, Álvaro. Território e cultura: argumentos para uma produção de sentido. III **Colóquio** do NEER, UNIR, Porto Velho, Novembro 2009.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. São Paulo: **ANPPAS**, 2002. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/teoria_meio_ambiente/Selene%20Herculano.pdf>. Acesso em 9 maio 2010.

HERCULANO, Selene. Ambiente urbano, pobreza e desenvolvimento sustentável. 2000. Disponível em: <<http://www.uff.br/lacta/publicacoes/revistanacaobrasil.htm>>. Acesso em 8 nov. 2010.

IAP – Unidades de conservação do Paraná. Disponível em: <www.uc.pro.gov.br> Acesso em 20 jun. 2011.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes, MMA. Categorias: Grupo de proteção integral. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>> Acesso em mar. 2011.

IFPR – Instituto Federal do Paraná. Eleito Colegiado do Território de Pesca e Aquicultura do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/2009/11/29/eleito-colegiado-do-territorio-da-pesca-e-aquicultura-do-litoral-do-parana/>>. Acesso em 30 nov. 2011.

IHU – Instituto Humanitas Unisinos. A reorganização do capitalismo brasileiro. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=27407> 11 nov. 2009. Acesso em 20 jan 2010.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. Disponível em: <<http://www.ipe.org.br/>> Acesso em 15 nov. 2010.

LANDER, Edgardo. La economia verde: el lobo se viste con piel de cordero. **TNI**, 2011. Disponível em: <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/green-economy_es.pdf>. Acesso em 28 dez 2011.

LATOUCHE, Serge. Vida, muerte y resurrección de un concepto. In -----, **Sobrevivir al desarrollo**. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEHER, Roberto. Región Sur. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. In: **OSAL**, Observatório Social de América Latina, Nº 10, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal10/regionsur.pdf>> Acesso em 17 mar. 2011.

LICCARDO, Antonio; SOBANSKI, Arnoldo; CHODUR, Nelson Luis. O Paraná na história da mineração do Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**. Nº 54 Curitiba: UFPR. 2004.

LIMA, Clarissa. Índios podem ser retirados de Superagüi. **Disponível em**: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=35628>> **Acesso em 4 mar. 2011.**

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

LOBO COSTA, Adriane. Alguns aspectos sobre a pesca artesanal no Brasil. 2005. Disponível em: <www.icsf.net/icsf2006/jspFiles/cedepesca/presentaciones/lobocostas/lobocosta.doc> Acesso em 2 mar 2011.

LOBO COSTA, Adriane. Cartilha PRONAF Pesca. Disponível em: <www.aprendendoexportar.gov.br/_pescados/_pdf/cartilha-pronaf-pesca.doc> Acesso em 5 abr. 2011.

LOPES, José Carlos Veiga. **Superagüi**: informações históricas. Curitiba: Instituto memória, 2009.

MAN YU, Chang. Seqüestro florestal de carbono no Brasil: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas. Tese de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2004. Disponível em: <http://www.iieb.org.br/arquivos/public_sequestro_florestal.pdf>. Acesso em 18 nov. 2011.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Conflictos ecológicos y justicia ambiental. Madrid: **Papeles**, Nº 123, 2008.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. El ecologismo popular. Revista **Ecosistemas**, 16 (3), 2007.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Desenvolvimento Social, Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/gerar/index.php>> Acesso em 10 out 2010

MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. O papel da modernidade no rompimento da tradição: As políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, 34(1), 2008.

MIRANDA, Rosana Barroso. As relações sociedade/natureza sob a perspectiva de co-evolução. Revista **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba. 8, jul. 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/22055/14416>>. Acesso em: 08 Dez. 2011.

MMA – Ministério de Meio Ambiente, Instrução Normativa 29, 2004. Disponível em: <www.ibama.gov.br/documentos-recursos.../instrucao-normativa>. Acesso em 3 abr 2010.

MORADORES de Superagüi/PR improvisam aterros de lixo. Ambiente Brasil, 2004. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2004/03/01/13871-moradores-de-Superagui-pr-improvisam-aterros-de-lixo.html>> Acesso em 10 de abr. 2011.

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. Histórico. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#ministerio/historico>> Acesso em 2 mar. 2011.

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. Mais Pesca e Aquicultura. Plano de Desenvolvimento Sustentável: Uma rede de ações para o fortalecimento do setor. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/html/Plano%20de%20Desenvolvimento/Cartilha_SEAP_final.pdf> Acesso em 1 abr. 2011.

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. Pesca artesanal. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#pesca/pesca-artesanal>> Acesso em 12 set. 2011.

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. Potencial brasileiro. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/potencial-brasileiro>> Acesso em 2 mar. 2011.

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. Territórios da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/territorios>. Acesso em 18 nov 2011.

NIEFER, Inger Andréa. Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: marketing como um instrumento para um turismo sustentável. **Tese** de Doutorado em Ciências Florestais. Curitiba: UFPR, 2002.

ONU – Organização das Nações Unidas. Historia de las Naciones Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/es/aboutun/history/index.shtml>> Acesso em 20 nov. 2011.

PACHECO, Tânia. **Racismo ambiental**: expropriação do território e negação da cidadania, 2010. Disponível em: < <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania->

pacheco/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>
Acesso em 1 Nov. 2011.

PACHECO, Tânia. **Terra e território à luz do Mapa da injustiça ambiental e saúde no Brasil**, 2010. Disponível em: < <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/tania-pacheco/terra-e-territorio-a-luz-do-mapa-da-injustica-ambiental-e-saude-no-brasil/>>.
Acesso em 1 nov. 2011.

PEDEAG – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba. Pesca, histórico nacional. Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/pedeag/setores15.htm>> Acesso em 10 out. 2011.

PEDROSO Junior, Nelson; SATO, Michele. Percepção da fauna terrestre no Parque Nacional do Superagüi através da educação ambiental. **Revista** da UFTM. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/nelson_michele.htm> Acesso em 3 abr. 2011.

PEET, Richard. Imaginários do desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUEZ, Maria Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar Suzuki (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: Possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PICHONELLI, Matheus; CARVALHO, Ricardo. István Mészáros: as contradições dos nossos tempos. Carta Capital, 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/istvan-meszaros-as-contradicoes-dos-nossos-tempos/>>. Acesso em 27 dez 2011.

PIMENTEL, A; GRAMANI, D; CORRÊA, J. (orgs.). **Museu vivo do Fandango**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

PIMENTEL, Alexandre de Oliveira. A emergência da territorialidade e o processo de re-significação caiçara: diálogos com a América Latina. EGAL **Anais** do XII Encontro. 2009

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Desenvolvimento humano e IDH. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/idh/>> Acesso em 28 fev. 2011.

PONTE, Karina Furini da; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O desenvolvimento sustentável como instrumento para a reestruturação do capital e de controle social no estado do Acre. **Anais** da XI Jornada do Trabalho, João Pessoa, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÁ, Ana Esther; Sader, Emir. **La Guerra Infinita: Hegemonia y terror mundial**. CLACSO. 2002.

PROCESSO de construção da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 4 abr. 2011.

RAMOS, Simone Eloisa Villanueva de Castro; FUCKNER, Margarete. **Superagüi, Sítio Natural de Patrimônio da Humanidade e o lixo**. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/plannat02.pdf>> Acesso em 4 mar. 2011.

RECUPERAÇÃO da biodiversidade marinha no Paraná. Paraná Online. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/tecnologia/news/321776/>>. Acesso em 2 jun. 2010

REITORIA Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/2010/09/10/ifpr-abre-inscricoes-para-curso-de-pesca-e-aquicultura-em-26-estados-do-brasil/>> Acesso em 10 abr. 2011.

ROTHEN, Letícia. A vida na Barra: Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná. **Dissertação** do Mestrado em Antropologia Social. Curitiba: UFPR, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Buenos Aires: Antropofagia, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social: encuentros em Buenos Aires**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SEAP - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Disponível em: <http://ww2.famurs.com.br/cproj/attachments/052_047_Secretaria%20Especial%20de%20Aquicultura%20e%20Pesca%20-%20SEAP.pdf> Acesso em 2 abr. 2011.

SEAP/PR - Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola. 2008. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/Editais/2010/Edital%20ATEPA%20final%200-%20Plano-Nacional-de-Extensao-Pesqueira-e-Aquicola.pdf>> Acesso em 4 out. 2011.

SEED - Secretaria de Educação do Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/escola/modules/noticias/article.php?storyid=746&PHPSESSID=>>> Acesso em 1 mar. 2011.

SEED – Secretaria de Estado da Educação. Escolas das ilhas do litoral paranaense conquistam autonomia pedagógica e administrativa. Dia a dia Educação, 2010. Disponível em: <
<http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=753>>
Acesso em 5 jan. 2011.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. Caiçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). DIEGUES, A. C. (coord.) **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa** n.º1. São Paulo, 2004.

SILVA, Yana Kossembe da. Turismo na Ilha do Superagüi – o paraíso caiçara – sob a ótica do seu povo Guaraqueçaba – PR. **Monografia** em Turismo. Irati: Unicentro, 2010.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, 2000. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso 2 ago. 2010.

SOUZA, J. M. de. Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental? **Revista Brasileira de Geofísica** vol.17 n.1 São Paulo Mar. 1999. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-261X1999000100007&script=sci_arttext>
Acesso em 2 mar 2011.

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/principal/index.php>> Acesso em 18 nov. 2010.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta Alejandra. **Hacia una discusión sobre la megaminería a cielo abierto**. In: ---- (comp.). Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales. Buenos Aires: Biblos. 2009.

TAVARES, Elaine. Breve análise da conjuntura por conta das eleições. 6 set. 2010 **ALAI** Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/40634&lang=es>> Acesso em 3 nov. 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

THIOLLENT, Michel; SILVA, Generosa de Oliveira. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. Revista eletrônica de **Comunicação, Informação & Inovação em saúde**. Vol. 1, Nº 1. Rio de Janeiro, 2007.

VAINER, Carlos. Água para a vida, não para morte. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Artigo apresentado no **Workshop** "Social Movements in the South", promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University, em 2002.

VALENCIO, Norma. Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (org.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. **Relatório integrado**: diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. 2004.

VIANNA, Lucila P. **De Invisíveis a protagonistas**: Populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

VIVEKANANDA, Guadalupe. Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação. **Dissertação** de Mestrado em Engenharia Florestal, UFPR: Curitiba, 2001.

WWF - Áreas protegidas: soluções naturais para a crise de mudanças climáticas. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/?uNewsID=23261>> Acesso em 28 dez 2011.

ZAHEDI, Kaved; GUDYNAS, Eduardo. Ética y desarrollo sostenible: América Latina frente al debate internacional. In: GOTTSBACHER, Markus; LUCATELLO, Simone (comp.). **Reflexiones sobre la ética y la cooperación internacional para el desarrollo**: los retos del siglo XXI. Instituto Mora, México DF, 2008. Disponível em: <<http://www.ambiental.net/publicaciones/ZahediGudynasEticaDesaSostenible08.pdf> > Acesso em 2 jun. 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Dibujando fuera de los márgenes**: los movimientos sociales en la transformación sociopolítica en América Latina. Buenos Aires: La crujía, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **IIRSA**: La integración a la medida de los mercados. 2006. Disponível em: <[HTTP://www.ircamericas.org/es/3314](http://www.ircamericas.org/es/3314) > Acesso em 1 jun. 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – Carta de pescador artesanal do Superagüi no Encontro de Terra e Cidadania

Pescador Samuel Dina – morador da Ilha do Superagüi – Fala no Encontro Terra e Cidadania – dia 30 de Julho de 2009. PUC/PR

“Fundaram um Parque em cima de várias comunidades de pescadores artesanais, tirando o espaço desse povo, e suas terras, e o direito de usufruir dos recursos naturais que ali temos, causando um impacto sócio ambiental relevante à comunidade, um impacto cultural e financeiro.

Os órgãos ambientais tem que ter consciência de sua visão e compreender que a riqueza ambiental que temos hoje na nossa ilha, foi devido à preservação dos nossos antepassados há mais de 300 anos, e que passaram para nós.

Somos ricos em biodiversidade, porque nós é que preservamos a ilha, e não os órgãos ambientais. Os órgãos ambientais serve para nos proibir, coibir e tirar os nossos direitos.

O projeto dos Recifes Artificiais e seus anti-arrastos irá causar um gigantesco impacto desumano aos pescadores artesanais, e o pior ainda está por vir, causando um impacto destruidor e irreversível ao meio ambiente, por que centenas de redes se tornarão armadilhas mortais presas a esses anti – arrastos; e assim centenas de espécies de peixes morrerão presas a essas redes, à esses Recifes Artificiais.

Como se não bastasse, a lei da milha náutica “instrução normativa da lei 29 do Ministério do Meio Ambiente”, que proíbe os pescadores artesanais de pescarem onde era setor pesqueiro, coibindo nosso modo de viver, impedindo nossa sobrevivência.

E para não deixar de ser pior, vem a Pesca Industrial com sua pesca predatória, destruindo tudo o que existe no fundo do mar. Antes de pensarem em criar projetos prejudiciais a este povo, deveriam pensar meios para a fiscalização, permanente e atuante para a pesca industrial, mas não! Eles deixam destruir e degradar com o nosso setor pesqueiro.

E hoje, esses órgãos cegos em suas razões, resolvem nos atacar, como se fossemos criminosos do meio ambiente. Penso que crime é o que estão cometendo contra esses povos!! Tirando a liberdade de busca da sustentabilidade dos pescadores e seus familiares.

Hoje lutamos em busca de Políticas Públicas para as comunidades tradicionais, e esperando ter êxito.

Estamos na fase inicial da Oficina para a Cartografia Social dos Pescadores Artesanais. O nosso pedido de visibilidade para o povo paranaense, porque nós também somos povo de Direito. Direito à educação, saúde, e direito á viver com as nossas tradições, para sobrevivermos”

Guaraqueçaba, PR, 05 de março de 2009.

Ao Ilmo Sr.

Promotor de Justiça da Comarca de Antonina - PR

Dr. Osvaldo Luiz Simioni

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta, apresentar **DENÚNCIA** contra o Instituto Ambiental do Paraná - IAP e Policia Ambiental do Paraná (Força Verde), que mediante ação de seus agentes violou de forma arbitrária direitos constitucionalmente garantidos, de caráter econômico e cultural, que afetam de forma direta a vida da comunidade tradicional dos autodenominados Pescadores Artesanais de Barra do Superagui, no município de Guaraqueçaba-PR.

1. O objeto da presente denúncia, se refere à 06 Autuações seguidas de Termos de Apreensão e Depósito aplicados contra os Srs. Alex Sandro Pires Correa, Cláudio de Araújo Nunes, Aurélio Nunes dos Santos, Ezequias de Moraes Dias, Luis César Pereira Costa e César França, todos Pescadores Artesanais residentes na Comunidade da Barra do Superagui. Tais situações foram produzidas mediante freqüentes constrangimentos os quais são submetidos os Pescadores Artesanais desta localidade na realização de suas práticas extrativistas de pesca, sendo acusados de desrespeitarem IN do MMA sob n. 029 de 06/12/2004, ou seja, pescarem “dentro” da milha náutica identificada como área de “preservação permanente”. A ação agora relatada foi promovida por agentes públicos vinculados ao IAP e a Força Verde (Policia Ambiental do PR), causando danos econômicos e culturais a essa comunidade tradicional que historicamente se auto-regula por práticas sociais, culturais e ambientais constituídas ao longo de mais de 320 anos de existência social na Ilha de Superagui, município de Guaraqueçaba, PR.
2. Os questionamentos apresentados à ação do IAP e Força Verde se referem, portanto, a conflitos de ordem técnica e legal entre Pescadores Artesanais e órgãos ambientais, quais sejam:

a. **Escala Técnica:** considerando que a IN/MMA n. 029 visa estabelecer normas, critérios e padrões para o exercício da “atividade pesqueira” no litoral do Estado do Paraná, proibindo com isso qualquer tipo de pesca dentro da primeira milha náutica, não há nenhum estudo científico que comprove que os pescadores artesanais provoquem danos ou degradação aos recursos pesqueiros. Ao longo de mais de 300 anos, tal prática produtiva é realizada sem que fosse registrado qualquer dano aos recursos pesqueiros. Mesmo as inovações tecnológicas inseridas ao processo produtivo nos últimos 30 anos por estes, são incapazes de gerar danos ou degradações, uma vez que os artefatos utilizados na prática pesqueira (pranchas) são de baixo impacto, dada a sua reduzida capacidade de captura de camarões e pescados (10 a 15KG), além do que os “acordos de pesca” historicamente produzidos pelo grupo social inferem regras para o uso comum dos recursos pesqueiros concernentes aos pescadores artesanais e estabelecem critérios construídos consensualmente pelo grupo para evitar danos aos recursos considerados essenciais à sua reprodução social. Outrossim, causa perplexidade a ausência de fiscalização das conhecidas “Frotas Pesqueiras”, embarcações industriais com mais de 10 toneladas de arqueação bruta, isto é, de grande porte, que realizam de fato a pesca predatória de arrasto utilizando-se de sistemas de parelhas, portas e a pesca de cerco, práticas estas de alto impacto e irregulares por estarem fora das milhas permitidas pelas normas e, em períodos diuturnos que ultrapassam geralmente mais de 20 dias em atividade consecutiva no mar. Estes sim, são reconhecidamente degradadores dos recursos pesqueiros em razão de sua escala técnica (120 a 150 KG/”folha”), inclusive é de conhecimento geral de que desde à década de 1970 estas embarcações freqüentam essas águas causando todo tipo de prejuízo. Ainda é importante frisar que os pontos georreferenciados colhidos nas posições das embarcações dos pescadores artesanais são duvidosas, tendo em vista que há discordâncias sobre o real posicionamento no momento da abordagem do IAP/Força Verde por parte dos primeiros. Isso estabelece outra discordância: como saber a localização da milha se os pescadores artesanais não dispõe de GPS para sua prática, e não há referências ou marcações que demarquem o limite daquela milha náutica. De quem é a responsabilidade de tornar visível esta linha imaginária (1852m)? Afinal, os pescadores artesanais acreditavam estar respeitando a milha no momento da abordagem.

b. Divergência Legal: Este contexto técnico abre precedente para o legal, na medida em que se questiona as razões para esta Instrução Normativa ser elaborada e aplicada somente no Estado do Paraná. Todavia, o principal agravante se refere a desconsideração relativa as distintas modalidades envolvidas na denominada “atividade pesqueira”, a saber: “Pesca Artesanal” e “Pesca Industrial”, ambas conflitantes entre si, uma vez que se constituem a partir de interesses dissonantes, isto é, a Pesca Artesanal é um modo de vida, entendida como uma prática cultural gestada por um grupo étnico em busca de sua reprodução social, e a Pesca Industrial, uma atividade econômica, gestada por um sociedade empresarial, cuja finalidade primeira é a geração de riqueza, guardando suspeito compromisso com a conservação dos recursos pesqueiros. Neste casos, a indiferenciação social e econômica age como negação da condição dos pescadores artesanais que são nivelados segundo um único conceito restrito que os reduz a uma “atividade econômica pesqueira”.

Do ponto de vista legal, aponta-se objetivamente o conflito entre uma Instrução Normativa do MMA com viés tecnicista, e diversos dispositivos jurídicos, tais como: CF art. 215 e 216; OIT 169; Convenção sobre Diversidade Cultural da ONU de 2004 e Decreto Federal 6040/2007, sobretudo este último que reconhece a existência de grupos culturalmente diferenciados no interior da sociedade brasileira por meio da criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, fornecendo-lhe garantias para sua reprodução social. A polêmica que esta breve compilação quer evidenciar são quais os critérios utilizados para definir qual a “ordem” do ordenamento jurídico a ser aplicado: a que segrega ambiente e sociedade, de cunho ambientalista, ou a que integra ambos, de viés socioambientalista? Porque a ação policial que criminaliza os pescadores artesanais desconsidera seu papel de sujeitos da ação ambiental? Concretamente, hoje, os principais denunciadores da degradação ambiental praticada pela pesca industrial, assim como da conservação ambiental, porque estabelecem uma relação de afetividade com seu território tradicional do qual dependem para continuarem à existir são os pescadores artesanais. Entretanto, são os sujeitos preferencialmente ameaçados, cerceados e violados em seus direitos étnicos e coletivos quando da realização de suas práticas extrativas, notadamente de caráter artesanal.

Soma-se a esta denuncia, o fato da comunidade de Barra do Superagui possuir abaixo assinado de autodefinição conforme artigo 1º da OIT 169, incluindo-se neste os citados pescadores artesanais autuados. Essa particularidade confirma uma outra, que se torna tão relevante quanto a primeira, por se tratar de uma comunidade tradicional, que se encontra amparada pela Convenção n.169 da OIT, relativa aos povos indígenas e tribais, que foi promulgada pelo Brasil por meio do Decreto n.5.051, de 19 de abril de 2004.

A Convenção, além de reconhecer a existência social de povos e grupos sociais distintos no interior da sociedade brasileira, impõe a necessidade de protegê-los, sobretudo porque esses direitos são direitos fundamentais.

A descoberta da importância das comunidades tradicionais para o desenvolvimento da região e do país se deu, sobretudo a partir de 2004, quando o governo federal por meio de um Decreto de 2004, criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais para formular uma política específica a esses grupos sociais. No caso em questão esta condição tem como pressuposto o reconhecimento de uma forma própria de exploração e preservação dos recursos naturais, sobretudo os pesqueiros. Os membros dessa comunidade, sabiamente manejam os recursos naturais, a terra, e especialmente, os recursos marinhos do qual dependem para sua reprodução social, possibilitando há mais de 300 anos a conservação dos recursos marinhos dos ecossistemas litorâneos do PR.

3. Para se entender a amplitude dessa denúncia, a que se considerar que, na comunidade tradicional de Barra do Superagui residem 280 famílias, que vivem no mesmo local, explorando a terra e os recursos marinhos há mais de 300 anos, construindo um modo próprio de criar, de fazer e de viver, que garante a reprodução física, social e cultural dos membros dessa comunidade, consoante art. 215 e 216 da CF. Essa forma própria de se reproduzir, manejando adequadamente os recursos marinhos deve-se tão somente a coexistência entre o saber tradicional e os ecossistemas naturais presentes nesta região. Todavia, a que se considerar que o desconhecimento dessa realidade social não afeta somente os 6 pescadores artesanais autuados, visto que instalou-se um clima de insegurança e temor mediante as medidas repressivas aplicadas nos últimos anos, sobretudo porque alguns pescadores artesanais além das multas que atingem R\$ 700,00,

tem seus materiais de pesca apreendidos, sendo que alguns relataram terem sofrido humilhante encarceramento sob as dependências da Polícia Ambiental.

4. Segue abaixo relato detalhado elaborado pelos Pescadores Artesanais autuados:

Sr. Alex Sandro Pires Correa

Recorre do Auto de Infração Ambiental Nº. 69.825 de 15/02/2009 por “praticar pesca profissional utilizando redes de arrasto com ‘portas’ a menos de 01 (uma) milha da costa do litoral, contrariando a instrução normativa MMA Nº. 029 de 06/12/04 com o barco ‘Monte Sião II’”.

O auto de seu em 15/02/09, pelas 15:50 h, antecedido do Termo de Apreensão e Depósito Nº. 33.595, de 15/02/2009, pelas 15:45 h.

O Sr. Alex relata que estava na pesca e que o barco não possui equipamento GPS para localização de milha. A localização do barco foi feita por equipamento em um helicóptero que sobrevoou o local, 03 (três) dias antes de receber o Auto para assinar. No dia 15/02/2009 policiais da Força Verde foram na casa do Sr. Alex entregando o Auto e intimando-o para que assinasse o Auto, reconhecendo a infração. O Sr. Alex argumentou que o barco não é de sua propriedade e pediu que a assinatura fosse dirigida a proprietária, o que a Força Verde recusou-se a fazer dizendo que o infrator era ele e não a proprietária. Assim o Sr. Alex sentiu-se constrangido a ter que assinar o Auto, mas acabou cedendo. O Sr. Alex alega que hoje sente medo de voltar a atuar na profissão pela humilhação de ter sido tratado com um criminoso e é bem claro ao dizer que sente medo de uma nova autuação devido à pressão da Força Verde. Em relação ao proprietário do barco este aguarda que o Sr. Alex volte a trabalhar para pagar a multa recebida. O barco pode ficar na ativa mas está impedido de ser reformado, melhorado ou vendido, devido ao Termo de Apreensão e Depósito recebido.

O Sr. Alex diz que o barco não possui GPS por ser tipo de ‘boca aberta’ – que é um barco pequeno, não tem cobertura – além da falta de recursos para aquisição de tal equipamento. Chama a atenção ainda que no Auto de Apreensão e Depósito o termo ‘com portas’ refere-se a um equipamento para barcos industriais de grande porte, normalmente com a capacidade de 120 a 150 kg cada ‘folha’. A pesca artesanal usa de

um equipamento semelhante, chamado ‘prancha’, com capacidade de 10 a 15 kg, sendo este o empregado no barco autuado.

Cláudio de Araújo Nunes

Recorre do Auto de Infração Nº. 00 000, de 10/01/2009, pelas 17:00 h, por “praticar pesca profissional utilizando redes de arrasto com ‘portas’ a menos de 01 (uma) milha da costa do litoral, contrariando a instrução normativa MMA Nº. 029 de 06/12/04 com o barco ‘Nunes’”.

O Sr. Cláudio relata que estava na pesca e diz ter ‘certeza’ que estava fora da milha. A autuação baseia-se por equipamento em helicóptero e foi feita 4 (quatro) dias antes da autuação em terra. No dia 10/01/2009 o Sr. Cláudio recebeu a Força Verde na sua casa, sendo intimado a comparecer na presença do Tenente que estava em terra e o aguardava. A intimação foi feita por um Sargento de dois Cabos da Força Verde. Chegando o Sr. Cláudio perguntou o por que da intimação e foi informado que por ter sido flagrado 4 (quatro) dias antes estar a 1.637 metros da costa, estando assim dentro da milha reservada à proteção, estava sendo multado. O Sr. Cláudio alegou que na data havia diversas embarcações – em torno de 30 embarcações – e que a sua estava ‘por terra’ de duas outras embarcações, que também foram autuadas, mas que na hora que apresentaram as fotos do barco do Sr. Cláudio, esta aparece ‘por fora’, ou seja, além das outra duas embarcações, o que não era verdade, que o seu barco estava por dentro dos dois outros autuados, e não por fora. O barco do Sr. Cláudio estava, segundo a Força Verde, a 1.637 m fora da costa, dentro da milhagem proibida, que é o que causa contradição, pois o fato é que o barco do Sr. Cláudio estava mais próximo da costa que os outros dois que aparecem com uma localização mais próxima do que a dele. Ainda, no Auto de Apreensão e Depósito o barco descrito é tipo ‘baleeira’, Nº. de inscrição 421 024045 – 1 e que o seu é tipo bote e não baleeira.

Aurélio Nunes dos Santos

Recorre do Auto de Infração Ambiental Nº. 83 430 de 18/02/2009.

O Auto se deu em 18/02/2009, pelas 16:30 h, por “praticar pesca profissional utilizando redes de arrasto com ‘portas’ a menos de 01 (uma) milha da costa do litoral, contrariando a instrução normativa MMA Nº. 029 de 06/12/04 com o barco ‘Fé Para Vencer’”.

O Sr. Aurélio relata que estava na pesca, que não possui o aparelho GPS e que o ‘cálculo’ da posição é ‘no olho’. Em 18/02/2009 o Sr. Aurélio recebeu na sua casa um Sargento de dois Cabos da Força Verde para assinar o Auto de Infração, o que o Sr. Aurélio fez, constrangido, mas sem questionar, dizendo que se sente humilhado por ser tratado como um criminoso e que a preocupado de como agora vai pagar o valor da multa se não lhe sobra nem recursos para alimentar a família - esposa e uma filha. O barco está impedido de ser reformado, alterado, melhorado ou vendido, pelo Termo de Apreensão e Deposto Nº. 45 710, de 18/02/2009, pelas 16:20 h, que descreve “ 01 (um) barco de madeira com nome “Fé para vencer”; Nº. de inscrição na CPPR 442 011803 – 2; cor azul, vermelho, branco; com motor 18 HP. O Sr. Aurélio chama a atenção para o fato que o seu barco não tem ‘porta’ mas sim ‘prancha’ com capacidade de 10 kg.

Ezequias de Moraes Dias

O Sr. Ezequias foi autuado em 18/02/2009, relatando que recebeu em sua casa um Sargento de dois Cabos da Força Verde para assinar a autuação, o que fez. No entanto por algum engano dos fiscais não lhe foi entregue a cópia do Auto de Infração Ambiental, Nº. 83 431, por isso não constando aqui a descrição da infração. O Termo de Apreensão e Depósito nº. 45 712 de 18/02/2009, que foi assinado pelas 17:15 h, impede qualquer melhoria, reforma ou venda do mesmo. O Sr. Ezequias está trabalhado com o mesmo barco, mas confessa ‘assustado’ e alega que se não trabalhar não tem condições para pagar a multa e que esta é a sua única ocupação e forma de obter rendimentos.

O Sr. Ezequias afirma que estava nos limites da milha, mas não tão em terra como o auto indica, que é de 700 m, solicitando uma revisão nesse posicionamento.

Luis César Pereira Costa

O Sr. Luis recorre do Auto de Infração Ambiental Nº. 69 826 de 15/02/2009, pelas 16:50 h, por “praticar pesca profissional utilizando redes de arrasto com ‘portas’ a menos de 01 (uma) milha da costa do litoral, contrariando a instrução normativa MMA Nº. 029 de 06/12/04 com o barco ‘Nando II’”.

O barco “Nando II” é propriedade da Sr^a. Natalina da Silva Muniz mas o pescador é o Sr. Luis, marido desta. Na presença do Sargento e dois Cabos da Força Verde a Sr^a. Natalina é que teve que assinar, mesmo o Sr. Luis alegando que quem estava atuando na pesca era ele (Ver depoimento do Sr. Alex que ocorre o contrário, onde o pescador foi intimado a assinar o auto e não a proprietária). Assim a responsável pela multa é da Sr^a. Natalina, a proprietária, que sofre com a humilhação de estar sendo intimada a responder por um crime que não cometeu. O Termo de Apreensão e Depósito Nº. 33 599 de 15/02/2009 refere-se a “01 (um) barco de madeira de nome ‘Nando II’; Nº. de inscrição 421 149449 – 6 na CPPR; tipo bateira, com documentos’, que impede por ora qualquer melhoria, modificação, reforma ou venda do barco”.

O Sr. Luis César está trabalhando com o barco, confessadamente assustado com a situação futura, temeroso de voltar a sofrer uma autuação e que por não ter condições de adquirir o equipamento GPS fica inseguro a cada saída. A data do ‘flagrante’ é de 4 (quarto) dias antes da assinatura do Auto e que neta mesma data foi apreendida, em terra, uma rede nova e um par de pranchas. O Sr. Luis tem também uma outra rede, velha, e um par de pranchas que lhe dá condições precária de continuar trabalhando. A apreensão do equipamento – rede e pranchas – se deu em terra, na casa do Sr. Luís e não no barco.

César França

O Sr. César França recorre do Auto de Infração Ambiental Nº. 92 287 de 10/01/2009, pelas 17h;29 h, por “praticar pesca profissional utilizando redes de arrasto com ‘portas’ a menos de 01 (uma) milha da costa do litoral, contrariando a instrução normativa MMA Nº. 029 de 06/12/04 com o barco ‘Só Diretoria III’”.

O Sr. César França recebeu na sua casa em 10/01/2009, pelas 17:29 h, o Tenente acompanhado de um Sargento e dois Cabos para a notificação e assinatura do Auto. O

flagrante dado no barco, propriedade do Sr. César foi dado quando outro pescador estava na pesca. O Sr. César não possui o equipamento GPS e a localização é feita ‘no olho’. No dia da assinatura do auto foi apreendida a rede e o par de prancha de 10 kg quando o barco estava em terra e o Sr. César se encontrava no mar, trabalhando. Assim a apreensão foi feita na presença do irmão do Sr. César e os policiais ficaram esperando este chegar para a assinatura do auto. O Sr. César confessa estar com muito medo de continuar atuando na profissão, pois não tem o equipamento GPS e por um pouco que se engane e entra na milha protegida corre o risco de perder a rede que lhe resta.

O Termo de Apreensão e Depósito Nº. 45 700 de 10/01/2009, pelas 17:50 h, descreve “01 (um) barco de madeira de nome ‘Só Diretoria III’, inscrição Nº. 421 026134 – 3 na CPPR; tipo Bote/bateira, com rádio PX, bússola e documentos.

Por tudo isso, solicitamos:

- a) que seja recebido e processado a presente Denúncia;
- b) que de forma imediata, seja responsabilizado pelos seus atos os denunciados;
- c) que a Instrução Normativa 029/2004/MMA seja revogada para os pescadores artesanais;
- d) que o patrimônio da apreendido seja devolvido, que as autuações sejam canceladas e que estes pescadores artesanais sejam juridicamente protegidos contra futuros atos de violência e ameaças;

Comissão de Pescadores Artesanais de Barra do Superagüi

REDE PUXIRÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

**Centro Missionário de Apoio ao Campesinato – CEMPO
Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP
Terra de Direitos – TDD**

ANEXO 3 – Proposta de alteração da Instrução Normativa Nº29

PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 29 DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, CUJA ABRANGÊNCIA CONTEMPLA TODA A COSTA PARANAENSE.

O Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná - MOPEAR, através deste documento, vem à presença de Vossa Senhoria, respeitosamente expor o que abaixo se segue:

Tendo-se em vista que a redação Atual da Instrução Normativa nº29 de 6 de dezembro de 2004 do Ministério do Meio Ambiente, contempla na categoria de pescadores artesanais barcos com até 10 Toneladas de Arqueação Bruta, mas que esse limite é muito além das características dos verdadeiros pescadores artesanais;

Tendo-se em vista que a redação atual da IN 29 não está contemplando de forma satisfatória os verdadeiros pescadores artesanais que estão sendo prejudicados pela proibição de qualquer tipo de pesca de arrasto com portas a menos de uma milha náutica da costa paranaense;

Tendo-se em vista que o objetivo geral da pesca artesanal é a subsistência, observando-se a sustentabilidade dos recursos para as futuras gerações;

Tendo-se em vista que muitos barcos que hoje não são considerados como de pesca industrial, mas degradam os recursos pesqueiros e prejudicam a economia familiar dos pescadores artesanais, visto que causam a escassez de recursos nos limites estabelecidos pela legislação atual;

Tendo-se em vista que os limites estabelecidos pela legislação atual, na verdade, é espaço de disputa entre pequenos e grandes pescadores;

Apresenta-se a seguinte proposta dos Pescadores Artesanais do Paraná para a alteração da redação constante da Instrução Normativa nº29 de 6 de dezembro de 2004 do Ministério do Meio Ambiente:

A atual redação, do artigo primeiro, está assim em vigor:

Art. 1. Proibir a prática de pesca de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná.

A proposta de alteração é a que abaixo se segue:

Art. 1. Proibir qualquer tipo de pesca de arrasto com portas, a menos de 2,5 milhas náuticas da Costa do Estado do Paraná.

§1º. A proibição constante do Artigo 1º não se aplica ao pescador artesanal.

§2º. Entende-se como pescador artesanal, além do auto-reconhecimento, aquele que detém embarcação compreendida cumulativamente nas seguintes especificações: Embarcação movida a propulsão humana ou com Motorização até 24 HP, embarcação 'boca-aberta', sem convés, até 3 TAB's.

§3º. No caso dos pescadores artesanais, fica permitida a pesca a partir de 500 metros da Costa do Estado do Paraná.

§4º. No caso de pescadores artesanais que têm embarcações ‘boca-aberta’, ou seja sem convés, mas que tenham motorização entre 24 HP e 60 HP, o limite estabelecido no artigo 1º fica em uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná.

Sendo esta a proposta dos pescadores artesanais do Paraná, requer-se a apreciação e urgente aprovação, uma vez que a população já está sentindo a escassez dos recursos pesqueiros.

Aproveita-se o ensejo para manifestar nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

MOVIMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS DO LITORAL DO PARANÁ
MOPEAR

ANEXO 4 – Carta final do I Encontro de pescadores e pescadoras artesanais do sul do Brasil

CARTA FINAL DO I ENCONTRO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO SUL DO BRASIL

Nós Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, vindos dos Estados do **Paraná**- Guairá (rio Paraná), Pontal, Guaraqueçaba, Antônia e Paranaguá , **Rio grande do Sul**- Capão da Canoa, Balneário Pinhal, Mostarda, Cidreira, Quintão e Palmares bem como **Santa Catarina**- Imbituba, Florianópolis, Garopaba e Ibiraquera e representantes do governo e outros movimentos sociais tonalizando 155 lideranças, participante **do Primeiro Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil** que se realizou nos dias 13 e 14 de novembro de 2010 em Guaraqueçaba- PR, articulado pelo MOPEAR, o qual construímos uma **Articulação Sul do Brasil de Pescadores e Pescadoras Artesanais**, vimos por meio desta, reafirmar a nossa luta pelo reconhecimento e efetivação de direitos étnicos, culturais, territoriais e coletivos garantidos pelas normas internacionais, Constituição Federal, Leis , Decretos Federais e Estaduais por inúmeras vezes desrespeitados pela ação dos agentes do Estado.

Considerando que a legislação ambiental brasileira a partir do SNUC, assume a qualidade de um instrumento de gestão ambiental participativa e democrática, que prima pelo engajamento da sociedade em suas decisões e reconhece a existência de povos e comunidades tradicionais como agentes da conservação ambiental, questionamos a postura predominantemente repressora dos gestores públicos ao operar a política ambiental no Sul do Brasil e principalmente no Paraná e Rio Grande do Sul e no País, quando de sua relação com Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil. Em que pese estes grupos culturalmente diferenciados serem os responsáveis diretos pela conservação dos recursos naturais, por meio de suas práticas tradicionais de uso da biodiversidade, a ação do Estado tem-se estabelecido contra essas comunidades conforme um padrão de relações sociais marcado pelo desconhecimento de suas especificidades culturais e étnicas, observado no flagrante desrespeito à legislação concernente aos direitos de povos e comunidades tradicionais, assim como, por medidas repressivas presente na rotina das instituições e dos agentes públicos, onde prevalece o cerceamento das condições de reprodução social e física, especialmente na medida em que se estabelecem unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais à revelia da existência social destes grupos sociais e de seus conhecimentos tradicionais.

Disso, tem resultado inúmeras medidas punitivas e a conseqüente criminalização de seus membros qualificados como “agentes da degradação ambiental” de biomas que somente se mantêm conservados pela presença dessas comunidades tradicionais. Ao fazer prevalecer medidas repressoras contra esses grupos sociais, as instituições ambientais tem sistematicamente condenado à destruição e ao desaparecimento os próprios recursos naturais, tal como observado nos Parques Nacionais e nas APAs do Sul do Brasil onde gradualmente a biodiversidade perde sua capacidade de homeostase em razão do desequilíbrio ecológico provocado pela ausência dos principais sujeitos da ação ambiental e suas praticas tradicionais. Tem-se ainda, permanentes ações de degradação promovidas por “saqueadores” dos recursos naturais que no momento, dado as medidas de deslocamento compulsório e restrições diversas que impedem a permanência dos Pescadores Artesanais, não permitem sua ação protetora aos referidos recursos, como historicamente observou-se. Reiteramos, assim, a necessidade de

avancarmos na direção de medidas socioambientais operativas que contemplem a conservação da natureza em associação efetiva com direitos territoriais dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, uma vez que a realidade socioambiental reafirma esse pressuposto, visto que grande parte das áreas de preservação de matas nativas e recursos naturais marinhos no Litoral do Sul do Brasil são as ocupadas pelas comunidades tradicionais, fica nítido que a matriz ecológica que orienta as práticas tradicionais destes grupos sociais se distingue sobremaneira da visão e ambição produtivista e mercantil da pesca industrial e especulação imobiliária que tanta degradação tem ocasionado aos ecossistemas locais. Deste modo, provocamos esse momento, como iniciativa para encontrarmos o caminho da construção da natureza e do reconhecimento da diversidade sócio-cultural em nossos Estados do Sul do País.

Guaraqueçaba 14 novembro de 2010.